

Sérgio Silva
Tadeu Breda

MEMÓRIA
OCULAR
CENAS
DE UM
ESTADO
QUE
CEGA



Eu sou
testemunha
do quê,
do passado
ou do futuro?

SVETLANA ALEKSIÉVITCH,
VOZES DE TCHERNÓBIL

A fotografia,
como nós,
é capaz de
esconder,
negar e sofrer.
Ela espera
por quem seja
capaz de ouvir
suas alegrias
e dores.

MARTA GILI,
LEVANTES

...NOS C...
...S NA EDUCAÇÃO!
...meio ENTRADA & PASSAGEM
rede emancipada
...CONTRA O
...MENTO

VAMOS SER
OUVIDOS
DE PARIS!
JUNTOS.ORG.BR



O Estado da
Abertura da Copa
Nã Tem Transporte
Pigno! 3,20 NãO

53
ISSON



EM
PRA
RUA!

LOCAL
NOTION

WEEK
END
STAY!





R\$ 3,20
É UM
ASSALTO



ESTA É
A BERRACA
DE SPAGAR
IDEOLOGIAS





← Sabari
↑ Hosp. Sta. Isabel
Santa Casa

← Jardim's
Problema









Higienópolis
Pacaembu

Sta. Cecilia
Bela Vista

DAN





14 de junho de 2013
18:50:33



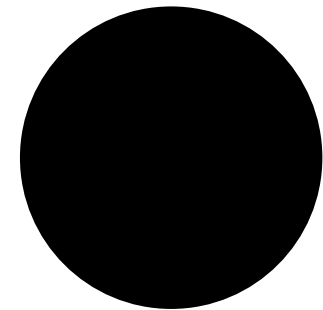
MEMÓRIA
OCULAR
CENAS
DE UM
ESTADO
QUE
CEGA



CONSELHO EDITORIAL **BIANCA OLIVEIRA**
JOÃO PERES
LEONARDO GARZARO
TADEU BREDÁ

REVISÃO **DANIELA UEMURA**
JOÃO PERES
LEONARDO GARZARO

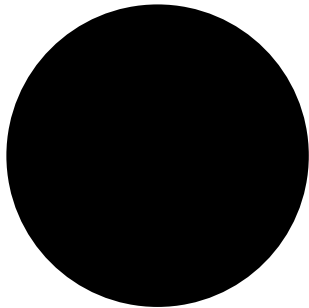
PROJETO GRÁFICO **BIANCA OLIVEIRA**



FOTOS **Sérgio Silva**
TEXTOS **Tadeu Breda**

LEMBRANCINHA 2013-2014

Sérgio avisa, “Gosto
de café bem doce”,
antes de enterrar a colher
no pote de açúcar.



Carregado, o talher abandona o recipiente metálico, sobe alguns centímetros e se dirige lentamente à xícara fumegante. Por um instante, estaciona no ar. “Bem doce”, repete, e lança o montículo branco em queda livre. Os cristais, porém, não mergulham no alvo: chocam-se contra a madeira e se esparramam pela mesa. O embaraço é inevitável.

“Isso acontece o tempo todo”, justifica. “Estou sempre esbarrando e derrubando coisas.”

Alguns minutos antes, Sérgio, num gesto qualquer, havia estapeado o gravador que registrava sua voz. Outro dia, na rua, seu cotovelo acertou em cheio o nariz de uma mulher quando o braço desastrado quis dar sinal para um ônibus que se aproximava.

“Agora preciso fazer tudo, tudo mesmo, com muita calma e maestria.”

Há sete meses, a vida de Sérgio se resume a prestar máxima atenção às tarefas mais elementares. Subir escadas distraído é como escalar um tombo. Perambular pelas calçadas da Vila Jaguara, na zona oeste de São Paulo, onde mora, significa cabeça perpetuamente baixa, medindo degraus repentinos, irregulares, que se reproduzem ao sabor das garagens dos vizinhos.

“Atravessar a rua é terrível”, conta. “Usar a faixa já era um hábito meu, mas, agora, não me arrisco fora dela nem quando não há carros por perto.”

Sérgio adquiriu um novo medo, que não costuma figurar no rol das paranoias de quem frequenta a rua desde

criança: ser atropelado. Hesita mesmo quando o farol está verde para os pedestres. Pensa, analisa, certifica-se do automobilismo antes de deixar uma calçada rumo à outra.

As dificuldades se repetem nas tentativas lentas, seguras e graduais de voltar ao trabalho. Sérgio demora um pouco mais para montar tripé, luzes e demais equipamentos de gravação, ofício que começa a aprender. “E as pessoas ficam esperando...”

Quando está com a câmera na mão, perde o foco e as oportunidades, com receio de pisar no pé alheio ou tropeçar em fios espalhados pelo chão. “São falhas que, antes, eu não cometeria, não faria, nunca fiz.” É nos detalhes do dia a dia, todos os dias, que Sérgio se dá conta da falta que lhe faz o olho esquerdo.

“A grande mudança aparece nas coisas mais banais.”



No dia 13 de junho de 2013, muita gente sabia

— e outras tantas desconfiavam — que a Polícia Militar agiria com a dureza prometida na véspera pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e invocada pelos maiores jornais do país.

Em duro editorial intitulado “Retomar a Paulista”, a *Folha de S. Paulo* pintou os manifestantes como vândalos violentos que destroem o patrimônio público e privado e atrapalham a vida de milhões de paulistanos, e decretou: “É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na Avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais”.

O Estado de S. Paulo expressou sua opinião com o texto “Chegou a hora do basta”, em que, depois de descrever o

protesto com adjetivos semelhantes aos empregados pelo concorrente, pedia: “De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que ‘é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável’. Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a **PM** aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade”.

Alheio à enviada sede de sangue dos jornalões, Sérgio Andrade da Silva, 33 anos, dirigiu-se ao centro da cidade com sua câmera para cobrir um protesto pacífico. Nem as duas inexplicáveis ligações que recebeu à tarde, da sogra e de um amigo, ambas pedindo cuidado, o demoveram da ideia. “Pensei em desistir, parecia um sinal. Só que o lado profissional pesou mais.” Quando chegou à manifestação, Sérgio teve certeza de ter tomado a decisão correta. “O que vi no início da passeata eram pessoas muito empenhadas para que tudo realmente ocorresse na maior tranquilidade.”

Na quinta-feira, a partir das dezoito horas, o centro da capital seria tomado pela quarta vez em menos de uma semana por manifestantes contrários ao reajuste das tarifas de ônibus, trem e metrô na cidade, vinte centavos, implementado em conjunto pelos governos municipal e estadual onze dias antes. Fotógrafo de paixão e profissão, Sérgio tinha um plano para a noite que começava.

Envolvido em uma mudança de residência que tardava em acontecer, ainda não havia presenciado nenhum protesto. “Estava dedicando meu tempo a visitar casas e apartamentos.” Naquele dia, porém, deixou de lado imobiliárias e ofertas de aluguel pela internet: queria fazer algumas imagens da mobilização social, que crescia, apesar da oposição ferrenha da classe política tradicional e dos meios de comunicação de massa.

“Alguma coisa ficava mexendo dentro de mim.



Eu precisava estar ali, registrando aqueles momentos. Algo me dizia que era importante.”

Com sorte, além de testemunhar um episódio que entraria para a história recente do país, Sérgio poderia comercializar seu trabalho pela Agência Futura Press. Fotojornalismo era um de seus empregos eventuais, um dos muitos ganha-pão temporários a que um freelancer tem de recorrer para pagar as contas.

Mas não poderia ficar muito tempo na manifestação — não dessa vez. Sua esposa chegaria de Brasília à noite, e ele havia prometido buscá-la em Congonhas. Voltariam para casa, abraçariam as duas filhas e jantariam juntos. O reencontro do casal, porém, se daria duas horas e meia depois do planejado. Não no aeroporto, mas no hospital. E sem as meninas.

“A bala me escolheu”, lamenta Sérgio, lembrando o azarado acaso que preferiria jamais ter vivido. “Eu não estava na linha de frente, estava atrás de algumas pessoas. O projétil passou por um corredor de gente antes de me acertar. Poderia ter acontecido com qualquer outro.”

Antes de lhe mutilar o olho esquerdo, a pequena esfera atravessara as duas pistas da Rua da Consolação e se esgueirara pela estreiteza que separa uma parede e uma banca de jornais na esquina com a Rua Caio Prado. Quase vinte metros distavam o atirador de seu minúsculo alvo.

“O policial foi muito preciso, mas não teria capacidade para ser assim tão certo, nem se quisesse”, ressalta, lembrando que uma cortina cinzenta de gás lacrimogêneo impedia que o policial fizesse mira especificamente no globo ocular do fotógrafo.

Sérgio é apenas uma das pessoas feridas no 13 de junho de 2013. Não foi o único a receber tiros de borracha, e sequer detém exclusividade entre os atingidos diretamente no olho pelo projétil, usado sem cerimônia pela **PM** naquela noite.

Vítima do mesmo artefato, a repórter Giuliana Vallone teria a visão direita salva pelos óculos: a lente de acrílico suportou o impacto e protegeu o globo ocular. A imagem de suas pálpebras inchadas, imersas na roxidão, ganharia a internet e comoveria muita gente — inclusive fora do país. No dia seguinte, contudo, Giuliana estaria enxergando com o olho ferido. Sérgio, não. Nunca mais.

De acordo com o Movimento Passe Livre, que encabeçou os protestos pela redução da tarifa do transporte público na cidade, pelo menos cento e cinquenta cidadãos, entre manifestantes, jornalistas e transeuntes, foram violentados de alguma maneira pela **PM** na noite daquela quinta-feira. As agressões foram variadas: de lambadas de cassetete no rosto e nas costas a assédio sexual e ameaças de estupro, passando por estilhaços de bombas, sufocamento por gás e, claro, tiros de borracha. Outros tantos apanharam e preferiram voltar para casa calados.

O fotógrafo, porém, foi o mais prejudicado pelos abusos policiais que ganharam as ruas de São Paulo durante todas as jornadas de junho: apenas Sérgio teve um órgão tão importante permanentemente sequelado — e apenas ele sentiu sua vida tomar um rumo indesejado e inesperado devido à ação repressiva do Estado.

Por isso, coloca em xeque os discursos governamentais. Não acredita que sua cegueira tenha sido perpetrada por um mero desvio de conduta, uma excepcionalidade, eventuais abusos que serão apurados, como querem fazer crer comandantes e secretários de Estado.

“Tenho um metro e oitenta de altura. Para me atingir no olho, ainda que não tenha mirado em mim, o policial estava com a arma apontada para a cabeça das pessoas. Isso é inaceitável. Ele atirou para machucar.”



● As queixas de Sérgio sobre a má utilização do armamento

são corroboradas pela Condor Não Letal, uma das maiores fabricantes mundiais de balas de borracha — ou balas de elastômero, termo pelo qual são tecnicamente conhecidas.

“As balas de borracha devem ser preferencialmente disparadas da cintura para baixo, nunca contra a cabeça e o pescoço. Os manuais de instrução e todos os treinamentos dão essa orientação, que é universal”, afirma a empresa, em nota, ressaltando que os artefatos devem ser utilizados apenas quando os policiais estão em perigo. “As balas de borracha estão posicionadas no último degrau da não letalidade, antes da arma de fogo. São indicadas para situações graves, contra indivíduos portando coquetéis molotov ou armas brancas.”

De acordo com as diretrizes da fabricante, a direção dos disparos e o momento em que os policiais empregaram o elastômero contra os manifestantes, em São Paulo, no dia 13 de junho de 2013, foram impróprios.

Apesar da tensão crescente, fruto do bloqueio que impedia os manifestantes de avançar rumo à Avenida Paulista, os ânimos estavam sob controle. A massa não buscava o confronto. Tanto que, segundos antes da primeira bomba, o tenente-coronel Ben Hur Junqueira Neto, comandante da operação, elogiava a organização da passeata. “Para mim, sem problemas, se continuar dessa maneira”, expressou, diante de várias câmeras, manifestantes e repórteres. “Desta vez, vocês estão de parabéns.”

A Polícia Militar de São Paulo não parece possuir regras claras para o uso de balas de borracha. Se possui, recusa-se terminantemente a revelá-las: alega “motivos

de segurança”. Uma rápida pesquisa na internet, porém, dará acesso à segunda edição de um documento publicado em 1997, com tiragem de dois mil exemplares, intitulado *Manual de Controle de Distúrbios Civis da Polícia Militar*.

Pelos mesmos motivos estratégicos, a **PM** não confirma a veracidade ou atualidade do texto. No entanto, a introdução que figura no documento é exatamente a mesma que aparece no site do 2º Batalhão de Polícia de Choque, na seção Controle de Distúrbios Civis. É uma descrição dos tipos de aglomeração popular segundo seus níveis de organização: multidão, turba, manifestação, tumulto etc. E suas causas: sociais, econômicas, políticas...

Há poucas referências às balas de borracha nas mais de cem páginas do manual. Uma delas indica como os policiais devem empregar os projéteis de elastômero na contenção de conflitos rurais. “O uso de pistola, espingarda calibre 12, *thru-flight*, com as respectivas munições antimotins (projéteis de borracha), deve ser empregado a uma distância segura para evitar o contato físico da tropa com os sem-terra, sendo meio importante por não causar ferimentos de gravidade.”

Em seguida, porém, as instruções autorizam um emprego mais temerário da munição. “A pistola poderá ser usada a uma distância mais aproximada como forma de dispersão dos sem-terra.” O restante do manual se dedica a explicar formações de ataque e defesa, composição hierárquica das tropas de choque e orientações para uso de gás lacrimogêneo e cassetetes, entre outras diretrizes.

“As informações oficiais da polícia são as mais difíceis de obter. A gente já tentou até pela Lei de Acesso à Informação, mas é complicado”, relata Leonardo Blecher, membro do Coletivo Menos Letais, contrário ao empenho de balas de borracha na repressão a manifestações públicas. “Sem que a população conheça os parâmetros de uso, não temos nem como protestar.”

Blecher reclama a elaboração de legislações claras sobre o emprego dos artefatos antidistúrbios — preocupação que chegou ao Congresso Nacional.

Tramita pelo Senado o Projeto de Lei nº 300, de 2013, que pretende proibir as balas de borracha durante protestos populares no país. Na justificativa do texto, o autor da proposta, senador Lindbergh Farias, argumenta que, “sem adequado treinamento e sem uma reforma humanitária das polícias, a autorização de uso de bala de borracha acaba resultando em arbitrariedades”.

Em São Paulo, a Assembleia Legislativa analisa proposta semelhante, o Projeto de Lei nº 608, também de 2013, elaborado pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino. “Algo tem que ser feito, com urgência, para impedir o uso dessas munições, antes que elas venham a produzir efeitos letais em manifestantes”, sustenta.

Ambas as iniciativas foram motivadas pela atuação das polícias militares durante as jornadas de junho — e pelos efeitos perniciosos das balas de borracha atiradas irresponsavelmente contra cidadãos no exercício de suas liberdades democráticas.

A Resolução nº 6 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, publicada em 18 de junho de 2013, reforça a cautela no uso das balas de elastômero e outros artefatos. Assinado pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, o documento afirma que o uso das armas “somente é aceitável quando comprovadamente necessário para resguardar a integridade física do agente do poder público ou de terceiros, ou em situações extremas em que o uso da força é comprovadamente o único meio possível de conter ações violentas”.

O nome da organização a que pertence Leonardo Blecher reflete a motivação de militantes sociais, governantes e parlamentares que defendem restrições ao

emprego desses artefatos durante manifestações públicas. Para eles, balas de borracha, bombas de efeito moral, spray de pimenta e gás lacrimogêneo jamais poderiam ser classificados como artefatos não letais. “São menos letais, porque podem matar — ainda mais se utilizados indevidamente”, explica o militante.

A **PM** paulista endossa essa tese: “Não possuímos armas não letais”, explica a corporação, preferindo classificá-las como munições de baixa letalidade. Oficiais também se pronunciam nesse sentido. Deputado estadual desde 2007, Major Olímpio já exerceu as funções de comandante da **PM** na região central de São Paulo, responsável pelo policiamento dos pontos mais procurados pelos manifestantes da cidade: Avenida Paulista, Anhangabaú, Rua da Consolação, Parque Dom Pedro II e Praça da Sé.

“Não existe equipamento não letal, mas equipamento menos letal”, pontua. “Com uma caneta você pode torturar uma pessoa um dia inteiro, ou até matá-la.” Com experiência no controle de distúrbios civis, Major Olímpio é favorável ao emprego de armas com baixo potencial ofensivo em manifestações, com uma ressalva: é preciso utilizá-las com o devido preparo.

“A técnica permite que cem homens contenham dez mil pessoas”, explica, dando mais detalhes sobre as instruções que costumam ser repassadas aos membros da tropa de choque. “Com bala de borracha, os disparos devem ser efetuados em 45 graus para atingir regiões da cintura para baixo, pernas e abdômen. Se impactar as superfícies moles do corpo, todo mundo sabe que o elastômero pode matar.”

●

No meio do tumulto,
Sérgio não viu a
pequena esfera vindo
em sua direção.

Logo após as primeiras investidas do choque, percebeu que a polícia não queria apenas dispersar o protesto. E procurou abrigo. Protegido atrás da banca de jornais, relativamente distante do foco das agressões e tomando todo o cuidado que podia, não esperava ser atingido. Ainda menos no olho.

“Lembro de um policial ter atirado uma bomba contra um grupo de colegas da imprensa, fotógrafos, cinegrafistas, jornalistas, que estavam na esquina”, relata, fazendo referência a um episódio que está registrado em vídeo: profissionais acuados, trabalhando, quando um soldado sai da formação e lança uma bomba contra o grupo inofensivo. “Achei aquilo um absurdo, e pensei: eles estão atirando em todo mundo, sem dó, sem pena, sem qualquer distinção.”

Com medo, Sérgio deixou as fotos de lado por um momento. Tossiu e sentiu ânsias de vômito. Usou a camiseta para se proteger do gás. Seus olhos ardiam. Tentou se livrar dos efeitos lacrimogêneos com algumas cusparadas, em vão. Sem muitas opções, decidiu retomar o trabalho quando percebeu uma momentânea trégua nos estrondos policiais.

“Quis fotografar a tropa de choque em posição de ataque exatamente na esquina oposta, atirando para todos os lados. Fiz três fotos num só clique. Quando tirei a câmera do olho, senti o impacto.”

Mirar pelo visor, pressionar o disparador e verificar a imagem na tela é um gesto quase automático dos fotógrafos desde que equipamentos digitais chegaram ao mercado.

Era o movimento que Sérgio fazia, pela última vez naquela e em muitas outras noites.

“Na hora, é quase imperceptível. Talvez por causa da velocidade do projétil, e pelo fato de ser de borracha”, conta, tentando encontrar palavras para descrever a medonha sensação que vem logo em seguida. “Você sabe como é ter um olho esmagado? Sabe me dizer que dor é essa? Pois é, eu senti e nem assim consigo explicar.”



Apesar da dor indizível, o globo ocular de Sérgio, à primeira vista, não fora prejudicado pela bala de borracha.

“A gente observava, por fora, um olho íntegro, sem qualquer ruptura aparente”, lembra Elisabete Nogueira Martins, médica do Hospital de Olhos Paulista. Elisabete foi uma das profissionais que atenderam o fotógrafo na manhã seguinte ao tiro, quando ele chegou à instituição, conhecida como H. Olhos, depois de uma rápida passagem pelo Hospital Nove de Julho. “Os danos foram todos internos.”

A oftalmologista conta que a quantidade de sangue que emanava de seus vasos intraoculares impedia um exame mais preciso das consequências trazidas pelo ferimento. “Só conseguimos examiná-lo com a ajuda de uma ultrassonografia.” O equipamento permitiu aos médicos constatarem que todas as estruturas do olho de Sérgio haviam sido comprometidas. “A parede de trás estava inchada, mais espessa que o normal. Havia hemorragia. A íris estava dilatada”, cita Elisabete, destacando que os ferimentos eram irreversíveis. “O olho se perdeu no momento do impacto.”

O diagnóstico do H. Olhos é compatível com o comunicado que o “anjo da guarda” de Sérgio, Severino Honorato, recebeu dos profissionais que primeiro atenderam o fotógrafo no Hospital Nove de Julho. “Assim que souberam o grau de dano que ele tinha no olho, um médico veio e me falou: Muito difícil”, recorda o professor, que acudiu o fotógrafo logo após o tiro. “Demorou menos de uma hora e meia para que eu recebesse essa notícia.”

Basta imaginar que o olho esquerdo de Sérgio é uma bexiga, segurá-la com uma das mãos e apertá-la com a outra. A esfera se deforma. Ao retirar a pressão, volta ao formato original. O globo ocular do fotógrafo sofreu processo semelhante: a bala de borracha comprimiu seu olho. O movimento foi fatal para as funções visuais.

“Cada parte do órgão tem um nível de resistência e elasticidade, e suporta o impacto de maneira diferente”, explica Elisabete. No caso de Sérgio, a parte branca do olho, chamada esclera, resistiu à agressão e não se rompeu. “Por isso, o globo ocular estava íntegro”, continua a médica. “Mas as outras partes... Houve um comprometimento bem importante mesmo.”

Além dos prejuízos imediatos e irreversíveis à visão esquerda, o projétil fraturou os ossos da face de Sérgio em dois lugares ao redor do olho: abaixo do globo, na estrutura que serve de apoio para o órgão, e ao lado do aparelho ocular, quase no nariz. “O impacto não foi pequeno”, conclui a oftalmologista. “Não é qualquer acidente que provoca, ao mesmo tempo, danos oculares e fraturas — e foram duas.”



Mesmo em pânico, Sérgio foi tomado pela dúvida ao perceber que seu olho havia sido atingido.

“Com dor, sangramento, bomba, gás, tudo acontecendo, aquela loucura toda, ainda consegui pensar: O que será que me acertou?” As incertezas não tardariam em se desfazer. “Não foi nada pontiagudo”, raciocinou. “E, na manhã seguinte, a pessoa que me socorreu retornou à mesma esquina, ao lado da banca, e encheu a mão com balas de borracha. Havia várias, várias.”

Mais de seis meses depois, a **PM** responderia parcialmente aos questionamentos enviados por um professor da Universidade de São Paulo, Pablo Ortellado, que se valeu da Lei de Acesso à Informação para saber quanta munição de baixa letalidade os policiais haviam empregado em 13 de junho de 2013. Na resposta, a corporação admite o uso de 506 balas de elastômero e 938 bombas de gás lacrimogêneo.

Minutos após o disparo, Sérgio, desnortado, recebeu a ajuda de Severino Honorato, 41 anos, professor de uma escola pública na zona sul da capital. Severino estava na manifestação junto com companheiros do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, de quem se perdeu rapidamente após o início da repressão.

“Sou sindicalista há 24 anos, já participei de muitos movimentos, já estive em greves em que a polícia usou de muita violência, já vimos de tudo”, explica. “Mas aquela noite me surpreendeu.”

Considerado um herói pelos familiares de Sérgio, o professor nega qualquer gesto de valentia. Em seu lugar, diz, qualquer um teria ajudado. “É reflexo dos

manifestantes se solidarizarem.” Assustado como todo mundo após as primeiras agressões da **PM**, Severino caminhava meio sem rumo quando trombou com o fotógrafo, mãos no rosto, em frente a um bar.

“Ele gritava muito: Meu olho! Meu olho!”, lembra. “Meu olho tá furado! Me ajuda!” Após o encontrão, Sérgio, que já vinha desequilibrado, estatelou no chão. Severino levantou o rapaz ferido e colocou seu braço em volta do pescoço. “A gente tinha que sair dali o mais rápido possível, porque a situação dele estava feia.”

Então começou o “trajeto mais longo e doloroso” da vida do fotógrafo. E um desafio inédito para Severino. “Foi difícil carregar esse cara.”

A primeira ideia foi caminhar até o posto de saúde improvisado pelo coletivo Matilha Cultural na Rua Rego Freitas, a apenas duzentos metros da banca. Mas era impossível: para chegar até lá, seria necessário atravessar a linha policial. A barreira, intransponível, também impedia o acesso da dupla à Santa Casa, na Rua Veridiana. Dez minutos de caminhada, se tanto, bastariam para que Sérgio recebesse os primeiros socorros no hospital, que atende pelo **SUS**.

“Pensamos, pensamos, e foi Sérgio quem falou: Vamos para o Nove de Julho.” Severino abraçou seu novo amigo e juntos se afastaram da truculência policial. Caminharam até o final da Rua Caio Prado, desceram um escadão e subiram a avenida que dá nome ao hospital. O trânsito estava parado, era inviável pegar um táxi. O jeito era ir a pé. Sob o eco de bombas cada vez mais distantes, a maratona se estendeu por intermináveis quarenta minutos.

Sérgio havia tirado a camiseta, que utilizava para conter o sangue do olho ferido. Foram instantes de completa cegueira. A vista esquerda, destruída, obviamente não podia ver nada. E a direita, ele mal conseguia abrir, lancinante era a dor.

Apoiado em Severino, o fotógrafo teve que parar várias vezes para vomitar. O gás havia ressecado sua garganta. A garrafinha d'água que compraram num posto de gasolina, logo no início da via-crúcis, não fora páreo para as reações químicas da fumaça. Sérgio tinha dificuldades para respirar.

“Em alguns momentos, ele queria parar”, recorda o professor. “Eu dizia: Força, você precisa continuar caminhando. Pensa nas pessoas que você gosta, na sua esposa, nas suas filhas, e vamos tocando o barco.”

Sérgio guarda poucas lembranças da caminhada: conversas monossilábicas com Severino, uma sede insaciável, cansaço, desespero, agonia. “A vontade que eu tinha era de me jogar no chão para ver se toda aquela dor diminuía.”



**Não são apenas
representantes de
movimentos sociais,
partidos de esquerda,
defensores dos
direitos humanos,**

imprensa e manifestantes que classificam a operação policial de 13 de junho de 2013 como violenta e desastrosa. “Aquilo se transformou numa briga de rua”, define Major Olímpio, “o que demonstra fragilidade e falta de planejamento da Polícia Militar.”

O deputado está longe de ser um “inimigo da **PM**”, e tampouco tem interesse em “atentar contra a imagem da corporação”. Major Olímpio trabalhou 35 anos na polícia. Utiliza sua patente e o logotipo da instituição em suas campanhas eleitorais. Está sempre tomando parte

em iniciativas parlamentares para melhorar a vida e as condições de trabalho dos colegas. Entre os souvenirs que decoram seu gabinete, destacam-se um capacete da tropa de choque e seu quepe de oficial.

No entanto, como integrante da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, o deputado estava no centro de São Paulo no dia 13 de junho, acompanhando as manifestações. “Aquilo estava uma zona generalizada. Você não conseguia identificar técnica policial nenhuma”, analisa. “Poderíamos ter tido — e estou falando no plural — cadáveres nas ruas.”

Major Olímpio debita os abusos que conferiu naquela quinta-feira à perda de controle da **PM** sobre seus homens. “Depois daquele momento inicial, ninguém mais tinha o comando de ninguém. Quando o componente estratégico falha, a possibilidade de ações individuais excessivas é muito maior.”

Um dos exemplos mais graves desses excessos foi o encurralamento de manifestantes, do qual o próprio parlamentar fora vítima. Em alguns momentos, Olímpio ficou entre as linhas policiais, sem ter por onde fugir, sob fogo cruzado da **PM**. “Disponibilizaram efetivo para confrontar e conduzir e confinar os manifestantes, não para dispersá-los.”

As violações perpetradas pela polícia motivaram a **ONG** Conectas Direitos Humanos a enviar denúncias aos relatores especiais das Nações Unidas para o Direito de Assembleia e de Associação Pacífica, Maina Kiai; Promoção e Proteção do Direito de Opinião e Expressão, Frank La Rue; Situação dos Defensores de Direitos Humanos, Margaret Sekaggya; Tortura e Outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanas e Degradantes, Juan Mendez; e Detenção Arbitrária, El Hadji Malick Sow. Tais comunicados foram posteriormente reforçados com testemunhos sistematizados de dez vítimas, entre eles

Sérgio Silva, comprovando os abusos.

“Uma das linhas que une todos os depoimentos é o encurralamento. Algumas pessoas usaram inclusive a expressão ‘gato e rato’ para descrever o que viveram nas ruas”, explica Rafael Custódio, coordenador do programa de Justiça da Conectas. “Todos disseram que os policiais estavam muito nervosos, contrastando com a ideia de que a corporação está preparada para lidar com manifestações. Estavam exaltados, xingando e batendo em todo mundo.”

O Centro de Comunicação Social da Polícia Militar se recusa a responder perguntas sobre os operativos de 13 de junho de 2013. E bloqueia qualquer tentativa de entrevista com o corregedor-geral da **PM**, coronel Rui Conegundes de Souza, ou com o comandante da tropa de choque naquela noite, o tenente-coronel Ben Hur Junqueira Neto. Com seu nome épico, cútis morena e bigode grisalho, Ben Hur é por enquanto o único rosto visível entre os oficiais à frente de tantos abusos.

A Conectas recorreu à Lei de Acesso à Informação para saber qual foi a cadeia de comando da repressão na quinta-feira. Também pediu os relatórios de atividade da polícia. Sete meses depois, ainda não obteve resposta — e Rafael Custódio não acredita que vá obtê-las. Com todas as vias administrativas já esgotadas pela renúncia do governo estadual em cumprir a legislação, restará apenas recorrer à justiça.

Quando questionada diretamente sobre quem ordenou a repressão, a **PM** responde que Ben Hur era o único encarregado. No mesmo vídeo em que parabeniza os manifestantes, porém, o tenente-coronel explica ao jovem Maurício Costa, militante do Coletivo Juntos e uma das lideranças do movimento: “Viu, as decisões não são minhas. Eu sou um intermediador, tá?”

A **PM** também se recusa a reconhecer a ocorrência de qualquer violação de direitos no episódio. Não admite

sequer as caricatas detenções por porte de vinagre e as conduções para averiguação — procedimento ilegal. “Os eventuais abusos cometidos nos protestos de junho estão sendo apurados por meio de inquéritos policiais militares, em trâmite no comando de policiamento de área regional.” Conhecidas como **IPMs**, as investigações são sigilosas.

Em entrevista à **TV Folha** no dia seguinte ao protesto, 14 de junho, o coronel Reynaldo Simões Rossi (que seria agredido por “mascarados” em 25 de outubro de 2013, em manifestação pela tarifa zero no transporte público) sustenta a ideia de que a conduta dos policiais é sempre pautada pela correção disciplinar. “A **PM** não admite excesso de conduta e está acostumada a cortar na própria carne. Exluímos entre duzentos e trezentos policiais por ano por desvios de conduta perpetrados.”

No entanto, uma nota da **PM** declara que desde 2000 — ou seja, nos últimos treze anos — nenhum de seus homens recebeu punições por excessos praticados durante manifestações públicas. Nem por desvio de conduta, nem por abuso de autoridade, nem por perpetração de violência, nem por violação dos direitos humanos, nem por quaisquer outras irregularidades.

“Não tivemos tais registros”, diz a assessoria de imprensa da corporação, destacando que o emprego indevido de armas de baixa letalidade em protestos tampouco resultou em sanções disciplinares no período. A polícia minimiza os efeitos perniciosos de bombas e balas de elastômero sobre a integridade física dos cidadãos. E tem uma só palavra a dizer sobre ferimentos, cegueiras e afins. “São indesejáveis.”

No dia 13 de dezembro de 2013, exatamente seis meses depois do tiro, Sérgio subiria à tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo, em sessão solene, para receber o 17º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos em nome de todos os jornalistas feridos nas jornadas de junho. Vestido



com uma camiseta estampada com a frase “Chega de bala de borracha”, o fotógrafo denunciaria mais uma vez o descaso das autoridades.

“O governo do estado de São Paulo ainda não deu respostas à sociedade”, criticou, lamentando a existência de políticos que, trinta anos após o fim da ditadura, coíbem violentamente o direito à livre manifestação. “O governo se finge de surdo, mudo e cego para o problema das armas menos letais, mas quem acabou saindo cego dos protestos fui eu.”



Sérgio usava uma bandagem bege no olho esquerdo quando nos vimos pela primeira vez.

Ainda não nos conhecíamos pessoalmente. Enquanto eu descrevia a cor da minha camiseta e lhe falava de minha calça jeans, óculos e bigode, ao telefone, tentando marcar nosso encontro, ele saiu-se com uma descrição rápida e precisa de si mesmo: “Você vai me reconhecer”, garantiu, “tenho um tampão enorme no rosto”.

Fazia quase três meses que perdera a visão e o adesivo ainda era necessário para proteger o ferimento das sujeiras da rua. Mas não se tratava apenas de recomendação médica: a marca que a bala de borracha imprimira em seu semblante incomodava demais. “Meu olho está bem feio”, contou. “Minha imagem, ainda hoje, é o retrato da violência.”

Durante nossa conversa, quase duas horas, Sérgio não se deixou ver sem o tampão. Mas contou que sua pálpebra rebaixada, e o olho injetado, fundo, desencadearam um processo traumático na filha pequena. Em sua presença, mesmo no sossego de um domingo à tarde, a menina

passara a emitir pequenos ruídos, qual soluços assustados. O mesmo som saía da boca de Sérgio nos dias que se seguiram ao tiro. Na psicóloga, soube que os resmungos repentinos da filha eram consequência óbvia da agressão sofrida pelo pai.

Embora estivesse tentando tocar a vida, indo ao médico, aprendendo edição de vídeos e saindo para fotografar descompromissadamente vez em quando, as lembranças de tudo que poderia ter sido mas não foi nem nunca seria por causa do 13 de junho continuavam perturbando sobremaneira. “Dentro de mim, é terrível ainda. É terrível pensar nesse assunto.”

Os piores momentos eram quando se pegava sozinho. Vãs foram as tentativas de se distrair com um livro: em poucos minutos, o cérebro passava a ignorar a leitura, e o olho que lhe sobrou surfava sobre as palavras sem registrar nada. Toda concentração se dirigia aos momentos de dor e desespero da quinta-feira. “Minha cabeça vai sempre parar nesse assunto.”

Marcamos de tomar um café a apenas dois quarteirões da esquina onde Sérgio recebeu o tiro de borracha. Para chegar até lá, o fotógrafo desviou bastante seu caminho, com o único objetivo de não colocar os pés naquele lugar de novo. Ainda não era hora. Havia retornado apenas duas vezes ao cruzamento da Consolação com a Caio Prado, sem querer. A primeira, numa ida ao médico, de táxi. A segunda, quando estava num ônibus. Chorou em ambas.

“Eu evito”, revelou, explicando o misto de sensações, todas ruins, que o lugar passou a lhe causar. “Dá raiva, mas também tristeza pelo fato de eu ter sofrido uma violência gratuita, sem qualquer justificativa.” Tempos depois, Sérgio me falaria sobre o inconformismo que prejudicou seu sono por meses a fio: “Cada pensamento era uma tentativa de encontrar respostas sobre por qual motivo logo eu, um cara que nunca usou a violência para nada, me tornei vítima dela”.

Mais que se indignar com o próprio destino, Sérgio está revoltado com a postura das autoridades. Não quer aparecer como mártir, mas lamenta que o sacrifício de seu olho esquerdo no auge da repressão não tenha sido suficiente para que a polícia deixasse de usar arsenais de baixa letalidade — ou para que, ao menos, os empregasse com maior cautela.

Nos protestos de 7 de setembro, Dia da Independência, menos de três meses depois, outro jovem teria a visão para sempre escurecida pela corporação. Vitor Araújo, de 17 anos, fora atingido no olho direito por estilhaços de uma das inúmeras bombas de efeito moral lançadas pela **PM** contra manifestantes no centro de São Paulo. Nove minutos da agonia do jovem estão registrados em vídeo e disponíveis na internet.

Nas imagens, ele aparece com uma camiseta branca no rosto, tentando estancar o sangramento. Um manancial vermelho escorre pela bochecha quando alguém tenta lavar a ferida. Não parece, mas Vitor está desesperado. “Eu só quero saber: estou cego ou não?”, pergunta aos manifestantes que lhe prestam socorro, em impulsos de nervosismo que rompem a calma aparente. “Eu quero saber se eu ainda tenho olho! Me fala a verdade! Mano, tá doendo demais!”

“Vi no sofrimento do Vitor toda minha angústia”, lamenta Sérgio, cujo calvário está registrado apenas em sua memória — e na de quem o socorreu. “Algo que não foi fotografado, não foi filmado, eu pude ver nele.”

Ao ver que a história se repetia, Sérgio reforçou a certeza de que seu infortúnio não se tratava de um mero acaso. “São as mesmas armas, a mesma polícia, o mesmo governador e o mesmo secretário de Segurança Pública”, enumera. “A injustiça que cometeram comigo fica ainda maior, porque continua ocorrendo. Eles podem fazer isso parar, mas não tomam providências. Começa a virar uma questão política.”

A partir de agosto de 2013, Sérgio havia intensificado sua militância pela proibição das armas menos letais. Concedeu uma série de entrevistas e participou de debates, insistindo no tema da violência policial. Conheceu militantes das Mães de Maio, que acusam PMs pelo assassinato de seus filhos em bairros de periferia. Passou a fazer campanha por uma petição online, exigindo o fim das balas de borracha, que hoje possui mais de 45 mil assinaturas.

Em suas intervenções públicas, pedia ainda a desmilitarização da PM, causando certo incômodo em alguns membros da corporação. A expressão “Bala de borracha cega, mas não cala” tornou-se seu grande lema.

O fotógrafo também ensaiou algumas articulações institucionais. Na Câmara Municipal, participou de reuniões com vereadores em busca de uma sessão solene em homenagem às pessoas feridas nas jornadas de junho. Não conseguiu. Ignorado, Sérgio ainda teve de assistir aos parlamentares saudando Pms machucados em serviço durante a contenção dos protestos.

“Nada contra, mas e a gente?”, pergunta. Nesse meio-tempo, por iniciativa do vereador Coronel Telhada, a Rota, tropa de elite da Polícia Militar, reconhecidamente violenta, recebeu a Salva de Prata, maior honraria do legislativo paulistano.

Sérgio também tentou sensibilizar sozinho o governo do estado. Evitando fazer alarde, contactou assessores do secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, pedindo uma audiência com o homem que, em teoria, tem a palavra final sobre as ações da PM. Na época, ainda vigia uma efêmera proibição às balas de borracha. A ideia era entregar pessoalmente ao secretário uma cópia do abaixo-assinado, e lhe explicar cara a cara quantos prejuízos um pequeno projétil de elastômero pode trazer à vida do cidadão.

Em outubro, porém, a cidade assistiria ao “crescimento da tática *black bloc*”. Em meio a bancos vandalizados, um

carro da Polícia Civil seria virado de ponta-cabeça. Como resposta, o governo voltou a patrocinar o retorno das balas de borracha às espingardas da PM. Ao mesmo tempo, os assessores de Grella, antes solícitos e atenciosos, passaram a ignorar os e-mails de Sérgio. O quadro havia se invertido.

Percebendo o tamanho do muro que estava tentando escalar, e com pendências médicas que só se acumularam no tempo em que se dedicara à militância, o fotógrafo foi reduzindo suas atividades políticas. “Estava precisando cuidar um pouco de mim”, explica. “E também do processo. Levei até bronca do meu advogado.”



Talvez o Judiciário surpreenda, mas nenhuma das partes envolvidas na ação

que Sérgio está movendo contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo duvida de sua vitória. Também é consenso, porém, que vai demorar, e muito, para que os tribunais deem um veredicto definitivo sobre seu caso. Por mais que o fotógrafo tenha razão em suas alegações, o contexto político e o funcionamento da justiça parecem ser-lhes desfavoráveis.

“A responsabilidade do poder público é objetiva”, explica o advogado do fotógrafo, Paulo Sérgio Leite Fernandes. “Nós provamos o fato, provamos a profissão do Sérgio, provamos a origem do ferimento e provamos os prejuízos. O Estado pode até se defender, mas será uma defesa apenas protelatória.”

Aos 78 anos, Leite Fernandes é dono de um escritório muito bem localizado na zona oeste de São Paulo. Em sua sala, toda amadeirada, as quatro paredes estão completamente tomadas por livros. Além dos óbvios

volumes sobre Direito, há publicações sobre avarias marítimas, psicologia e LSD. Fotos do advogado com políticos influentes, como o governador Geraldo Alckmin e o vice-presidente da República, Michel Temer, completam a decoração.

Sérgio não teria condições financeiras de bancar a assessoria do decano bacharel, mas chegou até ele por uma coincidência: um de seus assistentes trabalha eventualmente para o sindicato dos professores, onde conheceu Severino, quem socorreu o fotógrafo. Numa entrevista com o advogado, contou sua história e conseguiu atendimento gratuito. “Faço isso até para expiar algumas culpas”, explica Leite Fernandes. “A gente sempre faz uma coisa boa porque fez uma coisa ruim lá atrás.”

Seu antagonista nos tribunais será um antigo estagiário, Elival da Silva Ramos, que hoje chefia a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. “É o guardião do trono do governador”, provoca Leite Fernandes. Ramos, porém, prefere intitular-se simplesmente como advogado da administração. E, como defensor do Estado na querela, concorda com seu antigo professor sobre o resultado do processo.

“Sim, o governo vai ter que pagar. Só não pagaria se ficasse demonstrado que esse tiro partiu de outra arma que não a da polícia”, pondera, descartando imediatamente essa hipótese. “Não é o caso, ainda mais com bala de borracha, que é de uso privativo das forças de segurança.”

Esse consenso, explica Elival, está na raiz da vida em sociedade. Em teoria, diz, as ações do Estado se destinam ao benefício da coletividade. Uma ambulância, por exemplo. Sua função é socorrer a quem precisa. Na pressa de levar um ferido ao hospital, porém, o motorista pode bater no carro de um cidadão. Não é justo que o dono do veículo pague sozinho pelo sinistro. O Estado, então, indenizará o prejuízo com dinheiro público, dividindo

os custos entre todos nós — porque, no fim das contas, todos nos beneficiamos da ambulância. Isso se repete em praticamente todas as esferas da atuação estatal, inclusive e sobretudo com a PM.

“A ação do Estado supõe riscos, especialmente a ação policial”, analisa o procurador. “Se o Estado, em sua atividade, provoca algum dano, esse dano deve ser repartido entre todos. Todos nós pagamos. É uma ideia correta.”

De acordo com o procurador geral, sequer é necessário comprovar quem foi o policial responsável pelo “desvio de conduta” para que a vítima receba indenização. Basta saber que o Estado é responsável. No caso de Sérgio, isso significa que seus advogados não precisarão apontar quem disparou. Mesmo que tenha sido um acidente, mesmo que o soldado não tenha tido a menor intenção de cegá-lo, mesmo que tivesse tomado todas as precauções técnicas no manuseio do armamento, mesmo assim, o fotógrafo teria direito à indenização.

“Para efeitos de indenização, não importa a culpa do policial. Se foi um agente público que disparou, com certeza, então o Estado indeniza. A questão é que, se o PM agiu sem cautela, ele responderá por isso depois, para indenizar o Estado. Mas uma coisa não depende da outra”, continua Elival. “A PM fará suas apurações. Se o policial não for culpado, o Estado paga e pronto. Se for, entra com uma ação contra o policial. O Estado indeniza a vítima nos dois casos.”

Sérgio está pedindo uma série de compensações ao poder público estadual. “Ele é fotógrafo”, argumenta o advogado na peça remetida aos tribunais. “Olho e câmera são seus instrumentos de trabalho. Ou eram. Frente às sequelas, não poderá mais tirar retratos, atividade que, de resto, é, ao lado da mulher e filha, motivo maior de sua paixão. Perdeu a possibilidade de enxergar em profundidade.”

Leite Fernandes recorda princípios constitucionais, artigos do Código Civil, doutrinas jurídicas e decisões

anteriores do Supremo Tribunal Federal para sustentar o pedido. Ao final, com base na jurisprudência, sugere uma indenização de R\$ 800 mil — apenas pelos danos morais causados pela bala de borracha.

Mas o tiro deixou outras sequelas, que também estão sendo cobradas na justiça. Sob a rubrica de “danos materiais”, Sérgio pede R\$ 400 mil, referentes aos evidentes prejuízos estéticos impostos a seu rosto pelo impacto do elastômero. Leite Fernandes procura desfazer controvérsias citando decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça que preveem distinção entre danos morais e estéticos.

“O dano estético é marca indelével a carregar no olho eternamente, mesmo que seja possível ocultá-la de outrem. O dano moral é o sofrimento decorrente da perda da visão, da possibilidade de trabalhar como fotógrafo, da tranquilidade, enfim.”

Os danos materiais propriamente ditos — ou seja, os prejuízos financeiros oriundos do ferimento — se referem aos gastos com que Sérgio terá que arcar pelo atendimento que recebeu no Hospital Nove de Julho. O fotógrafo pensou que seu convênio médico cobriria os primeiros socorros na instituição. Não cobriu. Hospitais privados não podem negar atendimento, mas não estão obrigados a fazer caridade.

“Ele tem que pagar o hospital, se não podem negativá-lo”, lembra Leite Fernandes.

Os primeiros procedimentos oftalmológicos no Nove de Julho lhe custaram R\$ 3.894,67. É um débito que pode criar ainda maiores complicações financeiras à vida do fotógrafo. Por isso, seu advogado entrou com um instrumento emergencial conhecido como antecipação de tutela, que nada mais é do que uma liminar para que Sérgio receba esse valor imediatamente, e possa assim saldar a dívida no hospital.

“Essa ação toda vai demorar, no mínimo, dez anos”, adverte Leite Fernandes. “Quando Sérgio veio me procurar, eu sentei meu assistente mais novo aqui do lado. Porque ele vai continuar o trabalho que eu comecei. A Fazenda Pública vai resistir durante anos. Anos e anos. Eu provavelmente vou morrer no meio do caminho. Ações desse tipo costumam sobreviver aos advogados.”

O procurador geral do Estado explica que essa demora não se deve tanto à resistência do poder público em arcar com as consequências desastrosas de seus representantes, mas aos procedimentos comuns e correntes da justiça.

“Se a vítima ganha a ação em primeira instância, vai haver recurso necessariamente, porque é obrigatório: mesmo que o Estado não queira recorrer, o juiz manda ele mesmo para segunda instância”, conta. “Então, haverá novo julgamento. Se a decisão não for unânime, a Fazenda Pública entra com novo recurso: os embargos infringentes. Às vezes, a ação passa por três níveis. Sem contar que é preciso fazer perícias.”

Daí o pedido de tutela antecipada. Os tribunais paulistas, porém, não veem necessidade de que o Estado pague imediatamente esses quase quatro mil reais. Se é verdade que, como dizem os especialistas, o fotógrafo vencerá o processo, os fatos demonstram que, em apenas três meses de tramitação, ele já perdeu três batalhas.

No dia 8 de outubro de 2013, o juiz Henrique Rodrigues Clavasio, da 10ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, indeferiu o pagamento dos R\$ 3.894,67. Apesar de todos os indícios, e da alegada bala de borracha, o magistrado não conseguiu ver um claro “nexo de causalidade” entre a cegueira do fotógrafo e a ação da polícia.

Remetida à segunda instância, a liminar foi novamente negada. “Não verifico a existência da prova inequívoca do direito invocado pelo autor, dependendo a matéria de melhores elementos de convicção a serem

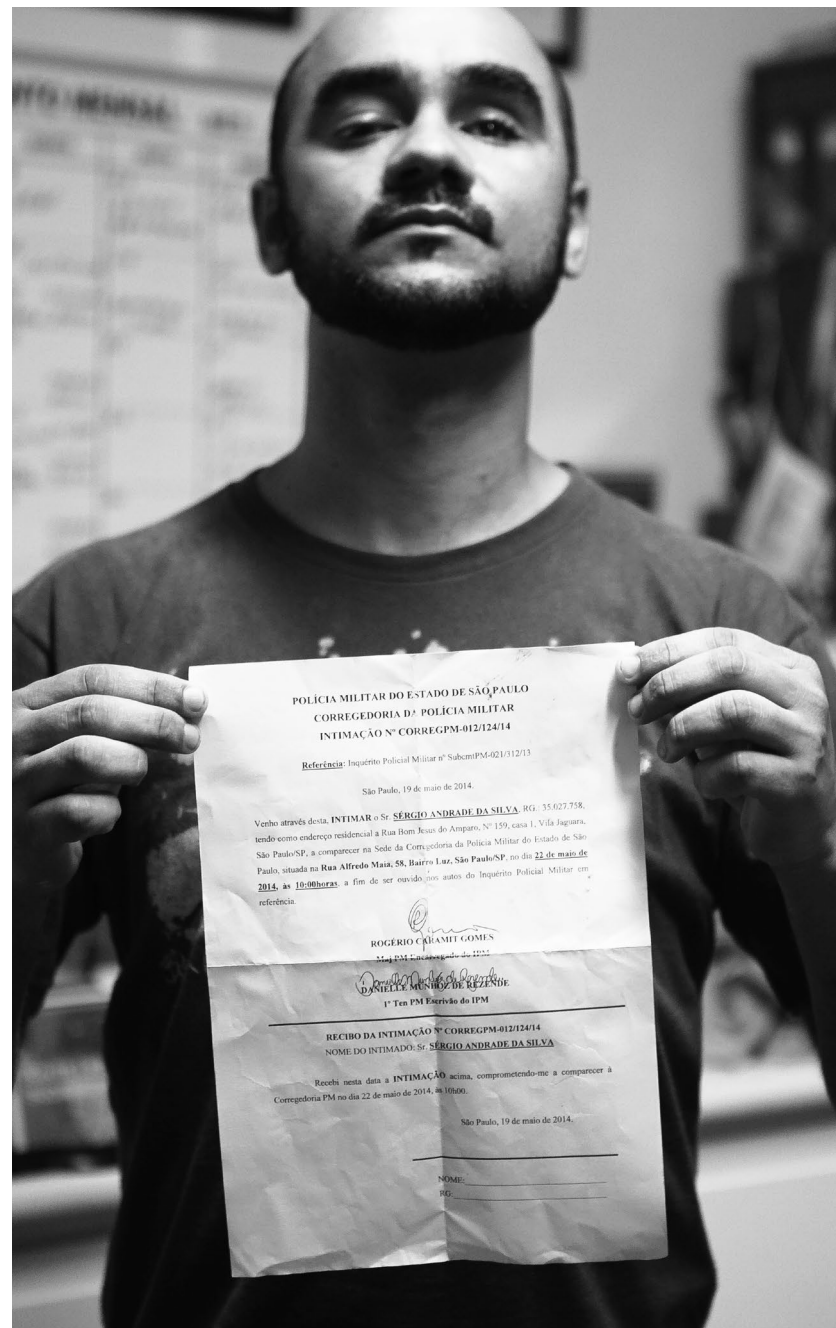
trazidos no curso da instrução, mormente no que se refere ao nexo de causalidade entre o evento danoso e a alegada responsabilidade do Estado”, decidiu o desembargador Rebouças de Carvalho em 14 de outubro de 2013.

A antecipação de tutela foi enviada, então, ao Tribunal de Justiça, para votação colegiada. A interpretação de Rebouças prevaleceu.

Em 30 de outubro, após sua petição ter sido rechaçada pela terceira vez, Sérgio postou no Facebook o vídeo em que policiais agredem um grupo de jornalistas que cobriam as manifestações de 13 de junho, uma das evidências explícitas de que a **PM** atacou repórteres naquela quinta-feira. “É lamentável ter que assistir a uma coisa dessas, ficar cego de um olho e ouvir de um juiz que não tenho prova nenhuma de ter sido atingido por bala de borracha.”

Já o advogado não se surpreende com a decisão. Nesses casos, diz, o Judiciário tem um papel político muito claro. “O juiz tem independência para negar, não para conceder. Se concede, vai ser enrabado de todos os lados. Terá a carreira prejudicada”, aponta, explicando por que a balança pende para o lado do Estado. “Sérgio não é a única vítima da polícia nos protestos. Há muitas outras. Juízes podem ter uma pilha de reivindicações assemelhadas, e uma tutela micrométrica como essa pode abrir margem a uma catadupa de outras reivindicações.”

Para Leite Fernandes, o contexto de agitação social, com a expectativa de novos protestos em 2014, devido à Copa do Mundo, não ajuda a causa do fotógrafo. O advogado aposta que mais manifestações ocorrerão no país e que mais gente será prejudicada pela repressão policial. Consequentemente, haverá mais pedidos de indenização. “Os juízes fazendários estão com medo. Estão com medo de administrar tudo isso.”



Há ainda problemas orçamentários. Elival da Silva Ramos lembra que uma decisão favorável à vítima pode comprometer a receita estadual. “Claro, quatro mil reais não é nada, mas se você multiplicar esse valor por todo mundo que tem direito à reparação de danos, e que pedir pagamento imediato, se você tiver centenas de juízes concedendo as antecipações, haverá impacto tremendo sobre as finanças públicas”, explica. “O Estado vai receber uma conta que não está preparado para pagar.”

De acordo com o procurador geral, o poder público cumpre com suas obrigações indenizatórias não com base no que é justo, mas dentro das possibilidades do Orçamento. Atualmente, afirma, o governo paulista empenha cerca de 1,5% de sua receita líquida para honrar as compensações ordenadas pela justiça. Essa porcentagem corresponde a aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Outros R\$ 200 milhões são gastos com ações menores. “O Estado tem que se programar.”

Derrotas e burocracias à parte, somando todas as indenizações, o fotógrafo pretende receber do estado de São Paulo a quantia de R\$ 1.203.894,67. Além das compensações, espera uma pensão mensal no valor de R\$ 2.034,00, tomando por base os rendimentos que obtinha como freelancer quando ainda possuía a visão perfeita. Deseja ainda que o poder público arque com a mensalidade de seu plano de saúde, que hoje custa R\$ 316,05.

“Ainda não recebi um centavo de ninguém”, adianta. “E abriria mão de tudo isso se pudesse ter meu olho de volta.”

●

Comemorado em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra também serviu

para que Sérgio começasse a encarar seus fantasmas. Em São Paulo, movimentos sociais lembraram a luta de Zumbi dos Palmares com uma passeata pela Avenida Paulista e Rua da Consolação, terminando no centro da cidade. Com os inseparáveis óculos escuros, adotados depois que parou de usar o tampão bege, Sérgio engrossou o protesto munido de sua antiga companheira de trabalho.

Desde a repressão do dia 13 de junho, do tiro e da cegueira, era a primeira vez que o fotógrafo saía de casa exclusivamente para registrar uma manifestação pública. Um mês antes, sequer cogitava essa possibilidade. “Não, cara, a situação ainda está muito violenta, muito brutal”, diria. “Ainda não é o momento.”

Quando chegou a hora, sustentando nos dedos o peso do trauma, Sérgio tremeu em alguns cliques. Um deles, em especial, traria à tona toda a memória da dor. Queria enquadrar os policiais que acompanhavam o protesto, deixando em primeiro plano um estêncil com os dizeres “Por que o senhor atirou em mim?”, impresso numa lixeira da Avenida Paulista. A frase, dita pelo adolescente Douglas Rodrigues após ser alvejado por um PM, antes de morrer, virou símbolo da luta contra o genocídio da juventude negra na periferia.

A foto tinha tudo a ver com o dia e o protesto. Era inofensiva. A manifestação se desenrolava na tranquilidade de um feriado ensolarado. Mas havia viaturas circulando, gente fardada, rostos para fora do camburão monitorando os movimentos do fotógrafo.

“Pela primeira vez na minha vida, senti medo de apertar o botão da câmera”, escreveu no Facebook. “Apesar de não dever nada, absolutamente nada, fiquei tenso e falhei no enquadramento.”

Muitos amigos comentariam o post, parabenizando Sérgio e manifestando apreço pela mensagem contida na foto. Não demoraria para que a imagem se transformasse num divisor de águas pessoal. “Tive coragem de encará-los e fazer a foto. Embora ela não tenha saído do jeito que eu queria, valeu pelo momento.”

Naquele dia, Sérgio fotografaria bastante — e bastante gente. Foi sentindo novamente a sensação de caminhar pelo asfalto sem o receio de ser atropelado. Reencontrou colegas de trabalho. Recebeu solidariedade de muita gente. Sentiu-se à vontade.

Enquanto seguia os manifestantes, porém, lembrou que a marcha passaria pelo lugar onde menos quisera estar nos últimos cinco meses: a esquina da Consolação com a Caio Prado, cruzamento que evitou com todas as forças de suas pernas, nos longos caminhos alternativos que preferiu trilhar quando passou pela região.

“Eu estava com amigos, e pensei que poderia encarar”, lembrou Sérgio, já fortalecido, durante uma rápida conversa que tivemos dias depois, no exato pedacinho de calçada onde levou o tiro. “Durante a passeata, parei na frente da banca e falei: Tirem uma foto de mim. E tiraram. Se eu não tivesse vindo aqui na quarta-feira, não estaria conversando com você aqui agora.”

Sérgio ainda sofre quando coloca os pés naquela encruzilhada de más recordações. Apesar de os olhos escuros não deixarem entrever o olho cheio d’água, seus lábios e bochechas, ligeiramente tremendo, e a voz embargada denunciam a emoção.

O sentimento se dissiparia com o tempo, e ele voltaria propositalmente à esquina em pelo menos outras duas

oportunidades. Numa delas, tarde da noite, afixou na banca uma foto sua, um autorretrato que tirou após o ferimento, com os dizeres: “Pense duas vezes antes de atirar: bala de borracha pode cegar”.

À noite, passou para conferir se a imagem ainda estava lá. Não estava. Apenas quem perambulou pela esquina nas primeiras horas da manhã de 13 de dezembro de 2013 teve a chance de ver o cartaz: seu modo de recordar os seis meses da violência.



Quando pedi para Sérgio definir essa temporada, ele não demorou muito para responder.

“Foi inconstante”, cravou. “Ora me pego com bastante ânimo de superação, ora ainda fico muito triste. Agora, almoçando com você, estou bem. Vinte dias atrás, logo depois da cirurgia, fiquei mal pra caramba, bem deprê mesmo.”

No começo de novembro, Sérgio daria entrada no hospital novamente — desta vez, para retirar o olho que outrora tentara salvar. No lugar, colocou uma prótese: uma esfera de polímero sintético que só não se parece tragicamente com uma bala de borracha porque cheia de orifícios.

“O aspecto lembra mais uma pedra-pomes”, compara Elisabete Nogueira Martins, médica do H. Olhos. “Com o tempo, esse material é incorporado pelos tecidos da cavidade ocular. Vasos, mucosa e músculos vão crescendo e aderindo à esfera.”

A substituição do órgão imprestável pela bolinha porosa é um procedimento puramente estético. Sérgio



poderia conviver com o olho ferido sem que sua presença trouxesse complicações clínicas. “Mas, quando deixa de ter sua principal função, que é enxergar, ele começa a atrofiar. Vai murchando mesmo”, explica o oftalmologista, argumentando que os olhos fundos acabam afetando a autoestima do paciente. “Com a cirurgia, diminuimos o estigma.”

O passo seguinte seria cobrir o globo postigo com outra prótese, essa sim imitando as partes visíveis do olho: íris, pupila e esclera. Sérgio pode tirá-la e colocá-la sozinho, como uma lente de contato. Com as duas próteses, Elisabete garante que será difícil para algum desavisado saber que o fotógrafo perdeu o olho esquerdo. “Terá uma movimentação quase normal.”

As previsões otimistas motivaram Sérgio a encarar a nova temporada hospitalar. Contudo, o pós-operatório buliu com suas piores recordações.

“Olhei no espelho e me vi de novo com a cara inchada. Fiquei pensando: tanto tempo já passou e continuo sentido dor”, relata, dizendo que seu ânimo melhora ao sabor da reabilitação. “Agora é só uma questão estética, mas posso dizer que essa história começou em junho e ainda não terminou.”

Sérgio há tempos vem se perguntando qual será o desfecho da novela. Voltar a fotografar? Sair de casa sem que ninguém perceba a falta de seu olho esquerdo? Receber as indenizações que lhe cabem?, questiono. Diz que sim, mas não só.

Ele gostaria que ninguém mais perdesse a visão por causa de balas de borracha, bombas de efeito moral ou quaisquer outros artefatos menos letais. Também deseja conviver com uma polícia desmilitarizada, uma corporação que apoie o cidadão, que não agrida nem mate ninguém.

“Essas seriam boas perspectivas sociais para meu filme

⌘

final”, revela. “Mas, para mim, isso nunca vai ter fim.”

Sérgio tenta se convencer de que sua deficiência visual pode se transformar em vantagem. Não porque conseguirá uma pensão do Estado, incerta, mas porque, seguindo o exemplo de alguns artistas, tem percebido que enxergar menos lhe permitirá ver o mundo de uma maneira exclusiva, que jamais conseguiria se ainda pudesse contar com ambos os olhos.

“Você já assistiu àquele filme, *Janela da Alma?*”, pergunta, fazendo referência ao documentário lançado em 2001 pelos cineastas João Jardim e Walter Carvalho. “Já ouviu falar de um filósofo chamado Evgen Bavcar?” Ao ouvir minha negativa, explica: “É um fotógrafo cego”.

Hoje com 66 anos, Bavcar perdeu completamente a visão ainda na infância. Começou a manusear a câmera depois disso. No filme, o pensador esloveno explica que seu trabalho é fotografar as paisagens que enxerga com os olhos da imaginação. Faz o mesmo com pessoas. Ao criticar o mundo atual, excessivamente pictórico, atesta: “Não temos mais a imagem interior, vivemos uma cegueira generalizada”.

Sérgio até comprou um livro de Bavcar, *Memória do Brasil*, com fotos feitas por seu mais novo ídolo durante viagem ao país. “Ele consegue fotografar cheiros, sons, temperaturas, coisas aparentemente invisíveis, mas que ele vê. É incrível”, comenta. “Acho que, a partir de agora, conseguirei olhar para o mundo prestando mais atenção nos detalhes. Talvez comece a desenvolver um sentido mais aguçado para certas situações.”

No futuro, Sérgio pretende retomar a fotografia com um trabalho mais autoral, artístico, pautado pela denúncia das desigualdades sociais: não consegue entender como nossa sociedade pode suportar a miséria. Fotojornalismo, eventos, shows, dificilmente voltará a ganhar a vida assim. Sabe que a ausência do olho esquerdo o coloca

⌘

em desvantagem no competitivo e precarizado mercado dos freelancers.

“Na hora de contratar um fotógrafo, vão optar por um profissional com os dois olhos ou com um olho só?”, questiona, antevendo a resposta.

Assim como acontece quando esbarra em transeuntes pela rua, tropeça em degraus ou derruba açúcar na mesa, seu otimismo esmaece nos momentos em que tromba com fragmentos da realidade. Por isso, no sobe e desce da perseverança, Sérgio prefere manter os pés no chão.

“É possível continuar, mas não vai ser normal. Nem vai ser como era antigamente. Por mais que eu tenha uma readaptação fantástica, sei que nunca voltarei a enxergar com o olho esquerdo”, admite. “Sempre terei essa lembrancinha.”

UM SEGUNDO ANIVERSÁRIO 2014-2015

Sérgio invadiu
a cena,
“Filho da puta!”,
gritando.

Tinha seu pesado instrumento de trabalho pendurado no pescoço. “Não está vendo que isso aqui é uma câmera?!”, berrou, enquanto o policial de mentira, atônito, se encolhia na cadeira. Há exatamente dois anos, naquela mesma esquina, o policial de verdade não viu que Sérgio trazia nas mãos uma máquina que produz nada além de imagens digitais. Não quis ver. Dentre as várias balas de borracha que disparou, uma bastou para destruir o olho esquerdo do fotógrafo.

Mais de setecentos dias depois, não houve indenização, responsabilização e muito menos punição ao culpado. Ainda não se sabe quem puxou o gatilho nem quem deu a ordem para reprimir com tamanha violência os manifestantes que ganharam as ruas do centro de São Paulo no início da noite de 13 de junho de 2013. Na falta de justiça, resta a memória. Para lembrar tão infame efeméride, o grupo de teatro Companhia do Ernesto improvisou a encenação da peça *A ordem partiu de quem?* no cruzamento da Rua da Consolação com a Rua Maria Antonia.

Cerca de cem pessoas trocaram os embalos individuais de sábado à noite para, juntas, descomemorar o episódio. “Bala de borracha cega, mas não cala”, costumava dizer Sérgio nos primeiros meses de sua parcial cegueira. Desta vez, não se ouviu o slogan quando tomou o microfone: estava implícito. “Estão se completando dois anos desse ataque infeliz de um governo que cada vez tem colocado o povo mais pra baixo.”

O ataque a que Sérgio se refere marcou o quarto dia de protestos convocados pelo Movimento Passe Livre, em 2013, exigindo a revogação do reajuste na tarifa de transporte público em São Paulo: graças a uma ação coordenada da prefeitura e do governo do estado, o bilhete havia subido de R\$ 3 para R\$ 3,20. O descontentamento depois se espalharia pelo país, numa rebelião popular que produziu manifestações em mais de 120 cidades e balançou as estruturas de Brasília. Foram as jornadas de junho.

Muita gente acredita que as cenas de violência vistas no dia 13, em São Paulo, quando Sérgio perdeu o olho, determinaram a massificação e a nacionalização dos protestos. Outros, não. Eu não: para mim, o repentino apoio dos grandes meios de comunicação, convocando as pessoas às ruas enquanto desvirtuavam as raízes do movimento, foi o que mais contribuiu para aquela avalanche de gente. Seja como for, a repressão foi intensa.

Pelo menos cento e cinquenta cidadãos, entre manifestantes, jornalistas e transeuntes, sofreram algum tipo de violência perpetrada pela Polícia Militar de Geraldo Alckmin naquela noite. As imagens das agressões ganharam as redes em fotos e vídeos: lambadas de cassetete no rosto e nas costas, surras covardes, assédio sexual, ameaças de estupro, estilhaços de bombas, sufocamento por gás — e, claro, tiros de borracha. Dois retratos chocaram sobremaneira: o da repórter Giuliana Vallone sentada no chão com o olho invisível atrás de uma pelota enegrecida de sangue pisado; e o de Sérgio, numa cadeira de rodas, com as pálpebras cerradas e o fatídico diagnóstico.

Foi uma noite de “dores indizíveis”, me relatou, quando conversamos pela primeira vez, ainda em 2013, poucos meses depois. Quase todas as pessoas que voltaram à esquina para assistir à peça têm relatos pessoais da brutalidade policial: são memórias oculares ambulantes. Nenhuma delas, porém, testemunhou o momento em

que o fotógrafo foi atingido. Além disso, pouca gente presenciou o martírio de Sérgio. Quem viu — e socorreu — foi Severino Honorato, que estava na manifestação junto com companheiros do sindicato dos professores.

Hoje não dói mais. Não fisicamente. Mas a memória ainda lateja. “Quando se fala em 13 de junho de 2013, a primeira coisa que me vem à cabeça é a dor que senti quando tomei o tiro”, me disse Sérgio, dois dias antes do teatro, dois anos depois. Outras recordações vão aparecendo mais lentamente. “Há pouco tempo me lembrei que, quando tentei abrir o olho, logo depois de ser atingido, enxerguei o chão.” Foi a última imagem registrada pela pupila que já não existe: o lampejo distorcido de uma visão que, arrebatada pelo tiro, teimava seguir enxergando. “Foi muito rápido: o chão e, depois, a escuridão total.”

Então vieram os curativos, incontáveis; as cirurgias, duas; e a prótese, definitiva, que hoje disfarça bastante bem a deficiência visual. Tal como prometeram os médicos, a bolinha sintética que Sérgio tem no lugar do olho deixou-se aderir pelos nervos ópticos que se ligavam ao antigo órgão — e se mexe quase que naturalmente, tentando acompanhar o movimento da vista direita.

Em nosso último café, Sérgio conseguiu, sem maiores cerimônias, despejar o açúcar diretamente na xícara: não derramou os cristais brancos pela mesa, como da primeira vez. Chegou a bater com a mão no gravador que registrava sua voz, como na outra ocasião, mas de raspão, sem derrubá-lo. Atravessar a rua, hoje, é menos difícil que outrora, porém ainda não chega a ser moleza. “Não é mais propriamente um medo, mas uma atenção redobrada, que me acompanha em tudo o que vou fazer”, explica. “Não faço mais nada no impulso.”

O passar dos dias levou Sérgio a retomar a fotografia de manifestações, ao contrário do que imaginava acontecer

tão cedo. Em 12 de abril de 2015, integrou a força-tarefa jornalística que cobriu voluntariamente uma série de ocupações realizada pelo Movimento Sem Teto do Centro em prédios abandonados de São Paulo. “Houve ação policial e jogaram uma bomba”, diz, falando do receio que desde então sente ao ficar perto da Polícia Militar. “Principalmente quando estou com uma câmera na mão. Os soldados parecem ver a lente como uma arma apontada na direção deles.”

Assim como muitos profissionais de comunicação, e com mais motivos, Sérgio ficou com a impressão de que a imprensa é vista pelas tropas repressivas como uma ameaça. “Devagar, aos poucos, estou voltando a me colocar em situações que pra mim são muito difíceis. Mas quero fazê-las, mesmo enxergando com um olho só.”

O tempo pode ser um bom amigo da recuperação física, mas nem tanto da volta por cima. Sérgio se esforça para não deixar a peteca cair. Nas últimas semanas, e por várias vezes, pensou em ficar na sua e deixar a data passar em silêncio. “Faço, não faço, faço, não faço...”, questionou-se. “Decidi fazer. Pelo menos reúno pessoas que gostam de mim.” É como se 13 de junho fosse seu segundo aniversário, né?, perguntei. “É”, respondeu Sérgio, que completa 34 anos em outubro. “Mais ou menos isso.”

Quando se passaram seis meses do dia em que perdeu a visão, o fotógrafo afixou lambe-lambe com uma foto de si mesmo na banca de jornais que fica bem na esquina onde levou o tiro. Quando o ferimento fez um ano, Sérgio inaugurou a exposição *Piratas Urbanos*, com retratos de amigos, familiares, colegas de profissão e personalidades escondendo a vista esquerda com um tapa-olho bucaneiro. Depois de ficarem em exposição em Pinheiros, na zona oeste, as imagens foram exibidas no Vale do Anhangabaú, no centro. Agora, aos dois anos, escolheu uma peça de teatro. “A arte é muito sincera”, avalia, ao explicar sua

preferência por marcar a data do olho perdido com manifestações artísticas. “Ela encurta o diálogo com as pessoas. Tudo fica mais compreensível e faz mais sentido, exatamente por causa dessa honestidade.”

Talvez pouca gente tivesse se emocionado com o relato de Sérgio sobre o dia em que perdeu o olho, a dor da mutilação e o sofrimento da recuperação. Eu nunca chorei ao ouvi-lo — e foram muitas vezes. Mas vê-lo desabafar em cena contra um policial fictício foi arrebatador.

“A questão não é minha história pessoal, mas uma discussão sobre o que fez com que eu fosse atingido por uma bala de borracha”, afirma. “Me sinto na obrigação e com vontade de me manifestar, de falar e de fazer com que as pessoas conheçam o episódio. A arma que me cegou continua sendo disparada contra os manifestantes.”

Sérgio tira energia de uma conversa que teve com Alex Silveira, fotógrafo que perdeu oitenta por cento da visão do olho esquerdo em 2000 ao cobrir uma greve de professores no centro de São Paulo. Foi atingido pela mesma bala de borracha disparada pela mesma polícia. “Quando nos encontramos, ele me disse: Sérgio, se prepara, porque sua história vai cair no esquecimento. Foi isso que aconteceu comigo”, relata. “Foi dolorido ouvi-lo, mas ele estava sendo realista. Então pensei: Isso não pode acontecer de novo, mais uma história de violação a passar impune.”

Sérgio gostaria que a memória da repressão de 13 de junho estivesse sempre viva na cabeça das pessoas. Mas sabe que não tem sido assim. Logo depois de haver perdido a visão, e de a bala de borracha ter feito centenas de vítimas menos graves ao redor do país, houve algumas discussões sobre a proibição do artefato. “Eu tinha muita esperança de que a própria polícia adotaria outro tipo de postura, que haveria mais discussão sobre a desmilitarização”, lembra. “Até aconteceram algumas coisas, mas foi só no calor do momento.”



Após as jornadas repressivas de 2013, o governo do estado de São Paulo baixou uma norma impedindo a polícia de empregar as chamadas balas de elastômero contra manifestantes, mas voltou atrás logo em seguida, dizendo que o crescimento da tática *black bloc* — bode expiatório da vez — demandava respostas enérgicas do poder público. De outro lado, um projeto de lei foi apresentado ao Congresso para proibir o uso dos projéteis contra manifestantes: não passou sequer das comissões.

Outro texto, com os mesmos propósitos, tramitou pela Assembleia Legislativa de São Paulo. “Um ano depois, a discussão ainda estava viva”, lembra. “O projeto foi aprovado por unanimidade pelos deputados estaduais, mas acabou sendo vetado pelo governador.”

Ao justificar a medida, em dezembro de 2014, Geraldo Alckmin argumentou que “a polícia precisa ter liberdade dentro dos seus protocolos de trabalho para administrar a maneira como estabelece a ordem pública e protege os cidadãos”. No *Diário Oficial*, escreveu: “A vedação do uso dessa munição causará o nefasto efeito de desaparelhar os agentes encarregados do controle de distúrbios civis, podendo contribuir para a degeneração dos manifestos populares, com agravamento do número de vítimas e da seriedade dos danos”.

Depois disso, lembra Sérgio, a discussão acabou.

Fora dos palácios, o fotógrafo conseguiu reunir mais de 45 mil adesões a um abaixo-assinado pedindo a proibição dos projéteis de borracha. Chegou a reunir-se a portas fechadas com Fernando Grella, então secretário de Segurança Pública de São Paulo, para entregar-lhe pessoalmente a petição. Em troca, recebeu nada além de promessas vazias. “Depois de junho vimos muitas outras cenas de abuso policial”, continua. “Nas manifestações de Sete de Setembro, houve mais uma pessoa que perdeu a visão: Vitor Araújo, de apenas 17 anos, atingido por um estilhaço de bomba.”

A amnésia coletiva existe, conclui Sérgio, com uma importante ressalva: “Uma parte das pessoas não esquece.” O fotógrafo ainda se surpreende quando encontra gente que nunca viu na vida, mas que conhece a história da violência que sofreu. “Outro dia um rapaz passou de carro e buzinou pra mim. Eu não entendi. Perguntei: É comigo? Ele disse que sim, e tapou um dos olhos”, conta. “São pessoas que fazem questão de me dizer que lembram da história. Já aconteceu mais de vinte vezes.”

Ressignificando datas, dores e sensações, Sérgio procura encontrar combustível na frustração que o acompanha. Se nada mudou quanto aos métodos policiaiscos do Estado, isso é mais um sinal do desrespeito sistemático aos direitos humanos que vigora no país. “É a realidade que vivemos”, argumenta, “e o peso dessa realidade me motiva a trabalhar.”

Mudança: o fotógrafo quer mudança. Até porque, pouco a pouco, vai sentindo na pele as deficiências do sistema. “O processo que movi contra o governo está debaixo da bunda de alguém”, lamenta, contando que, dois anos depois, ainda não recebeu nenhuma manifestação do Judiciário.

Ou melhor, recebeu sim: juízes e desembargadores foram muito rápidos em indeferir o pedido de antecipação de tutela impetrado pelos advogados em primeira e segunda instâncias. Cientes de que a peleja entre fotógrafo e Estado vai se arrastar por anos, talvez mais de dez, seus representantes queriam apenas que a Fazenda Pública pagasse os quase quatro mil reais gastos com os primeiros socorros que recebeu no Hospital Nove de Julho. Não, escreveram os magistrados, porque não está provado que a lesão foi causada pela **PM**.

Antes de encerrar a conversa, entro no clima teatral e faço um exercício de ficção: Sérgio, pergunto, será que nossa próxima entrevista será pra falar da indenização que você terá recebido do Estado?

O fotógrafo ri, talvez porque não quer mais chorar:
Se é pra sonhar, responde, que seja também pra falar da
punição aos culpados por tudo isso...

LAÇOS DE FAMÍLIA 2015–2016

— Lilith, eu é que vou
te levar pra escola hoje.
— Por que, vó?
Cadê minha mãe?

— Tá no hospital. O Sérgio sofreu um acidente.

— Acidente?

— É, um acidente. Mas tá tudo bem.

Lilith assentiu e tentou acreditar. A avó costumava ser muito exagerada, exasperava-se com qualquer coisinha, fazia alarde por nada, preocupava-se à toa. Fosse um acidente realmente grave, pensou, ela jamais diria que estava tudo bem. Jamais.

Com doze anos, Lilith era a típica pré-adolescente que vivia no mundo da lua, meio calada, meio fechada, às vezes se esquecia do dever de casa e da data das provas. Ainda assim, juntou os pontos. O pai havia saído na tarde anterior para trabalhar. Já eram seis horas da manhã e ele ainda não tinha voltado. Agora, a avó falava em acidente. O que tinha acontecido, afinal?

Foi ao colégio agoniada, com a cabeça cheia de perguntas para as quais não tinha resposta. Só pensava no tal acidente. Por isso, naquele dia, não conseguiu se concentrar nas aulas. Tampouco aproveitou a festinha junina com os colegas na hora do recreio.

— Alô? Oi, mãe! Sim, tou na escola. Quê? Sim, a vó me falou que ele teve um acidente. Mas que acidente foi esse? Quê? Bala de borracha? No olho? Mas por quê? Como assim?

Quando acabaram as aulas, Lilith voltou pra casa, abriu a porta da sala e deu de cara com o pai. A avó assistia a um daqueles programas sensacionalistas que povoam a televisão brasileira no período da tarde. Emoldurado por

manchetes escandalosas sobre o fotógrafo ferido durante a manifestação do Movimento Passe Livre, um apresentador gritava e gesticulava, alternando a atenção das câmeras com a imagem de um rapaz cabisbaixo.

O olho esquerdo estava encoberto por um hematoma sanguinolento. O nariz, inchado. A expressão inspirava dor e desolação: uma tristeza profunda. A cadeira de rodas, a enfermeira e a roupa de hospital arrematavam a cena. O retrato, que naquele momento era transmitido em rede nacional, também circulava em alta velocidade de compartilhamento pelas redes sociais.

— Foi assustador ver a imagem do meu pai num programa que só mostra coisas horríveis. E ele estava chorando. Isso acabou me deixando mais desesperada, sabe? — diz, quase três anos depois. — O que está acontecendo? Cadê minha mãe? Cadê todo mundo?

Os parentes preferiram preservar a sensibilidade de Lilith e da irmã mais nova, Elis, que então tinha apenas sete anos: não permitiram que vissem Sérgio deitado no leito hospitalar, tomando soro e analgésicos na veia. O reencontro só ocorreria três dias depois, quando os médicos lhe deram alta.

Mãe e avó haviam preparado um almoço especial de boas-vindas. Convidaram toda a família, e fizeram questão da presença de um novo amigo: Severino Honorato, professor da rede pública que socorrera um fotógrafo que urrava com a dor de seu olho transbordando em sangue enquanto tentava orientar-se em meio à neblina lacrimogênica daquele 13 de junho. A emoção arrebatou Lilith quando o pai botou os pés porta adentro. Depois, um certo alívio: que não duraria muito.

— Como seria dali pra frente? Eu via que meu pai estava muito mal, muito mal, muito mal. Pensava em tudo o que tinha acontecido: no susto, no terror da noite e no olho dele... porque ele é fotógrafo, né? E agora? E agora? E agora?

E ele dizia: Tá tudo bem. Todo mundo me dizia que tava tudo bem. Ao mesmo tempo, eu sabia que ele estava péssimo. Eu simplesmente não entendia o que estava acontecendo. Então, só ficava quieta e olhando.

Lilith não consegue lembrar se chorou. Também não recorda do que fez alguns dias depois, em 8 de julho, quando completou treze anos. Vasculha a memória, mira o horizonte procurando recordações fugidias, ensaia algumas lembranças:

— Acho que fui pra casa de uma amiga. Acho...

Não é acometida pela mesma hesitação ao afirmar que aqueles foram os piores dias de sua vida. Motivo de alegria infinita para qualquer estudante, as férias escolares tornaram-se um suplício quando Lilith se viu em casa durante dias inteiros vivenciando a prostração do pai.

— Era uma rotina de vegetal, sabe? Ele não tinha atitude nenhuma. Era só limpar o olho, comer e deitar. Qualquer coisinha ele chorava, e eu nunca tinha visto ele chorar. Sempre tinha sido uma pessoa muito ativa, que não ficava parada, sabe? Mas durante o processo de recuperação ele só estava ali, sabe? Não estava vivendo, estava apenas existindo.

Lilith demorou a entender por que seu pai levou um tiro de bala de borracha. Ele estava só tirando fotos da manifestação, pensava, em silêncio. E justamente no olho. Tinha que ser no olho. No começo, os médicos disseram que havia uma pequena chance de voltar a enxergar, lentamente, ao longo dos meses. Mas, como assim, ele pode mesmo ficar cego?

Dois anos e meio depois, quando se envolveu na ocupação das escolas estaduais de São Paulo, tudo começou a fazer mais sentido. E as dúvidas desvaneceram à medida que ela própria — Lilith Cristina Passos Moreira, agora com quinze anos, membro ativa do movimento secundarista — conheceu de perto os homens que outrora



havam sido os algozes do olhar paterno.

— Entendi o que passei em 2013: foi meu primeiro contato com a violência do Estado.

As mãos desse mesmo Estado não tardariam em alcançar Lilith dentro da escola — e com um tapa na cara. Graças à capacidade do governo estadual em criar tristes efemérides pessoais na memória dos cidadãos que cruzam seu caminho, a data da agressão está na ponta da língua: 1º de dezembro de 2015.

Em outubro, quando o governador Geraldo Alckmin anunciou um programa de reestruturação escolar que previa o fechamento de mais de noventa estabelecimentos públicos de ensino em São Paulo, Lilith entrou para a resistência e ocupou a Escola Estadual Maria José, onde estuda. Uma semana depois, receberia a visita truculenta do diretor da unidade, acompanhado de policiais militares e pais de alunos indignados com a interrupção das aulas.

A comitiva arrombou os cadeados que os jovens haviam colocado nos portões, e desmontou na ponta do coturno os obstáculos de mesas e cadeiras amontoadas para impedir-lhes a entrada.

— A gente já sabia que poderia perder a ocupação naquele dia, porque estávamos recebendo ameaças por celular. Eu mesma recebi duas. Não sei quem eram nem como haviam conseguido nossos números, mas diziam assim: Se vocês não saírem, vamos tirar à força. Se não for por bem, vai ser por mal. Hoje à noite vamos entrar aí, vamos jogar bombas em vocês. Vocês estão prejudicando as pessoas. Esse tipo de coisa...

Além das mensagens de texto, havia intimidações verbais:

— Outros alunos da escola, que não entendiam direito o motivo da ocupação e estavam sendo manipulados pela direção, vinham até o portão e ameaçavam a gente. Vamos entrar aí e acabar com vocês, diziam.

Não tem arrego! Não tem arrego!, gritava Lilith ao

microfone quando as ameaças tornaram-se realidade: os policiais liberavam a passagem para o avanço do diretor e o homem dava passos decididos ao seu encontro. No caminho, resolveu descontar sua raiva num estudante chamado Mateus e arremessou sobre o rapaz uma das mesas que faziam parte das barricadas.

Ao assistir à cena, os pensamentos de Lilith deixaram temporariamente de acompanhar as palavras de ordem que berrava: Não vamos sair! Não tem arrego! (Meu deus, o que está acontecendo?) Vamos ficar até o último minuto!

Protegido por ao menos seis policiais, o diretor se aproximou para afrontá-la. Lilith devolveu o olhar, repetindo o bordão em altos decibéis: Não tem arrego!

Então, veio a bofetada.

— Fui um pouco pra trás. Meus amigos, que estavam em volta, partiram pra cima dele. Daí só piorou. Por causa da escolta policial, não conseguiram nem chegar perto. Mesmo assim, os PMS puxaram meu microfone e bateram nos meninos: chutaram, enforcaram, derrubaram no chão.

Depois da “lição”, porém, o pelotão decidiu se retirar.

— Perceberam que tinham feito merda, né? Haviam entrado na escola sem mandado e agredido menores de idade. No fim, foi até engraçado. O sinal da escola tocou e a polícia foi embora com o diretor. Parecia o horário da saída — ri.

Então, os vizinhos trouxeram água. Foi bonito, lembra Lilith, e confessa que sentiu medo.

— Medo de quê? — pergunto.

— Medo de injustiça, sabe? Você está fazendo uma coisa legítima e vem alguém querendo tirar esse direito de você. Dá medo de perder seus direitos.

A imprensa estava presente durante a invasão policial. Os pais de alguns estudantes, também — inclusive Sérgio, que, chorando, fizera um retrato da filha lacrimejando spray de pimenta no momento mais tenso da jornada: uma

foto que Lilith guarda no celular e mostra com orgulho: os olhos cheios d'água, um sorriso nervoso escondido sob o pano que protegia o nariz do gás ardente.

A mãe de Lilith — Katia Passos — foi outra testemunha da resistência da filha. Hoje, faz questão de externar a admiração que sente pela militância da jovem. Mas não foi sempre assim.

— Minha mãe nunca tinha me deixado participar de manifestações. Agora ela simplesmente sabe lidar com isso. Quando estou num protesto em que há repressão, fico pensando: Minha mãe deve estar preocupada. Depois a gente se encontra, conto o que aconteceu e ela não me dá bronca nem nada. Ela diz: Parabéns pela resistência de vocês.

Katia tem procurado incentivar inclusive publicamente a militância da filha. Foi assim em maio de 2016, quando Lilith engrossou uma nova onda de ocupações dos secundaristas que tomou o Centro Paula Souza, em São Paulo, contra as denúncias de desvios de verba na merenda escolar.

A Polícia Militar invadiu o edifício duas vezes. Na primeira, ficou imóvel diante dos secundaristas, com escudos, bombas e armas engatilhadas. Sem ordem judicial e debaixo dos holofotes da televisão, os soldados foram obrigados a sair pelas portas dos fundos. Depois, respaldada pelo Tribunal de Justiça, que permitiu até mesmo o uso de armas durante a reintegração de posse, a **PM** enviou homens mascarados para expulsar os adolescentes. E expulsou.

No dia 7 de maio, Lilith apareceria na capa de um jornal de grande circulação, sentada junto com seus companheiros em frente ao Centro Paula Souza, gritando inconformada enquanto dois brutamontes com o rosto encoberto torcem os braços de um rapaz. A mãe não deixaria por menos. Ao ver a imagem circulando pela

internet, postaria nas redes sociais: “Essa meninada está nos renovando com novos formatos de luta. Estive lá como jornalista, mas quero aqui reafirmar meu orgulho de ser mãe dessa mina aí de azul.”

Sérgio, no entanto, se divide entre o apoio que presta ao engajamento da filha e as lembranças traumáticas do tiro que levou em 2013. Não consegue relaxar diante da possibilidade de encontrar Lilith na mesma situação. Na véspera da desocupação do Centro Paula Souza, não conseguiu dormir direito. Rolou na cama madrugada adentro, trocando mensagens com outros pais aflitos e pensando no pior — que, felizmente, não aconteceu.

O rumo profissional que vem trilhando após a consciência da cegueira aproximou-o dos movimentos sociais. Depois de retratar ocupações sem-teto no centro da cidade, em abril de 2015, em uma espécie de reestrela oficial em sua carreira quase interrompida, Sérgio decidiu apontar a câmera para as ocupações secundaristas. Encontrou-se com a filha pelo caminho — e passou a se preocupar tremendamente por seu bem-estar. Quando não está junto de Lilith, não larga do celular até conseguir receber boas notícias da filha que foi pra manifestação. Desmarca ou se atrasa para compromissos previamente agendados. Ainda mais quando há repressão.

— Ele é bem mais preocupado. Está o tempo todo me dizendo pra tomar cuidado. Deve ser por conta dessa experiência que teve, né? Ele sabe que, em questão de segundos, você pode ter a vida marcada pelo Estado. E não vai ser um ferimento que sara com pomada. Vai ficar pra sempre.

O tempo ainda não apagou as recordações doloridas que Lilith tem do pai violentado pela Polícia Militar. Os dois já não moram na mesma casa, mas a jovem ainda guarda na memória as manobras corporais que Sérgio fazia no banheiro para não deixá-la ver o olho vazado enquanto

higienizava o ferimento, trocava curativos ou limpava a prótese.

— Eu não gosto de lembrar, mas também não quero esquecer.

Numa intrincada ressignificação sentimental que transforma pungentes acontecimentos em inspiradoras motivações para o futuro, Lilith deixou de interpretar a tragédia vivida pelo pai apenas como mais um caso de violência policial. Gosta muito das imagens que a câmera de Sérgio tem produzido ultimamente. Prefere não lamentar.

— Não sei como ele deve se sentir em relação a isso, se gosta ou não gosta de lembrar o que aconteceu. Mas ele é um exemplo de resistência pra mim. Depois de tudo, continuou fazendo o que gosta: e está fazendo ainda melhor. Mesmo com um olho só, ele consegue perceber tudo. As fotografias dele agora têm sentimento. Nunca você vai olhar uma foto dele e sentir um vazio.

Uma pausa. Um sorriso. E complementa:

— É inspirador, não é?

●
**Então os médicos
entraram para
fazer o tal do teste.
Um teste com luz.**

Lembro de uma cena que acho que não falei nem pra ele. Os médicos estavam fazendo os testes e o Sérgio dizia: Sim, estou enxergando, estou enxergando a luz. Mas eles olhavam pra mim — principalmente a médica — e balançavam a cabeça.

O teste era uma lanterninha que eles moviam na frente do olho e iam perguntando: Onde está a luz? Quando



Sérgio falava que estava para a esquerda, estava para a direita. Não tinha nada a ver... Ele errava. Por mais que ele tivesse pensado logo depois do tiro que já estava cego, no hospital renasceu alguma esperança de voltar a enxergar, sabe? Ele queria ver de novo.

Os médicos então pediram para aguardar mais algumas horas. Queriam repetir os testes. Me chamaram pra fora do quarto e me disseram: O que pode estar acontecendo é que ele ainda está sob efeito da anestesia, está confundindo as coisas e o reflexo no outro olho pode estar dando a impressão de que está vendo. Ele acha que está enxergando, mas não está. Pela nossa experiência, em 99% desses casos o paciente não volta a enxergar. A outra hipótese é que ele volte a enxergar por um milagre — foi essa expressão que eles usaram — nos próximos meses.

Daí já estava claro que não ia acontecer o que a gente estava esperando. Então ele teve alta. Saiu muito mal do hospital — mas ainda sem saber que estava cego. O tratamento ia continuar. Tinha uma consulta na próxima semana para trocar curativo, avaliar a recuperação e fazer novos testes.

Minutos antes da primeira cirurgia, que tentaria salvar sua visão, fomos a uma consulta com o diretor do hospital. Ele explicou a violência do impacto da bala de borracha: O olho é muito mais sensível do que a pele. Quando pega na coxa, já é muito foda. Imagina no olho? O impacto — ele comparou — é como se você estivesse dando murro em gelatina.

O Sérgio entrou em desespero quando ouviu isso. Ele estava na cadeira de rodas, porque não tinha condições nem de andar. A dor era tanta que estava tomando muita morfina. De tempos em tempos os enfermeiros aplicavam morfina. Ficou chocado com aquela informação. Como é que você vai reconstruir um olho que virou uma gelatina?

Quando chegamos em casa, acho que passou um

turbilhão pela cabeça dele. Principalmente a incerteza de saber se poderia continuar fotografando e fazendo a coisa que ele mais tinha batalhado pra fazer durante um bom pedaço da vida. Tinha se dedicado pra caramba, sabe?

Passaram-se os dias, íamos às consultas, aquela rotina, e cada vez que fazíamos novos testes ele enxergava ainda menos. Já estava livre da anestesia e foi caindo na real. A notícia definitiva veio durante uma consulta, quando a médica disse que não havia nenhuma possibilidade, que teria que retirar o globo ocular e que tínhamos duas alternativas: colocar ou não colocar prótese.

Antes de concordar com a extração do olho, fizemos consultas particulares em médicos conhecidos. Queríamos uma segunda, uma terceira opinião, queríamos achar esperança, alguma perspectiva positiva. Puxa vida, quando se encontrou na fotografia, aconteceu essa violência...

Foi assim que ele recebeu a notícia. Terrível.

Mas a gente tinha que retomar a vida, cuidar das meninas. O que ele via como alternativa para ficar menos deprimido era sem dúvida voltar a fotografar, ir pra rua, criar imagens. Em setembro de 2013, ele conseguiu trabalho como cinegrafista. Durante todo esse processo, foi pegando a câmera aos poucos, entendendo o que era visão de campo, conversando com as pessoas. Muitos fotógrafos se aproximavam em solidariedade. Diziam que era importante continuar com a fotografia.

Teve também aquela puta exploração da grande mídia, num primeiro momento. Quiseram entrar no debate da violência policial, mas só porque perceberam a importância das jornadas de junho, não porque quisessem ir a fundo no tema. Tanto é que a entrevista que ele deu para o *Fantástico* nunca foi ao ar. Não havia interesse efetivo em mostrar a responsabilidade do Estado. Tinha a ver com audiência e sensacionalismo. Só isso.

Quando tudo aconteceu, eu estava em Brasília,

trabalhando. Lembro que ia voltar pra casa cedo, no meio da tarde, mas houve um problema e minha passagem teve de ser adiada. Meu voo saiu às dezoito horas. O Sérgio me ligou um pouco antes disso dizendo que ia me buscar em Congonhas. Contou que o bicho estava pegando em São Paulo, e que antes de me encontrar no aeroporto passaria pela manifestação. Cuidado, eu falei.

Até 13 de junho de 2013, a gente não sabia exatamente qual era o potencial de violência da polícia em manifestações. A gente tinha uma ideia, claro, porque a história do Brasil mostra o que acontecia em outras décadas. Mas naquele momento, naquela conjuntura, a gente não tinha noção do tamanho que teria aquele protesto e aquela repressão.

Assim que pousei em Congonhas, deram um aviso pelo sistema de alto-falantes do avião: Sra. Katia Passos... Pensei: Meu deus, será que fiz alguma merda aqui dentro e estou sendo presa? Mas o comissário me pegou pelo braço e foi falando comigo: Aconteceu uma coisa, seu marido se feriu.

Da hora em que desci daquele avião até uns quinze dias depois, eu não tinha muito caído na real. Eu estava no automático, sabe? Parecia estar flutuando. Não consegui derramar uma lágrima. Tinha uma coisa — que, hoje, vendo com mais frieza, acho que era ódio — que talvez tenha me colocado numa posição de muita dureza para não mostrar nem minimamente que eu estava abalada. Era também por consideração ao Sérgio: uma espécie de autodefesa para fortalecer o Sérgio.

Não havia espaço para fraquejar naquele momento. Eu era a pessoa que tinha que estar com ele e estava com ele para o que desse, viesse e acontecesse. Minha meta era essa. E tinha as nossas filhas, né? Não dava pra ficarmos os dois ali jogados. Ele tinha todo direito de fazer isso. Eu não, eu estava inteira. Um pedaço dele tinha morrido, mas eu tinha que estar bem, estar viva. Tinha que ficar na

postura de seguradora de barra e demorei bastante para me ligar do que tinha rolado.

Alguns dias depois, encontrei um comandante da **PM** na Câmara dos Vereadores de São Paulo em um debate sobre violência policial. Esse oficial estava na mesa comigo e foi irônico com minha situação. Não lembro o nome dele, mas ele dizia algo assim: Isso acontece todo dia. Naquele momento, fiz um puta desabafo. Falei que não queria que ele sofresse a mesma violência que a polícia tinha praticado contra minha família. E que, se isso chegasse a acontecer algum dia, ele estaria sentado na mesma cadeira que eu e entenderia o que eu estava sentindo. Também disse que ele estava fora do mundo real. E que ele estava sendo irresponsável.

Vi que ele ficou um pouco mal quando falei o seguinte: Se você está dizendo isso pra mim na frente de um monte de gente durante uma audiência pública, o que você falará para uma mãe da periferia sobre o assassinato do filho? O que vocês fazem quando a gente não vê? O que acontece nos casos que não ganham a imprensa? Lembro que ele pegou o microfone e não conseguiu falar.

Só então eu acordei: Caralho, aconteceu. Meu companheiro está cego e foram esses caras — essa postura do Estado — que provocou isso. Quando saí de lá, fui pra casa e chorei tudo o que não tinha chorado.

Após algumas semanas, recebi um telefonema. O Sérgio estava em um sarau na favela do Moinho falando sobre violência policial. Eu estava em casa. Era uma voz de homem, primeiro, falando pra gente retirar o processo que movemos contra o Estado. Falava com gíria, mas parecia meio teatralizado, sabe?, não era natural. Depois uma voz de mulher, que reforçou o que o cara tinha dito: Eu sei onde você mora, falou meu endereço, falou o nome da empresa onde eu trabalhava. Falou tudo. Sabia alguns detalhes. Quer dizer então que você passa pelo Terminal

Lapa? Eles sabiam o caminho que eu fazia até o trabalho.

Claro que fiquei muito assustada. Eu estava sozinha com minhas meninas. Foi bem difícil, sabe?, mas só aconteceu uma vez. Fui na Corregedoria da Polícia Militar, prestei depoimento, contei tudo. Nunca me deram nenhuma resposta. Então o Sérgio parou um pouco de falar com a imprensa. O interesse da mídia também foi morrendo. No final de 2013, ninguém mais falava nisso. Hoje em dia, ele nem quer mais dar entrevista. Pra quê? Não agrega nada...

Essa história diminuiu bastante meu senso de confiança no ser humano. E eu não era assim. Eu me entregava mais para as relações, era mais sensível.

Como jornalista que cobre manifestações, sempre estou num processo racional de apurar os fatos e manter a imparcialidade na coleta de conteúdos, mas, ao mesmo tempo, parece que existe um muro entre mim e o policial. Não que eu tenha medo do policial, mas sei que ele tem o poder de ser violento e acabar com a minha vida, se quiser. Não confio em nenhum deles, nenhum deles, nenhum deles. Tenho amigos policiais em quem não confio. Não consigo. Isso acabou totalmente.

Em janeiro, fui cobrir uma manifestação e houve tanta violência que fui atingida por um estilhaço de bomba na coxa. Já levei cacetada trabalhando como repórter. Também já fui muito hostilizada pela tropa de choque e pela força tática, em atitudes machistas: Sai daqui, vadia, vagabunda! Coisas assim, sabe? São agressões que doem tanto quanto a agressão física.

Tudo isso que aconteceu em 13 de junho de 2013, com o Sérgio, continuou acontecendo pra mim. Claro, são fatos obviamente incomparáveis com os que acabaram resultando na perda do olho dele. Mas continuei vivendo aquilo. Todos nós continuamos.

Por isso eu digo que não, não acabou. A violência

policial, se é física, deixa marcas no corpo: acontece o que aconteceu com o Sérgio. Mas também causa um corte profundo na alma das pessoas.

Temos duas filhas que ainda hoje sofrem com isso. É muito difícil seguir a vida como se nada tivesse acontecido, sabe? As sequelas psicológicas na minha menina mais nova duram até agora. Hoje ela tem dez anos. Na época, tinha sete, e soube da notícia pela tevê. Viu pela tevê a foto do pai no hospital. A mais velha sofreu com a violência do PM e do diretor da escola durante as ocupações dos secundaristas. É jovem e já cresce com isso...

É difícil lidar com todas essas coisas. E não tem como não conectar tudo isso com a violência que o Sérgio sofreu. Não tem como.



Sérgio não sabe se quer que escrevam sobre ele.

Quer, claro que quer, deseja que seu caso não caia no esquecimento, mas também não quer. Eu quero escrever, sim, quero, sinto necessidade de contar e recontar essa história, mas também não quero: não acho que devo transformar Sérgio em personagem. Sérgio não gostaria de se tornar um personagem: não pretende assumir a identidade do fotógrafo que perdeu o olho esquerdo após ter sido atingido por um tiro de bala de borracha disparado pela Polícia Militar de São Paulo em 13 de junho de 2013. No entanto, Sérgio é o fotógrafo que perdeu o olho esquerdo após ter sido atingido por um tiro de bala de borracha disparado pela Polícia Militar de São Paulo em 13 de junho de 2013. Assim ficou conhecido e conhecido muita gente — inclusive eu.

Em maio de 2016, quase três anos depois do episódio que

inevitavelmente marcaria sua vida, Sérgio participou de um debate sobre fotojornalismo e movimentos sociais na Universidade de São Paulo. Honrado com o convite, dividiu a mesa com Nair Benedicto e Juvenal Pereira, veteranos e celebrados profissionais no ofício que o acabou colocando na “linha de tiro”. Antes de pegar o microfone, antes de qualquer sílaba ter sido dita sobre si, Sérgio foi apresentado à plateia: “Ele tem uma fatalidade, perdeu o olho vítima de bala de borracha.” Eu mesmo, quantas vezes também já não reduzi a seu ferimento? Durante a Copa do Mundo, me sentei no bar com Sérgio e um amigo estrangeiro que estava em São Paulo para cobrir a reação social ao torneio da Fifa. Quando tive que apresentá-los, disse: Sérgio, este é Alberto, jornalista espanhol. Alberto, este é o fotógrafo que perdeu o olho em 13 de junho de 2013.

Ao receber a palavra, no debate, Sérgio passou os primeiros minutos de sua intervenção tentando afastar-se do estigma. “Minha história não se resume a 2013”, começou. Depois, reconheceria que sua figura ganhou certa projeção graças à desgraça. Então, voltaria a esquivar-se das consequências sociais do projétil. “Tiraram meu olho, mas não tiraram minha capacidade de enxergar.” E, novamente, num vaivém: “Não dá pra me desvincular dessa marca, mas meu trabalho não se resume a isso. O que tenho feito desde então é muito mais importante.”

“Fotógrafo que perdeu o olho” tornou-se uma espécie de vocativo existencial a acompanhar seu nome, um aposto infinitamente mais mencionado do que as imagens que produz com a câmera. Quando teve o olho esquerdo explodido pela bala de borracha, Sérgio recebeu uma prótese para disfarçar a lesão: um corpo estranho que continua coçando, irritando e incomodando desde o primeiro momento em que foi cirurgicamente colocado dentro de sua cabeça. Junto com o olho de mentira, parece ter ganhado um implante adicional: publicamente, Sérgio transformou-se no

fotógrafo caolho. E não sabe como lidar com isso.

“É muito difícil, cara, ficar ostentando uma imagem”, desabafa. “Claro que a violência está estampada na minha cara. Basta olhar pro meu rosto. Mas será que eu não tenho mais nada além disso? Será que não dá pra enxergar outra coisa em mim? Isso acaba virando um peso nas costas... E eu não quero carregá-lo sozinho.”

Sérgio não é famoso. Feliz ou infelizmente seu caso não teve muito apelo entre os grandes meios de comunicação. Ainda assim, é difícil encontrar alguém que tenha participado das jornadas de junho de 2013 e que não tenha visto pelas redes sociais aquele seu retrato tirado ainda no hospital. Em determinados círculos paulistanos que ultrapassam seu entorno familiar e afetivo, o caso de Sérgio Silva — assim como o do jovem Rafael Braga Vieira, no Rio de Janeiro — continua presente.

“Junho machucou todo mundo. Mesmo quem não esteve na esquina da Consolação com a Maria Antonia se sentiu ferido com toda aquela repressão. Dá pra sentir que junho está vivo, que não será esquecido.”

O fotógrafo, contudo, se digladiava com os fatos: de que adianta ficar lembrando daquele episódio se nada mudou — se nada muda? Sérgio está convicto de que a repressão policial só piorou. De 2013 pra cá, assistimos às reiteradas ilegalidades cometidas pela tropa durante os protestos contra a Copa, em 2014; às agressões aos estudantes secundaristas, em 2015; e, para coroar o ciclo ascendente de violência, ao sufoco das pessoas que voltaram às ruas no começo de 2016 exigindo a redução das passagens de ônibus, trem e metrô em São Paulo.

“Pra mim, a ação da PM contra o Movimento Passe Livre em janeiro de 2016 foi ainda mais violenta que a repressão que me deixou cego há três anos”, avalia Sérgio, que se dirigiu à Praça do Ciclista no décimo segundo dia do ano para fotografar um protesto popular, mas



acabou testemunhando um massacre. “A polícia cercou os manifestantes, fez vários bloqueios, não deixou o movimento caminhar e começou uma onda de ataques. Foi tiro e bomba pra tudo que é lado.”

Durante as sucessivas repressões que dedicou à mais recente mobilização do Passe Livre, foi por pouco — muito pouco — que a polícia não apagou as luzes de mais um olho: apenas dois centímetros separaram o professor André Aquino do pesadelo. Conhecido como Haind, o jovem de 26 anos recebeu um tiro de bala de borracha na testa enquanto tentava fugir da violência policial que tomou conta da manifestação ocorrida em 21 de janeiro na Praça da República.

Tal como aconteceu com Sérgio, em 2013, Haind não consegue identificar com precisão de onde veio o tiro — nem quem puxou o gatilho. Sabe apenas que acompanhou com o olhar lá no alto a trajetória da primeira bomba de gás lacrimogêneo lançada sobre a aglomeração de manifestantes. E que, no instante em que voltou a cabeça para a fileira de escudos, em uma infeliz sincronia milimetricamente cronometrada, recebeu o impacto bem no meio da frente.

“É uma dor forte pra caramba”, conta, coçando a cicatriz arredondada que se transformou em um indesejável terceiro olho. “Na hora eu estava na adrenalina, nem consegui pensar muito. Começou a sangrar bastante, não havia nenhum conhecido por perto. Tinha bomba de estilhaço sendo lançada na minha canela. Tive que correr por dez minutos fugindo da polícia. Até porque o gás lacrimogêneo que estão usando agora é horrroso, muito mais forte. Só depois, com as coisas um pouco mais tranquilas, é que pedi pra um rapaz olhar meu machucado. Tá muito feio?, perguntei. E ele: Nossa, tá horrível. Daí eu pensei: Vixe...”

Só então Haind resolveu procurar ajuda. Encontrou por acaso algumas mulheres que ofereciam primeiros socorros

aos manifestantes, deitou no chão e submeteu-se a águas oxigenadas, algodões e gazes improvisados. Durante o atendimento, foi encontrado por fotojornalistas que dali a alguns minutos o levariam diretamente às páginas de sites e jornais. Com a chegada dos bombeiros, o jovem foi inquirido: Você é manifestante ou estava só passando pelo local? “Que merda de pergunta é essa?, pensei. Que diferença faz?” Haind admitiu que estava no protesto, mas foi levado para o hospital — e não para a delegacia, como desconfiava. Lá, tomou uns pontos e foi liberado, aliviado com o diagnóstico que poderia haver recebido tivesse a bala encontrado outro alvo, assustadoramente próximo.

“Pra mim, o resumo da ópera foi o seguinte: sorte”, diz, desconsiderando, para todos os efeitos, que receber o impacto de um projétil de elastômero na testa guarde qualquer relação com ganhar na loteria. “Tenho uma cicatrizona aqui pra sempre, é verdade, mas a sensação é que tive uma sorte imensa. Foi por muito pouco...”

Mesmo sem desfecho trágico, o caso de Haind demonstra que artefatos menos letais continuam sendo empregados pela Polícia Militar à revelia de qualquer ponderação prevista pelas normas internacionais ou pelo bom senso humanitário. O jovem conta que estava a três ou quatro metros dos policiais quando recebeu o tiro — um disparo a queima-roupa, praticamente. Não estava armado nem ameaçava colocar a vida de ninguém em perigo — situações em que a bala de borracha poderia ser tolerada.

“Não sei se o cara mirou em mim, mas se não tivesse me acertado, com certeza acertaria outra pessoa. Eu estava no meio de uma multidão. A polícia disparou em linha reta, numa altura suficiente pra me atingir na testa. Não tenho dois metros de altura, mas sou alto. Ele atirou pra acertar o rosto de alguém. Disso eu não tenho a menor dúvida.”

Como numa estratégia de tentativa e erro sistematicamente denunciada pela sociedade civil, porém

jamais levada em consideração pela justiça, três meses depois, em abril, a **PM** finalmente encontraria um novo olho para inutilizar. Não foi durante um protesto político, como os que costumam acontecer nas regiões centrais da cidade, mas num baile funk da periferia paulistana. A vítima não é manifestante. Sequer é adulta. Douglas Santana tem apenas doze anos. E sonhava ser policial.

“Eu queria que nossa sociedade tivesse aprendido uma grande lição com o que vivemos em junho de 2013 e forçasse uma mudança de conduta na Polícia Militar”, lamenta Sérgio. “Querida que tivessem deixado de usar bala de borracha. Mas o que vemos é apenas um aumento no poder de fogo da **PM**, uma tropa cada vez mais truculenta, com tanques israelenses chegando na cidade pelo preço de trinta milhões de reais. É triste ver como a gente não conseguiu aprender.”

Houve uma mudança, porém, possibilitada pela ascensão do movimento favorável ao impeachment de Dilma Rousseff: comandada por um governador alinhado às hordas verde-amarelas, a polícia de São Paulo tratou com carinho os manifestantes que tomaram a Avenida Paulista vestidos com as cores nacionais. Os mesmos soldados que lançam bombas, disparam balas de borracha, distribuem cacetadas e ferem indiscriminadamente homens e mulheres em luta por moradia, educação, transporte público — e outras bandeiras malvistas pelo Palácio dos Bandeirantes — posaram para selfies sorridentes, receberam abraços, beijaram crianças e ouviram um “muito obrigado” da massa que atendeu aos chamados do Movimento Brasil Livre, do Revoltados On Line e do Vem Pra Rua. Um pacifismo absoluto, uma demonstração de civilidade que bem poderia se estender aos demais cidadãos da República em suas diversas reivindicações políticas.

Em janeiro de 2016, o secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, que quatro meses depois seria

nomeado ministro da Justiça do presidente interino Michel Temer, obrigou o Passe Livre a divulgar com antecedência o trajeto de suas manifestações. Como se não bastasse, o itinerário também tinha de ser aprovado pela corporação. Caso contrário, nada de impedir o trânsito: a polícia vai agir. E agiu repetidas vezes, arrancando o sangue, a dignidade e a coragem de muita gente. “Vi militantes muito aguerridos resolverem se afastar das ruas por causa da brutalidade policial”, lamenta Haind. “Foi traumático.”

A mesma regra, porém, não valeu para os poucos cidadãos indignados com a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil, em março, que, sem nenhum aviso, fecharam a Avenida Paulista por quase quarenta horas, armando barracas no meio do asfalto e prometendo sair de lá apenas quando o governo federal caísse. Educadamente, policiais pediram muitas vezes que se liberasse tão importante artéria da malha viária paulistana. Em vão. Um dos líderes da rebelião antilulista fez um apelo aos indignados, sugerindo que voltassem para suas casas. Em troca, recebeu empurrões e xingamentos: “Comunista!”. Depois, o secretário de Segurança Pública dirigiu-se pessoalmente à avenida, rogando que se retirassem. Foi escorraçado de lá. Só então mandou o novíssimo blindado da **PM** retirá-los da via pública com seu canhão de água. Pela primeira vez ouviu-se um manifestante gritando “petistas!” aos policiais do choque.

Durante a cobertura do protesto que reuniu quinhentas mil pessoas pelo impeachment, em 13 de março de 2016, Sérgio presenciou cenas cômicas do uso ideológico das forças de segurança paulistas. Na mais explícita em sua memória, o helicóptero da **PM** dava rasantes sobre a multidão revoltada. “A porta estava aberta. Havia um policial com o corpo pra fora, olhando pra baixo e dando tchauzinho pras pessoas”, recorda. “Parecia um show aéreo. Me senti na bozolândia.”

Piadas à parte, a diferença no tratamento a um e outro grupo incomoda profundamente uma vítima grave do Estado. Sérgio acredita que a polícia age bem nos protestos verde-amarelos ao não usar de violência contra cidadãos que estão apenas se manifestando. “É a maneira como deveriam se comportar em todos os atos. Mas não é o que temos visto”, compara, expressando o que sente com a seletividade oficial. “Parece que não tenho direito nem de me manifestar nem de trabalhar na cobertura de manifestações que contestam a ordem vigente. Parece que não tenho direito a me posicionar politicamente ou a pensar de maneira diferente à da polícia. Enfim, esse é o recado que eles querem me passar. Mas não estou de acordo. Nem aceito.”

Em três anos de corda bamba, balançando ao sabor do noticiário e de seu próprio cotidiano, Sérgio ainda não recebeu boas-novas do juiz que analisa o processo movido contra o estado de São Paulo em 2013. A esperança de receber indenização por danos morais e estéticos parece tão distante quanto as chances de voltar a enxergar com o olho que nem existe mais. Os precedentes lhe são desfavoráveis. Como não ser tomado pela desesperança ao lembrar do caso de Alex Silveira, fotógrafo atingido por um estilhaço de bomba em 18 de julho de 2000 enquanto cobria uma manifestação de professores no centro da capital? Alex perdeu quase completamente a visão do olho esquerdo, processou o Estado e — surpresa — ganhou em primeira instância. Mas, em 2014, os desembargadores do Tribunal de Justiça negaram-lhe o direito à indenização.

“Permanecendo no local do tumulto, dele não se retirando ao tempo em que o conflito tomou proporções agressivas e de risco à integridade física, mantendo-se, então, no meio dele, nada obstante seu único escopo de reportagem fotográfica, [o fotógrafo] colocou-se em quadro no qual se pode afirmar ser dele a culpa exclusiva

do lamentável episódio do qual foi vítima”, escreveu o magistrado Vicente de Abreu Amadei, eximindo a tropa de choque de responsabilidade pela deficiência do rapaz.

O caso de Sérgio ainda não teve sequer um primeiro julgamento, nem mesmo uma primeira audiência. Mas não é só a lentidão que incomoda. A defesa apresentada pelo Estado é mais uma face da agressão que sofreu em 2013 — uma demonstração inequívoca, com papel timbrado e firma reconhecida em cartório, de como a violência estatal se perpetua de diversas maneiras na vida da vítima.

O documento assinado pela procuradora Mirna Cianci para convencer a justiça de que Sérgio é o único culpado pela própria cegueira destila uma agressividade inexplicável. Em alguns trechos, a procuradora parece ater-se às regras do Direito para cumprir o papel que lhe cabe por dever de ofício: defender o Estado — ou a Fazenda Pública, como se diz em juridiquês. Nesses momentos, Mirna Cianci se aferra ao fato de que não existem provas incontestáveis (vídeos ou fotos, por exemplo) nem testemunhas a demonstrar que Sérgio foi atingido por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar: o tal “nexo de causalidade”.

Em outros momentos, porém, recorre a devaneios e preconceitos para deslegitimar a petição da vítima. Contrariando relatos e imagens que pululam na imprensa e na internet, a procuradora escreve, por exemplo, que “os relatórios individuais dos policiais que atuaram na região registram, de modo absolutamente uniforme, que o movimento ocorreu sem problemas, exceto um pequeno confronto na região da Maria Antonia com a Consolação, com populares jogando pedras e fogo em lixo, o que foi controlado a contento pela polícia, sem maiores consequências”.

Mirna Cianci diz ainda que os policiais usaram “apenas” bombas de gás lacrimogêneo na ocasião — e aqui parece não importar que um relatório do Comando de Policiamento de Choque, juntado nos autos, faça

menção explícita ao emprego de 178 unidades de **AM-403/P** naquela quinta-feira.

Uma rápida pesquisa na internet leva à página da Condor Não Letal, fornecedora de armas menos letais à Polícia Militar de São Paulo, e a uma espécie de manual em que é possível constatar que a sigla se refere a um projétil de borracha “utilizado no controle de graves distúrbios e combate à criminalidade, com a finalidade de deter ou dispersar infratores da lei, em alternativa ao uso de munições convencionais”. Também é possível ler as seguintes instruções, com desenhos ilustrativos: “O disparo deve ser feito apontando-se a arma para as pernas dos infratores da lei. Não atirar contra a cabeça e o baixo ventre. Se empregado de forma inadequada, pode causar lesão grave ou morte”.

Como se não bastasse o documento oficial da Polícia Militar, assinado por quatro oficiais nos dias 13 e 14 de junho de 2013, ou seja, no dia em que Sérgio perdeu o olho e no dia seguinte, algumas semanas depois chegaria à imprensa a notícia de que a corporação reconhecia o disparo não apenas de 178, mas de 506 balas de borracha naquela jornada repressiva.

A procuradora também parece ter esquecido que Sérgio não foi o único profissional de imprensa atingido por projéteis de elastômero diretamente no olho em 13 de junho de 2013: Giuliana Vallone recebeu o impacto na vista direita, mas, felizmente, foi salva pela lente dos óculos. Isso sem contar outros tantos manifestantes, repórteres e transeuntes alvejados no rosto, tronco e membros, com destaque para uma senhora já idosa, alcançada pelo elastômero na bochecha. No total, houve pelo menos cento e cinquenta feridos pela **PM**.

Seletiva em suas alegações, Mirna Cianci conclui que Sérgio sujeitou-se à cegueira “ao adentrar o sítio do confronto”. Para complementar, critica

toda a classe jornalística ao dizer que “os repórteres fotográficos, na ânsia de obterem o melhor registro, não pouparam esforços em sua exposição, adentrando o sítio dos confrontos sem a mínima preocupação com a consequência dessa atitude, nem qualquer cautela ou preservação física”. Buscavam notoriedade, menospreza.

Na tentativa de embasar tais afirmações, a procuradora cita um artigo que chama o Movimento Passe Livre de “me engana que eu gosto” e afirma que o grupo é patrocinado por “partidos comunistas e terroristas radicais”. Provas disso? Não apresenta — o que é espantoso, uma vez que estamos falando de uma servidora pública, uma procuradora do Estado nível cinco, beneficiária de um salário líquido de R\$ 21.010,84, de acordo com o Portal da Transparência. O texto, assinado pelo blogueiro e consultor em relações do trabalho Olavo Carneiro Jr., compara manifestações públicas a praças de guerra, defende que a polícia não pode ser acusada de cometer excessos na repressão a protestos e endossa uma declaração do ex-comandante da Rota, tropa de elite da PM, Conte Lopes: “Tropa de choque não foi feita para dialogar”.

No final, a procuradora insinua que o fotógrafo moveu a ação contra o Estado para enriquecer-se ilicitamente com dinheiro do Erário.

As 23 páginas da peça assinada por Mirna Cianci em 21 de outubro de 2013 não foram suficientes para descarregar todo arsenal jurídico contra o pedido de indenização de Sérgio. Haveria mais.

Em outubro de 2014, um perito do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo produziu um laudo sobre a capacidade visual do rapaz. O documento é obviamente inconclusivo quanto à origem do ferimento: afinal, não havia mais olho para examinar. Ainda assim, o médico Antonio Oreb Neto, responsável pela perícia, atestou que a lesão poderia ter sido provocada por um

sem número de objetos — bala de borracha é apenas uma dentre as várias possibilidades.

O perito afirma com toda segurança, porém, que, mesmo na ausência da visão esquerda, Sérgio não possui problemas visuais. Para tanto, cita o Decreto nº 5.296, de 2004, que estabelece parâmetros do atendimento prioritário a pessoas com deficiência no país. “O portador de cegueira em um olho, com visão normal no outro, é portador de visão normal”, escreve.

Além disso, continua o médico, Sérgio não conseguiu comprovar que realmente enxergava com o órgão que lhe foi extirpado. Sequer apresentou atestados incontestáveis de que, sim, exercia o ofício da fotografia. Os autos trazem um contrato de prestação de serviços assinado entre o fotógrafo e a Agência Futura Press em 2011, mas o perito parece não tê-lo notado. E, mesmo que tivesse visto, não faria muita diferença: no laudo, Oreb elenca as profissões prejudicadas pela ausência parcial da visão, e fotógrafos não constam da lista. Assim como os atiradores de elite, compara, o profissional da câmera costuma fechar um dos olhos para melhor focar as imagens. Portanto, não é exigida binocularidade para exercer as atividades habituais de fotógrafo, nem a percepção de profundidade.

“É claro que eu posso tirar fotos com um olho só”, ironiza Sérgio, que, mesmo com todas as limitações desconhecidas pelo decreto presidencial e pela perícia médica, não pensa em abandonar o ofício. “Mas eu não sou apenas um fotógrafo. Sou um ser humano. Será que eu realmente não preciso do outro olho? Tudo bem a polícia arrancá-lo de mim?”

Os advogados do rapaz ficaram enfurecidos com o laudo, mas o que mais incomodou até agora foi a defesa do Estado. “O que a procuradora diz é surreal. É de um radicalismo...”, comenta Maurício Vasques, secundado pelo sócio, Lucas Andreucci: “Ela tenta convencer o juiz de que a perda da

visão em si não influenciou a vida dele. Como é possível?”.

Conversei com os advogados de Sérgio em uma tarde abafada de março de 2016. Ambos trabalhavam com o decano bacharel Paulo Sérgio Leite Fernandes, a quem apresentaram o caso em 2013. Com o passar do tempo, decidiram montar um escritório próprio. E levaram consigo a representação de Sérgio, que continua contando com assistência jurídica gratuita.

Enquanto terminavam uma reunião, me sentei na sala de espera na companhia de água e café. Estiquei o braço e passei a folhear sem muita atenção um exemplar da revista *National Geographic*. Muitas páginas depois, me deparo com o título: “A origem do olhar. Tudo indica que o olho é a mais requintada de todas as criações da natureza cega.” Era a edição de fevereiro, que trazia oito olhos na capa — e eu não havia percebido. No texto, uma discussão científica sobre a evolução do órgão, as múltiplas funções que desempenha em cada espécie e uma característica comum que possibilita a todos os seres vivos que gozam de capacidade visual. “Os olhos servem para captar luz, e a luz indica o momento do dia, a profundidade da água, a presença de sombra. Você a usa para examinar paisagens, interpretar expressões faciais e ler estas palavras.”

São conclusões óbvias, que independem do juízo de cientistas, advogados, decretos, peritos ou procuradores — e muito menos de tribunais. O que sim parece ser assunto para especialistas são as razões que levam à existência de documentos oficiais agressivos, a novos cidadãos feridos gravemente pela **PM**, a tanta demora para o julgamento do caso de Sérgio. O processo movido pelo fotógrafo está pronto para receber uma decisão do juiz há mais de um ano. Não há previsão de quando — e muito menos de como — o magistrado se pronunciará.

O inconformismo com as sucessivas etapas da violência estatal não deixa Sérgio em paz. Sente que devia brigar

mais, espernear mais, movimentar-se mais para que haja justiça para si e para outras vítimas de balas de borracha e outros artefatos letais e menos letais utilizados pela polícia. Inspira-se no exemplo de Ester Quintana, espanhola que em 2012 perdeu o olho esquerdo após ser atingida por uma *pelota de goma*, como se diz por lá, e que dois anos depois conseguiu a aprovação de uma lei contrária ao emprego desses artefatos na região da Catalunha.

Mas... não sabe direito. Afinal, que papel ele, Sérgio, poderia assumir nessa história toda?

“Cansei de ver minha imagem nessa situação, discursando como vítima. Cada vez que falo sobre isso, é emocionalmente desgastante. Tenho que me preparar, tenho que ficar lembrando daquele momento, tenho que encontrar argumentos que traduzam minhas sensações e meus pensamentos. Não é simples. Três anos depois, olho pra trás, me vejo falando, falando e falando, repetindo minha história, e nada acontece.” Frisa: “Nada.”

Ao mesmo tempo, Sérgio não perde de vista que, sim, é uma vítima. E que não pode silenciar totalmente. “É um conflito”, define. “Eu sei o quanto é importante que as histórias sejam contadas. E, para isso, é preciso uma voz, um sujeito, um personagem. E eu sou esse personagem.”

Sérgio está tentando resolver a questão existencial voltando para detrás das câmeras — lugar de onde jamais queria ter saído.

“Sinto necessidade de mostrar às pessoas que não existe nenhum resquício de vitimismo em mim, que sou uma pessoa comum, que posso continuar com a fotografia. Mas tem uma coisa que fico pensando, sabe? Eu arrumo muito pouco serviço como freelancer. E, quando me contratam, sempre fico na dúvida: Será que estão me chamando porque de fato gostam do meu trabalho? Ou será que, talvez por piedade, querem que as fotos sejam feitas pelo rapaz que perdeu o olho na manifestação?”



Sérgio nunca se sentiu à vontade com a preocupação dos fotógrafos em construir um nome — uma marca — para se consolidar na carreira: é uma exigência do mercado, mas, ainda assim, incômoda. Tanto que, quando resolveu deixar o trabalho na empresa de logística DHL com o objetivo de se aventurar na fotografia, em 2012, junto com a tensão natural de trocar o emprego estável pela precariedade de um freelancer, com duas filhas pra criar, veio uma crise de identidade.

“Meu nome é Sérgio Andrade da Silva. Eu assino minhas fotos como Sérgio Silva, justamente porque Silva tem um monte por aí. Muitos colegas já me criticaram por isso: Sérgio, inventa um codinome, alguma coisa, sei lá. Mas eu sempre disse não, porque nunca quis ser reconhecido por um nome, mas pelo meu trabalho, pela pessoa que eu sou de verdade.”

Sérgio me falou sobre isso na primeira vez em que conversamos, em setembro de 2013. Então, havia acabado de conseguir um trampo como cinegrafista, e ainda não voltara a fazer uso da câmera fotográfica profissionalmente. Derrubava açúcar na mesa, batia a mão sem querer no gravador. Esbarrava nas pessoas. Morria de medo de atravessar a rua. Tinha só três meses de cegueira. Tudo era muito recente, assim como suas reflexões sobre um futuro até então encoberto pelo tapa-olho bege que inspirava cuidados médicos.

O anonimato que desejava já não existia naquela época, e continua não existindo agora — mas não pelas razões que imaginava.

Sérgio Silva não ganhou prêmios com suas fotografias: tomou um tiro de bala de borracha. Ao perder metade do olhar, viu seu nome surgir na imprensa e na memória coletiva da maneira que menos gostaria: graças a um motivo completamente alheio ao que é e ao que faz. A tão planejada escolha pelo Silva corriqueiro, comum, cotidiano,

brasileiro, acabou tendo efeito contrário devido à violência policial — também comum, corriqueira, cotidiana e mui, mui brasileira.

“Eu tinha buscado uma não identidade, daí vem junho de 2013 e me coloca como um personagem marcante”, lamenta, agora. “Eu me sentia melhor entre as pessoas quando era uma pessoa completamente anônima, sabe? Mas isso talvez seja mais uma consequência psicológica do que aconteceu...”

Quando está em algum evento público, reunião ou festa, Sérgio às vezes percebe olhares curiosos em sua direção — ou acha que percebe, como quando, no hospital, pensava ver luzes que na realidade não via. Tem a impressão de que o estão reconhecendo por causa de junho.

“Daí percebo que não tem nada a ver, que nem estão me olhando.”

Ainda assim, quando inicia uma conversa com algum desconhecido, se esforça pra conduzir o papo, faz perguntas, dirige a própria curiosidade à vida e às palavras do interlocutor. “Assim tento fazer com que o assunto caia em outras histórias — e não na minha.”

Sérgio sabe quando teve início o conflito entre sua pessoa e seu personagem. Só não faz a menor ideia de quando esse conflito vai acabar. “Sabe, mano, eu queria ser apenas o Sérgio de novo”, suspira, consciente de que essa possibilidade desapareceu junto com o lampejo de asfalto que sua pupila esquerda, sangrando, registrou pela última vez antes de escurecer.

REVOLTA 2016–2017

Fazia muito frio
em São Paulo
em 13 de junho
de 2016.

Notícias pouco confiáveis perdidas em minha memória dizem ter sido o dia mais frio do ano. Eu poderia apostar que, quando voltava pra casa, no início da madrugada do dia seguinte, avistei termômetros publicitários marcando, junto com as horas, dois, três graus Celsius. Ou talvez tenha visto na internet que essa gelidez toda foi registrada no ponto mais frio da cidade — que certamente não era onde eu estava. As temperaturas inverniais paulistanas não me incomodaram naquela noite.

Era a primeira vez que lançava um livro na rua, depois de dois anos e meio dedicado ao tema, semanas de preparação, centenas de mensagens, dezenas de telefonemas, correria contra os prazos da gráfica, uma série de articulações e várias portas na cara. Mas daria tudo certo. O dono do bar permitiu que ocupássemos o estabelecimento e ligássemos em sua tomada os microfones e as caixas de som. Um amigo que mora no prédio da esquina deu um jeito de nos levar até o terraço da cobertura sem que porteiro, síndico e zelador percebessem. Conseguimos um projetor emprestado, e gente muito talentosa se dispôs a lançar lá do alto as luzes que formaram vídeos, mensagens e animações no gigantesco paredão predial do quarteirão ao lado. Vieram artistas conhecidos e desconhecidos. Vieram jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Vieram militantes de partidos políticos, sindicatos e movimentos. Vieram amigos, muitos amigos. E veio também a Polícia Militar — a única que não tinha sido convidada. Veio perseguindo um pequeno grupo

de estudantes secundaristas que no ano anterior haviam sacudido o cenário político com a ocupação das escolas públicas da cidade, provocando inclusive a demissão do secretário da Educação do estado de São Paulo, mas que agora, com uma marcha que saiu do Largo da Batata, na zona oeste, e chegou ao cruzamento da Rua da Consolação com a Rua Maria Antonia, no centro, queriam apenas prestar uma homenagem a Sérgio Silva e conectar sua luta por um ensino de qualidade com a memória do 13 de junho de 2013, celebrada, então, ali.

O trânsito fluía, com certa dificuldade devido ao acúmulo de carros, como sempre, e também de gente — felizmente era tanta gente que a calçada mal dava conta de todo mundo —, mas fluía. Ainda assim a tropa se perfilou, com capacetes e escudos, pronta para a ação. Eu já imaginava a cena. Uma bomba, uma bombinha só, sendo lançada contra nós. O estouro. A correria. A porta do bar se abaixando. As caixas de som espatifando no chão. Raiva. Xingamentos perdidos em meio à microfonia. Mais bombas. Mais correria. Perseguição pelas redondezas. Talvez algum preso. Feridos. E tudo acabaria antes mesmo de começar. Não há inverno capaz de esfriar alguém nessa situação. Eu suave. Andava de um lado para o outro. Tanto trabalho, tanta gente mobilizada, tantas noites mal dormidas... pra isso?

Mas ninguém se intimidou, ninguém arredou pé. E alguns adolescentes demasiadamente encorajados insistiam em ficar no meio da rua.

— Gente, vamos pra calçada, por favor. Não queremos que a **PM** acabe com nosso ato. Deu mó trampo organizar isso aqui — pedi, meio implorando.

— Cala a boca, seu pelego! — me gritou uma menina.

— Quê?

— É isso mesmo! A gente tem que ficar na rua! O Sérgio foi ferido porque estava na rua, não na calçada!

— Então, eu tô ligado da história do Sérgio. Mas, vamos pra calçada?

— Não! Vai tomá no cu!

Virei as costas, um pouco mais desesperado, e fui pedir socorro à única pessoa que poderia ajudar naquele momento:

— Sérgio, mano, fala praquela galera sair da rua, peloamordedeos.

Não me lembro se ele conseguiu, acho que sim. Tampouco saberia dizer quanto tempo passei nessa crise de estresse típica de produtor de eventos que vê uma programação bem planejada, construída com a ajuda de várias pessoas, ao longo de dias de trabalho, sair completamente do controle. Afinal, é a rua: o lugar por excelência do imponderável. Era por isso que estávamos naquela esquina, de novo, três anos depois.

Mas, assim como vieram, sem falar com ninguém, sem perguntar nada e talvez sem nem saber o que estávamos fazendo, os policiais se foram. Com eles foi-se também a iluminação de tons vermelho-intimidatório do giroflex, e a palidez pacífica emanada dos postes, neutra, imperceptível, voltou a imprimir nossas sombras no concreto.

“Quando rolou o livro, quando eu li, comecei a revisitar aquelas histórias e consegui ver, nossa, olha como eu estava em 2013, olha o que eu estava falando, como eu estava pensando; olha como eu estava em 2014, olha como eu estava em 2015”, conta Sérgio Silva. “O livro serviu de diário, era quase uma fotografia, um retrato de como eu estava em cada momento.”

Não esperava esse efeito. Uma de minhas maiores motivações para acalantar o lançamento do livrinho que acabou se intitulado *Memória ocular* era produzir um material que expusesse alguns olhares factuais, analíticos, sensíveis e argumentativos sobre a violência sofrida pelo

Sérgio, que demonstrasse os profundos impactos que a bala de borracha causou não apenas em seu olho esquerdo, mas em toda sua vida — e na vida de seus amigos e familiares. Quem sabe a publicação não é juntada aos autos do processo, não sensibiliza algum procurador, algum juiz... O pedido de indenização do fotógrafo havia sido movido em outubro de 2013, mas ainda não havia decisão sobre o caso. A demora angustiava a todos nós. Quem sabe? Enquanto eu alimentava a ilusão de influenciar a justiça, minha ingenuidade não deixou entrever os melhores efeitos que entrevistas e pesquisas transformadas em livro podem produzir.

“Aí eu falei”, continua Sérgio, “taí uma oportunidade para continuar esse processo de transformação, para que cada ano eu seja um Sérgio diferente, sem largar as minhas essências, as coisas em que eu acredito, mas mostrando uma nova página da minha vida que possa ser contada.”

É brega, é clichê, é um recursozinho textual chinfrim, mas não eu saberia dizer de outra maneira que fiquei com os olhos marejados, assim como os tenho agora, quando Sérgio me disse que o livro — este aqui, mas em sua primeira edição — havia feito com que, pela primeira vez desde 13 de junho de 2013, desde a noite das dores indizíveis, ele conseguisse dirigir seus pensamentos mais pra frente do que pra trás, mais para seu presente e seu futuro como fotógrafo de um olho só do que para seu passado de fotógrafo que perdeu o olho ao ser atingido por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar.

“Em 2014, 2015, foi o momento de voltar às minhas origens de criança, olhar pra minha vida, saber como fui seguindo até acontecer o que aconteceu. Foi muito importante pensar desse jeito, porque vi muita coisa que errei na vida, certas escolhas, não ter estudado mais, ter deixado de seguir em tal emprego. Daí cheguei num momento que consegui zerar: fui lá pra trás e voltei ao presente, ao meu tempo real de vida, ao meu ser hoje, e ao

zerar eu pude avançar. Esse ponto zero foi agora, com o livro.”

Em janeiro de 2014, logo depois que publiquei a reportagem “Cego de um olho, fotógrafo vive ‘história sem fim’ enquanto espera justiça” — primeiro texto que escrevi sobre o caso na *Rede Brasil Atual*, onde trabalhava, e que neste livro traz o título de “Lembrancinha” —, Sérgio me escreveu um e-mail. Eu estava tenso, ansioso. Era a primeira vez como jornalista que me metia a falar de *alguém*, e não de *algo*. Quando a mensagem chegou, porém, a imprimir e coleir na parede da sala de casa:

Chorei as últimas lágrimas da tristeza ao ler sua história. Na verdade, a nossa história, que foi escrita sobre o meu corpo.

Voltei para a rua onde a história começou. Recordei a dor, a agonia e o medo de perder. As horas de sofrimento e os momentos de esperança no hospital. As lágrimas que derramei e os sorrisos da família ao meu lado, dentro de casa, empurrando-me pra frente. Lembrei-me de tudo, até do receio à entrevista, cercada de tanto cuidado, que me solicitava. Daquela voz ao telefone com sotaque do interior.

Naquela altura, eu tinha medo de tudo e, ao mesmo tempo, de nada. Conversar era a terapia que eu precisava, e poucos conseguiram entender. Caminhar e voltar para a rua, principalmente. Comer, beber e sentir o cheiro da vida, atividades banais do nosso cotidiano, transformaram-se em necessidade. Nada além da verdade.

Descobri que a sinceridade pode ser um gesto onde a palavra ganha mais força. A vergonha de olhar direto nos olhos, em fraqueza da alma. Descobri que um tampão sobre o olho é uma descartável prótese da vaidade, e que os óculos escuros também. As coisas mais simples da vida — aquelas das quais fazemos juízo de valor e a que damos o adjetivo diminutivo —, com apenas um olho aberto, tornam-se mais importantes.

A sua história. A nossa história. A história de todos nós. Corpos e almas cruzando caminhos entre nuvens de fumaça.

Sobrevivemos e lutamos, sonhando com o que pode haver de melhor, ou de pior. Você acertou. Sempre com os dois pés no chão. Somos seres desenvolvidos e precisamos do equilíbrio para nos manter de pé. Não sou diferente. E nem pretendo ser. Nem com um milhão no bolso. Volto a confessar que trocaria todas as notas pelo poder de enxergar a luz no fim do túnel. Mas o destino me escolheu. Ou será que eu o escolhi? Nesta vida, a única certeza que tenho é que sobre nós sobreviverão apenas a amizade, a dúvida e a fotografia.

A leitura da história que vivo, sem fim, trouxe-me ainda mais ânimo.

Não sei até que ponto escrever sobre Sérgio Silva é escrever sobre mim mesmo. Às vezes os repórteres temos a ilusão de estar falando sobre os outros, mas, na verdade, por meio dos outros, pela história dos outros, pela voz dos outros, pela dor dos outros, acabamos falando de nós mesmos. Eu nunca aceitei o que aconteceu com o Sérgio naquela manifestação. De alguma maneira, transpor suas palavras e pensamentos ao papel foi o jeito que encontrei de vencer minha absoluta incompetência em construir narrativas próprias sobre aquela noite. Pelas minhas construções textuais, é a Sérgio que se lê. Por isso é que este livro é muito mais dele do que meu. E é também de quem mais quiser fazer parte disso. Muita gente faz.

Acostumado a “comemorar” desde 2013 todos os dias 13 de junho com algum tipo de evento cultural — exposição fotográfica em 2014, peça de teatro em 2015 —, Sérgio lembra com uma dose adicional de carinho a reunião político-literária de 2016. “De todos os ‘aniversários’, aquele foi o mais especial. A gente conseguiu juntar pessoas que estavam com muita vontade de marcar a data. Senti todo mundo querendo fazer. Vi umas caras novas, gente que fui conhecendo nos últimos anos, e que apareceram para apertar minha mão, compartilhar mais

energia. Houve uma resignificação muito importante, que foi a de sentir: caramba, como essa história — minha história e o fato político de 2013 — é importante para as outras pessoas também.”

Foi uma noite de protestos, sim, tinha que ser, mas principalmente de poesia, de sarau, de jogral, de música, de pequenas encenações, de discursos. O cantor José Paes de Lira, o Lirinha, vocalista do Cordel do Fogo Encantado, abriu uma pequena edição de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, pernambucano como ele, e leu um trecho do início do poema, quando Severino, o retirante, encontra homens que carregavam um defunto e ouve notícias de um cabra que morreu lá no meio do Sertão:

- A quem estais carregando,
irmãos das almas,
embrulhado nessa rede?,
dizei que eu saiba.
- A um defunto de nada,
irmão das almas,
que há muitas horas viaja
à sua morada.
- E sabeis quem era ele,
irmãos das almas,
sabeis como ele se chama
ou se chamava?
- Severino Lavrador,
irmão das almas,
Severino Lavrador,
mas já não lavra.
- E de onde que o estais trazendo,
irmãos das almas,
onde foi que começou
vossa jornada?
- Onde a Caatinga é mais seca,

irmão das almas,
onde uma terra que não dá
nem planta brava.
— E foi morrida essa morte,
irmãos das almas,
essa foi morte morrida
ou foi matada?
— Até que não foi morrida,
irmão das almas,
esta foi morte matada,
numa emboscada.
— E o que guardava a emboscada,
irmãos das almas,
e com que foi que o mataram,
com faca ou bala?
— Este foi morto de bala,
irmão das almas,
mais garantido é de bala,
mais longe vara.
— E quem foi que o emboscou,
irmãos das almas,
quem contra ele soltou
essa ave-bala?
— Ali é difícil dizer,
irmão das almas,
sempre há uma bala voando,
desocupada.
— E o que havia ele feito,
irmãos das almas,
e o que havia ele feito
contra a tal pássara?
— Ter um hectare de terra,
irmão das almas,
de pedra e areia lavada
que cultivava.

— Mas que roças que ele tinha,
irmãos das almas
que podia ele plantar
na pedra avara?
— Nos magros lábios de areia,
irmão das almas,
os intervalos das pedras,
plantava palha.
— E era grande sua lavoura,
irmãos das almas,
lavoura de muitas covas,
tão cobiçada?
— Tinha somente dez quadras,
irmão das almas,
todas nos ombros da serra,
nenhuma várzea.
— Mas então por que o mataram,
irmãos das almas,
mas então por que o mataram
com espingarda?
— Queria mais espalhar-se,
irmão das almas,
queria voar mais livre
essa ave-bala.
— E agora o que passará,
irmãos das almas,
o que é que acontecerá
contra a espingarda?
— Mais campo tem para soltar,
irmão das almas,
tem mais onde fazer voar
as filhas-bala.

Mude-se o Semiárido pelas ruas de São Paulo; a pássara
de chumbo pela de elastômero; a plantação de palha por

imagens digitais; o hectare de terra por uma Canon não das mais caras; a emboscada no meio do mato por um encurralamento urbano; um Severino Lavrador que já não lavra por um Sérgio Fotógrafo que sim — e apesar de tudo — filma e fotografa; a morte matada por um olho explodido; um defunto de nada por um mutilado de sobrenome Silva; os “irmãos das almas” por um professor de escola pública da periferia, que também é Severino, mas que nesta história não é quem pergunta, é quem socorre; o caminho arenoso até a cova pela caminhada entre escadões e avenidas rumo ao hospital; adapte-se, pois, e os versos recitados por Lirinha se encaixam poeticamente à perfeição. Inclusive quando dizem que não se conhece o autor da emboscada, que é difícil dizer, tantas eram as balas voando naquelas paragens; ou quando profetiza que nada acontecerá contra a espingarda, irmão das almas, que ela continuará cuspiendo suas filhas-bala por aí...

E foi justamente
pela vocação impune
dos gatilhos oficiais
em expulsar dos canos
em balística trajetória
violentos coleópteros,
muito bem mirados e apontados,
não ao léu nem para o céu,
mas contra as gentes,
todos sabem a história,
que o momento mais marcante daquela noite,
que lembrava outra noite
— três anos atrás — de açoite,
foi também o mais triste,
e fez com que lágrimas
descessem sobre a esquina.

“Além de novas e outras energias positivas terem se somado para ressignificar aquela data”, pondera Sérgio,

“também teve uma energia negativa, que foi o caso do Douglas, porque a história se repetiu, e com uma criança, em uma condição de vida social muito pior do que a minha, mas que também foi a minha quando eu tinha os mesmos 12 anos que ele tem.” Em meio a tantos amigos, Sérgio se encontrou pela primeira vez com Douglas Santana, o menino que, como ele, mas ainda tão jovem, e num baile funk da quebrada onde morava, perdeu o olho graças ao voo sem asas de mais uma ave-bala de borracha. O fotógrafo lhe pediu que reagisse a tudo aquilo com amor, não com ódio, e essa é uma das poucas informações que retive daquele encontro. Devia ter ligado o gravador. Devia ter anotado o que se disse. Mas não consegui.

“Foi pesado, mas deu pra se alimentar desse episódio. Falar da violência policial, de junho de 2013, do que aconteceu lá, é importante para que de alguma maneira a gente tente fazer com que isso não se repita mais. E é isso que também me faz não desistir de contar essa história ainda, de ainda ter essa minha imagem do Sérgio, vítima de violência policial, como uma imagem que ainda precisa aparecer.”

Sérgio vítima. Sérgio fotógrafo. Sérgio trabalhador. Sérgio pai. Sérgio marido. Sérgio cidadão comum. Quem é o Sérgio depois da violência? Todas as vezes que nos vemos conversamos sobre isso, sem chegar a uma conclusão. E, no entanto, continuamos escrevendo e falando e publicando sobre o “fotógrafo que perdeu o olho”. Não é que essa pecha incomode, mas ainda mexe. “É meio dúbio, sabe, uma via de mão dupla. Não dá pra negar isso, não consigo, e mesmo me olhando de fora acho que não posso negar isso, porque, cara, é o Estado, estamos falando de violência policial, e eu como fotógrafo, como pessoa que trabalha com a imagem, vejo poder nisso: a imagem consegue chocar, trazer alguma mudança, fazer as pessoas pensarem, refletirem”, pondera Sérgio, olhando para sua própria condição. “Então, não



nego essa imagem, exatamente por conta da importância de falar sobre a violência do Estado. Mas não sinto glória em bater no peito e dizer, olha, eu sou o cara de 2013, como se o que aconteceu me tornasse uma pessoa importante. Não mesmo.”

É como quando me perguntam:

— Ah, que legal, vocês vão lançar mais um livro?

— Sim.

— Sobre o quê?

— Sobre o Sérgio Silva, a história dele, sabe?

— Não, quem é?

Não tem como ser diferente. Não por enquanto.

E ainda menos agora.

Depois dos momentos de alegria, de tristeza, de resignação, de esperança e de mais um monte de sentimentos indescritíveis que aquelas duzentas pessoas vivemos juntas no dia 13 de junho de 2016, cinquenta e oito dias se passaram até que a justiça se pronunciasse pela primeira vez sobre o pedido de indenização de Sérgio Silva. A decisão veio silenciosamente pela canetada do juiz Olavo Zampol Júnior, da 10ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, em 10 de agosto.

Sérgio ficou sabendo da tão esperada novidade pelo Facebook. Estava conectado à rede social quando recebeu a mensagem de um advogado que ele sequer conhece pessoalmente, “Olha, acho que essa matéria aqui te interessa”, e um link, sobre o qual clicou com uma sede de quase três anos. Impaciência durante os segundos que a página demorou a carregar... Até que carregou. “Para juiz, fotógrafo é culpado por levar tiro em protesto que o deixou cego de um olho”, dizia a notícia publicada pelo site *Consultor Jurídico* em 17 de agosto, uma semana após a assinatura da sentença.

“Senti muita revolta quando li a decisão”, define, escolhendo uma palavra que se repete inúmeras vezes

quando Sérgio comenta o despacho de Olavo Zampol Júnior. O veredicto é curto, tem apenas duas páginas:

Trata-se de ação que Sérgio Andrade da Silva move contra a Fazenda Pública Estadual, por onde, imputando culpa a agente desta, quer amplamente ser indenizado dos danos que experimentou, quando, fazendo cobertura fotográfica durante manifestação popular em junho de 2013, foi atingido por bala de borracha disparada pela polícia, sendo atingido em um de seus olhos, do qual perdeu a visão.

Contesta a ré negando o fato constitutivo do direito do autor.

DECIDO.

O processo tem condições de ser julgado no estado em que se encontra, e como será visto, dispensável qualquer dilação probatória.

Improcede o pedido.

Mesmo que houvesse provas de que o ferimento experimentado pelo autor tenha sido provocado por bala de borracha disparada pela polícia, ainda assim, não haveria de se cogitar da pretendida indenização.

Com isso está-se a dizer, ainda que se permitisse em dilação probatória fazer prova em torno desse fato (inconclusivo pela perícia), o resultado final seria o mesmo. Daí porque não se amplia a prova já produzida, mesmo buscando o autor resposta a quesitos.

É dentro dessa premissa que se promove o julgamento: de que teria sido o autor alvejado pela polícia com bala de borracha.

Sabidamente a responsabilidade do Estado é objetiva, não sendo desconhecidos os precedentes jurisprudenciais em que houve responsabilização estatal pela ação da polícia na contenção de tumultos e manifestações, quando manifestantes teriam sido feridos por balas de borracha.

Ocorre que para se ter como caracterizada a

responsabilidade objetiva do Poder Público, necessário é que estejam presentes a alteridade do dano, com causalidade material entre o evento danoso e o comportamento do agente estatal, e que não haja excludente de responsabilidade do Estado.

No caso, ao se colocar o autor entre os manifestantes e a polícia, permanecendo em linha de tiro, para fotografar, colocou-se em situação de risco, assumindo, com isso, as possíveis consequências do que pudesse acontecer, exurgindo desse comportamento causa excludente de responsabilidade, onde, por culpa exclusiva do autor, ao se colocar na linha de confronto entre a polícia e os manifestantes, voluntária e conscientemente assumiu o risco de ser alvejado por alguns dos grupos em confronto (polícia e manifestantes).

Não se está a falar de exercício regular de direito ou estrito cumprimento de dever legal na atuação do agente público, mas de culpa exclusiva do autor, pelas condições em que os fatos se deram.

E não se fale em concorrência de culpas, pois que isso não convence.

A imprensa quando faz coberturas jornalísticas de situações de risco sabe que deve tomar precauções, justamente para evitar ser de alguma forma atingida.

Não por outro motivo alguns jornalistas buscam dar visibilidade de sua condição em meio ao confronto ostentando coletes com designação disso, e mais recentemente, coletes a prova de bala e capacetes.

Com essas considerações, ressaltando que não se está insensível ao drama do autor, dada a presença de excludente de responsabilidade do Estado, a improcedência se impõe.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para condenar o autor a suportar os ônus da sucumbência, fixados honorários de advogado, nos termos do § 8º do art. 85 do **CPC**, em **R\$ 2.000,00**, vez que entendo inestimável o proveito econômico que por esta se buscou, a par do valor que se deu

à causa, que de qualquer forma se apontou a impossibilidade de fixação objetiva, tudo com as ressalvas que o benefício da gratuidade da justiça lhe confere.

O lirismo do magistrado poderia ser resumido em poucas frases, como fizeram os títulos de algumas matérias jornalísticas — “Juiz transformou vítima em culpado, diz fotógrafo que levou tiro da **PM**”, “Justiça nega indenização a fotógrafo ferido em manifestação em **SP**”, “Para juiz, fotógrafo é culpado por perder olho em protesto”, “Juiz culpa fotógrafo que perdeu visão de um olho após tiro de bala de borracha”, “Tiro da **PM** cega fotógrafo, mas juiz diz que ‘a culpa é dele’”, “Fotógrafo ferido em protesto é considerado ‘culpado’ pela justiça”, “Fotógrafo cego por **PM** em **SP** teve ‘culpa exclusiva’, diz juiz em sentença”, “Justiça paulista nega indenização ao fotógrafo Sérgio Silva, baleado no olho em 2013” —, mas a violência jurídica do despacho é ainda maior do que sugerem as manchetes.

Olavo Zampol Júnior escreveu que Sérgio não precisa se preocupar em provar que o objeto que lhe inutilizou o olho foi uma bala de borracha saída de uma espingarda da Polícia Militar. Simplesmente não precisa. Poderia existir um vídeo em câmera lenta captado por um drone de última geração atestando a trajetória do projétil de elastômero entre o cano fumegante do armamento policial e o globo ocular do fotógrafo, com gotas de sangue jorrando e registros em áudio do urro desesperado de Sérgio ao sentir seu órgão visual esmagado pelo artefato — o que seria uma evidência incontestável de que, sim, foi o Estado, por meio de um de seus agentes, que acabou com a visão esquerda de um cidadão que não representava risco a ninguém. Não importa, escreveu o juiz. Sérgio Andrade da Silva não tem direito à indenização. Por isso, continua, não acatará o pedido dos advogados, que gostariam que o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São

Paulo, responsável pela perícia no olho que já não existe, respondesse a algumas perguntas adicionais sobre o dano à capacidade ocular do fotógrafo. Olavo Zampol Júnior até concorda que as vítimas do Estado têm direito à indenização quando conseguem provar que o dano sofrido foi causado pelos agentes estatais, mas não Sérgio, ah, não, porque Sérgio não se encaixa nessa situação. No caso de Sérgio existe essa tal “excludente de responsabilidade do Estado”, pois, “ao se colocar entre os manifestantes e a polícia”, ele escolheu voluntariamente permanecer “em linha de tiro”.

O dicionário *Houaiss* da língua portuguesa dá três significados para a expressão “linha de tiro”. O primeiro, de origem militar, a define como “local próprio para preparação de reservistas de segunda categoria (em distritos e municípios não servidos por unidades militares), cf. tiro de guerra”; o segundo, classificado como um brasileirismo, diz se tratar de “local próprio para exercitar-se com arma de fogo portátil”; e o terceiro, relativo a armas, confere ao termo o sentido de “prolongamento do eixo do cano de uma arma de fogo; linha de projeção”. Podemos arriscar ainda outro significado para “linha de tiro”, que é aquela área povoada de balas que separa dois bandos em confronto armado. Certamente, Olavo Zampol Júnior não está se referindo a nenhum deles, mas ao espaço que se abre — ou se fecha — entre um pelotão de Choque e um grupo de manifestantes. Curioso pensar em “linha de tiro” nesta situação. É uma linguagem bélica, que autoriza a **PM** a fazer o que fez. Em 13 de junho de 2013, aquela esquina inteira estava dentro da “linha de tiro” do Estado. Qualquer um que lá estivesse — trabalhando, manifestando, voltando da aula, tomando cerveja, abastecendo o carro — estava na “linha de tiro”. A polícia disparou para todas as direções, feriu indiscriminadamente. Sérgio estava ao lado de uma

banca de jornal, meio escondido, meio se protegendo, meio fotografando — e não entre dois grupos definidos em explícita conflagração. Até porque o único bando definido, ali, era formado pela **PM**.

Esses “detalhes”, porém, não parecem carregar importância jurídica. É isso: o fotógrafo estava onde não devia, e é portanto o único culpado pela perda de seu olho esquerdo; é culpado porque decidiu fotografar — que é sua profissão, mas é também um direito constitucional — um ato público, de interesse público, realizado no meio da rua, e que foi reprimido pela polícia. Zampol continua, dizendo que os jornalistas devem usar equipamentos de proteção quando expostos a esse tipo de situação. Além do absurdo que é jogar nas costas dos profissionais da imprensa — e dos manifestantes — a obrigação de se preservarem da brutalidade policial, eu posso dizer por experiência própria, porque trabalhava como repórter na época e estava lá, que naquele preciso momento pouquíssimos jornalistas sentiam a necessidade de usar capacetes, viseiras e coletes para cobrir protestos sociais em São Paulo. O uso desses equipamentos tornou-se um imperativo de autopreservação a partir de então, graças à ação da **PM** naquele dia e, ainda mais, depois da morte de Santiago Andrade, em 10 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro — cinegrafista que, atingido pelo morteiro de um manifestante, felizmente não foi culpabilizado pela justiça por ter se colocado na “linha de tiro” nem por não estar usando proteção. Por isso, além de tudo, existe uma imprecisão cronológica na sentença, que chega ao fim condenando a vítima a indenizar o Estado por ter entrado na justiça pelo ferimento que sofreu, e isso porque, no entendimento do juiz, estava atrás de “inestimável o proveito econômico” ao mover a ação por danos morais, materiais e estéticos: uma lição e tanto ao fotógrafo sem olho que quis enriquecer às custas do contribuinte.

“Sim, muita revolta. Mas eu infelizmente já esperava”, reconhece Sérgio. “Cada vez mais vem caindo a máscara da justiça e da democracia.” Não teve recaída?, pergunto. Os altos e baixos haviam acompanhado seus dias até então, e uma decisão dessas, que exige a polícia de qualquer responsabilidade, culpa você pela perda do olho e ainda te obriga a pagar R\$ 2 mil, tudo em papel timbrado, um documento oficial, o Estado que te feriu decidindo contra você... é injusto demais, não? “Não tive recaída, tive revolta mesmo. Essa é a palavra. Aquilo me revoltou muito. Porque a justiça funciona: para o bem ou para o mal de alguns, ela está funcionando. Mas na minha história ela não funciona — quer dizer, funciona para defender o Estado. Enfim, fiquei muito revoltado.”

Depois de um tempo evitando falar com a imprensa — outro tema recorrente de nossas conversas: falar ou não falar do assunto, gritar a perda do olho, bater de frente contra a indiferença das autoridades, ou simplesmente tocar a vida? —, naquela época Sérgio deu entrevista pra quem viesse procurá-lo para repercutir a notícia da decisão. “Não cansei de repetir o nome do juiz, porque tem uma ação humana nisso tudo. A gente fala na justiça como se fosse algo imaterial, mas ela é feita por homens, ela tem o dedo do juiz. Ele decidiu com base nas crenças dele, e nem me ouviu.” Guarda mágoa dessas pessoas? “Talvez um pouco de mágoa, mas acho que tem mais a ver com revolta. Revolta de saber que existe gente trabalhando com a justiça, com o direito, com a vida humana, pessoas que sabem que a polícia podia ter matado alguém naquela noite, podia ter me matado, que foi uma conduta ilegal, desumana, desonesta, irresponsável, enfim, tudo que já foi falado sobre essa ação policial, mas que, por uma questão que eu não consigo entender — mas que eu sei o que é: é defender o Estado —, olham para essa história e não querem mudar a injustiça que a gente vive no Brasil,

pegando meu caso, por exemplo, e fazendo com que o Estado seja responsabilizado por isso, para que mude sua conduta em outros casos. Isso é revoltante. Eles estão atuando exatamente para manter esse *modus operandi* funcionando. E isso me revolta. O sentimento que tenho com as pessoas que estão conduzindo meu caso é isso, revolta, por saber que eles têm certo poder, estão à frente da máquina, desse controle todo, e não fazem nada.”

Corremos para publicar um abaixo-assinado na internet contra a decisão, que hoje tem 77 mil assinaturas, e que não deu — como nunca dá — maiores repercussões. “Não sou culpado pela bala de borracha que me cegou”, grita o documento. Em uma coletiva de imprensa convocada pela Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos e pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no dia 19 de agosto, Sérgio tinha poucas palavras. “Não tem muito o que eu falar, porque minha posição de vítima é muito clara.” Ainda assim, agradeceu aos presentes, seus companheiros de sempre nesta caminhada, familiares, profissionais, amigos. “Obrigado pela força que vocês me dão todos os dias.” Havia muitos fotógrafos e repórteres prestando solidariedade ao colega. Só alguns haviam sido enviados por editores para transformar o evento em pauta jornalística.

“Estive advogando em casos rumorosos da operação de Curitiba e, mesmo defendendo figuras de menor jaez, sou procurado rotineiramente pela imprensa”, comparou Maurício Vasques, um dos representantes de Sérgio perante a justiça. “Foi muito ‘bacana’ ver a sentença do Sérgio sair e não ter recebido um telefonema de nenhum meio de comunicação.” O advogado se questiona sobre o surrealismo da situação em que um profissional de imprensa conta com tão pouco corporativismo: “Será que os editores proíbem o tema? O governo do estado de São Paulo é assim tão blindado mesmo?”. Alguém na plateia pontua diferenças na repercussão e nos desdobramentos

do caso de Sérgio — mutilado pela polícia — e de Santiago — morto por manifestantes. “Me parece que, toda vez que há necessidade de proteção de uma política de Estado e da imagem de um governo, o caminho fica mais tortuoso. Quando o fotógrafo está retratando o abuso do poder estatal, e é vítima dele, não tem indenização; quando o cinegrafista é vítima de um manifestante que está criticando este mesmo poder estatal, o caso recebe a atenção que merece”, comenta o advogado, ponderando: “A gente não pode politizar a questão. A atividade jornalística é uma garantia e uma conquista da sociedade. É óbvio que a gente vê esses dois pesos e duas medidas, mas me parece só mais do mesmo, dessa velha covardia estatal. Ou é um embusteiro, que se autoflagela, ou é uma vítima da selvageria de manifestantes. O Estado age de acordo com uma orientação. A lógica é só essa, do interesse mesmo.”

Durante a coletiva de imprensa, Sérgio também arriscou análises mais políticas sobre seu próprio caso. “Eles sabem que erraram”, atesta. “Se talvez em 2013 a polícia ou o Estado me procurasse, seria algo como assumir a responsabilidade. Para nós, como seres humanos que sabemos aprender com os erros, seria supercompreensível. Eu receberia normalmente o comandante da **PM** no hospital e até mesmo o governador se ele viesse, de fato, dizer publicamente pra mim que a polícia teve responsabilidade naquela noite. Mas não fizeram isso. Esse desvio, essa recusa em assumir o erro, é medo, é medo político. Hoje a gente tem uma noção ainda maior. Se o governador assumisse esse erro em 2013 talvez não fosse um possível candidato em 2018. A gente sabe que todo esse movimento da **PM** e do Judiciário sobre meu caso são decisões políticas.”

Depois de um pico de 181 agressões em 2013 — 143 delas durante manifestações, devido sobretudo à repressão às jornadas de junho —, os casos de violência

contra profissionais de imprensa no país cresceram entre 2014 e 2015. Levantamentos da Federação Nacional dos Jornalistas apontam a ocorrência de 129 episódios de agressão a comunicadores em 2014 — 65 deles em manifestações — e 137 em 2015. A **PM** se destaca como principal agressora. “Seguindo a tendência verificada em 2013 e 2014, as agressões contra jornalistas [em 2015] tiveram como principais autores os policiais militares, especialmente nos casos registrados em manifestações de rua”, afirma o relatório. “Ao todo, a categoria policial foi responsável por 28 (20,44%) das 137 agressões.”

“A polícia ataca de maneira sistemática e violenta os movimentos populares, sociais e sindicais, os manifestantes em geral. Como subproduto disso, ela atinge de maneira particular os jornalistas”, afirmou Paulo Zocchi, presidente do sindicato da categoria em São Paulo, durante a coletiva. “Mas por que a polícia tem jornalistas como alvo? Porque os jornalistas registram a violência policial contra os manifestantes. É exatamente porque fazemos nosso trabalho que somos atacados deliberadamente. Nesse caso, a atitude da polícia, além de ser um atentado à liberdade de manifestação, é um atentado à liberdade de imprensa.”

Há razões de sobra para se revoltar contra a decisão do juiz Olavo Zampol Júnior. Mas, mesmo revoltado, Sérgio está um pouco cansado de discursos. “Estamos chegando a um ponto de deixar que a indignação ultrapasse o limite da fala, apenas. A gente precisa tomar atitudes que mexam de fato nesse sistema. O que estamos fazendo aqui [na coletiva] é importante, é bom, mas o que me incomoda é como vamos conseguir mexer estruturalmente nesse Judiciário e nessa decisão”, desabafou aos colegas. “A gente precisa fazer desta luta uma luta coletiva, porque se não teremos mais casos por aí.”



A tribuna do Senado estava florida, lotada com a presença das mais altas autoridades da República.

Enquanto Michel Temer consumava seu projeto de poder subterrâneo e assumia definitivamente as rédeas do país, manifestantes se concentravam na Avenida Paulista, em São Paulo, para protestar contra o golpe de Estado jurídico-parlamentar que culminava naquela cerimônia macabra. O clima era de indignação, mas havia certa amenidade no ar. Depois de manifestações massivas dos cidadãos verde-amarelos favoráveis ao impeachment, com direito a coreografia e transmissão ao vivo pela televisão, dava certo alívio encontrar tanta gente em desacordo com o teatro que se encenava em Brasília. Apesar de dispersos, não estavam sozinhos, afinal.

Ao recordar os primeiros momentos do protesto que se concentrou no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na tarde de 31 de agosto de 2016, a estudante Deborah Fabri abre um sorriso largo. “Ouvia-se vários gritos com identidade histórica, muita crítica. A gente gritou muito. Era muito bom poder se expressar, participar, sentir aquela energia, aquela responsabilidade, aquela indignação”, conta, com o olhar idealista perdido nas lembranças daquela pacífica confluência de rebeldia. “Estava tudo muito tranquilo.” Uma mulher passeava entre os manifestantes com um potinho de tinta vermelha, pintando a pele de quem quisesse dar um sugestivo colorido ao protesto. Deborah olhou para as próprias roupas: calça jeans, botas e uma jaqueta verde-escuro, de mangas brancas, com a sigla UFABC, em referência à Universidade Federal do ABC, onde estuda física. “Como

eu não estava de vermelho, e como o vermelho simboliza a luta dos trabalhadores, além de ser minha cor favorita”, mais um sorriso, “pedi a ela que passasse um pouco de tinta no meu rosto e agradei”, outro. “Rola uma solidariedade entre as pessoas nessas horas.” Deborah saiu de Santo André, onde mora, ao lado do campus, e foi para São Paulo com alguns amigos, sem lenço nem documento, levando apenas a passagem do trem e vinte reais para comprar água e algum alimento. Tinha acabado de se mudar para lá, vinda de Minas Gerais, onde já militava no Levante Popular da Juventude. Há algum tempo participava — e gostava de participar — de manifestações. De acordo com o calendário diferenciado da UFABC, organizado em quadrimestres, aquele era seu primeiro dia de férias. “Conversei com meus colegas e decidimos: a gente precisa ir”, recorda. “Era o golpe, né?” No Masp, se encontrou e desencontrou de outros amigos e conhecidos da faculdade e da militância. Conversou. Abraçou. Sorriu. A marcha, então, começou a avançar. “Na Paulista foi tranquilo. Até metade da Consolação estava tudo sossegado. Eu estava com sentimentos bons e uma gratidão por estar tudo ok, pelo ato estar sendo tão forte. Estava maravilhoso, muito incrível. Depois dessa sensação de alívio, porém, comecei a escutar uma bomba lá atrás. Daí pensei: espera, tem alguma coisa errada.”

Em 31 de agosto de 2016, aos 26 anos, o psicólogo Gustavo Chiesa cultivava certo incômodo com seu grau de envolvimento político. “Fui pra manifestação muito porque estava me sentindo um pouco por fora dos acontecimentos”, diz. “Eu tentava me envolver nas discussões, mas sentia — e ainda sinto — que essa virtualidade é cada vez mais frustrante. Eu me frustro com a internet, e fico sentindo muito a falta de estar com o corpo presente. Ao mesmo tempo, devido ao trabalho e a outros compromissos, não consigo me envolver com

a militância.” A casuística destituição de Dilma Rousseff parecia o momento ideal para retomar o engajamento dos anos anteriores, que havia perdido. “Entre 2014 e 2015 me aproximei da Juventude do PT, fiz parte de um coletivo, mas, como sempre acontece comigo, durou pouco”, conta. “O momento do golpe era um convite mais claro para voltar aos protestos.” Não era a primeira manifestação de Gustavo, que já havia frequentado vários outros atos políticos e que foi um dos milhares de jovens a engrossar as passeatas de junho de 2013 em São Paulo. Tendo sido um “aluno de colégios progressistas de classe média”, como ele mesmo se define, acostumou-se a encarar manifestações não só como espaço de reivindicações políticas e sociais, mas também como um momento de encontro e reencontro com amigos e outros militantes, com pessoas que se acaba conhecendo entre bandeiras, cartazes e palavras de ordem, e que só se revê quando as ruas estão em ebulição. “Manifestações, pra mim, sempre tiveram um pouco de cara de festa.” E foi com esse espírito que o rapaz chegou ao vão do Masp naquela quarta-feira de agosto que marcaria mais um episódio triste para a democracia brasileira. “O clima estava tão bom que, durante a caminhada, entre conversas e gritos, me senti à vontade para tomar uma cerveja. E eu estava literalmente tomando um latão de Skol quando tudo aconteceu. A gente estava na Consolação, e ouvimos uma bomba estourar lá na frente.”

A primeira granada de luz e som lançada pela Polícia Militar contra o cortejo antigolpista estourou em algum ponto entre Deborah e Gustavo, que no momento da explosão inaugural daquele 31 de agosto de 2016 se encontravam em pontos distintos da manifestação, há uns setecentos metros de distância um do outro: Gustavo na altura do Cemitério da Consolação, Deborah nas imediações da Universidade Mackenzie.

“O barulho começou a ficar mais e mais forte, as pessoas começaram a correr, a polícia começou a descer em tropa, em moto, pela Consolação, cercando a gente. Estavam tacando muita bomba, muita bomba”, relata Deborah, reconstituindo passo a passo o dia em que passou a figurar entre as vítimas oculares do Estado. “Eu e meus amigos resolvemos entrar num posto de gasolina. A gente pensou que eles não iam tacar bomba lá dentro.” Com apenas 19 anos, recém-chegada de Governador Valadares, onde nasceu e cresceu, a jovem se fiava da companhia de seus colegas de faculdade para aplacar o medo e se sentir um pouco mais segura durante a primeira repressão que sofria na grande metrópole. Em meio ao salve-se-quem-puder, um deles, Danilo, se perdeu. “Fiquei só com a Roberta.” As bombas não cessavam, e se aproximavam cada vez mais do posto que Deborah acreditava servir de refúgio. “Nessa hora eu pensei: meu, vai acontecer uma coisa horrível”, e então a vontade de sair de lá ecoou mais alto do que a retumbância das bombas. Ainda mais depois que um homem mais velho desceu a rua correndo, desesperado, suado, gritando: “Saíam daí, é uma emboscada, a polícia está fechando todas as ruas!”. Deborah teve certeza de que precisava se mover, e começou a descer a Rua da Consolação. Lembrou que estava com tinta vermelha no rosto, “um risquinho só, feito com o dedo”, e teve a reação automática de limpar qualquer vestígio que pudesse identificá-la como manifestante e atrair a sanha autoritária de algum policial que lhe cruzasse o caminho. “Eu e minha amiga começamos a descer de mãos dadas pela calçada, tranquilamente, caminhando, sem correr. Mesmo assim a polícia não perdeu, tacou bomba em nós tudo. As pessoas começaram a gritar, já não dava pra ver mais nada direito, tinha muita fumaça, estava difícil respirar”, lembra. “Então decidimos voltar para o posto. Era o único lugar que a gente tinha pra se salvar daquilo.” O retorno

para o suposto porto seguro foi correndo. Havia pressa. E, na pressa, Deborah se perdeu de Roberta. Estava sozinha agora. Corria. Numa das vezes que olhou para trás, para saber a quantas ia o avanço da polícia, Deborah avistou Danilo, o amigo que havia se perdido quando as bombas começaram a se aproximar. “Ufa”, pensou, “alguém que conheço nessa confusão.” Deborah não queria mais se perder de ninguém. Danilo respirava com dificuldade devido ao gás lacrimogêneo. Deborah então estica a mão para Danilo, que estica a mão para Deborah. “A gente pegou na mão um do outro”, diz a jovem, “e quando eu viro pra frente de novo, pra continuar correndo, eu vejo a bomba.” Não fosse a correria, as explosões e a adrenalina, daria pra ouvir o ruído do artefato quicando no asfalto até chegar aos pés da estudante. “Essa coisa se aproximando me chamou a atenção. Eu olhei pra ela e...”, um suspiro. “É engraçado: uma bomba, pra explodir, são milésimos de segundo. Ela cai e estoura. É como se esse momento estivesse paralisado na minha memória.”

Com a lata de cerveja na mão, Gustavo Chiesa resolveu se acalmar e pedir calma aos amigos que se agitavam ao sabor das explosões cada vez mais próximas. Dois pensamentos começaram a digladiar-se. De um lado, a memória do que vivera em 13 de junho de 2013, naquela mesma região da cidade: “Eu tinha sido cercado pela tropa de choque muito próximo de onde eu estava agora”, recorda, definindo a jornada repressiva de três anos antes como uma sessão de tortura coletiva. “Não abriram saída pra gente dispersar, e começaram a lançar bombas uma atrás da outra. No meio disso ainda tinha muito tiro de borracha. Conseguimos sair da Consolação nem lembro como, e só fomos nos sentir seguros na Avenida Pacaembu”, a dois quilômetros de distância, “depois de chegar lá meio correndo, meio andando, meio fugindo da cavalaria.” O receio de ser novamente encurralado e perseguido pela

PM desafiava a vontade de ficar e resistir. “Mas tem um golpe acontecendo”, esbravejava, internamente, como se estivesse batendo boca com o comandante da operação, “vocês não podem tirar a gente daqui assim.” Enquanto Gustavo fazia ponderações mentais e dialogava com Luca, Leo e Neiva, seus amigos, tentando decidir o que fariam, o Choque avançava. As bombas começaram a estourar mais perto... mais perto... mais perto... Os soldados já se posicionavam do outro lado da rua, e começavam a disparar balas e granadas na direção das pessoas. “De novo, como há três anos, não tínhamos por onde escapar”, lamenta. “Me vi encurralado perto do quartel dos bombeiros.” Ao levantar a cabeça para procurar uma rota de fuga, Gustavo acompanhou com os olhos uma bomba que havia sido atirada a uns quinze metros de distância. O artefato rolou pelo asfalto. Parou. O jovem esperou o estrondo. Olhou de novo. E nada. Que estranho, não houve explosão. Mas havia um flanco aberto onde a granada falhara. Era uma chance de escapar. Um grupo — que incluía Gustavo e os amigos — tentou então fugir. “A gente estava meio que em fila indiana, um com a cabeça nas costas do outro, tentando se proteger”, recorda o jovem, que daí já não sabe se o artefato que explodiu durante sua passagem fora lançado especialmente contra as pessoas que corriam para salvar a pele, ou se era aquele que tinha sido lançado antes, e que permaneceu íntegro, esperando por ele. “Eu estava olhando para o chão, e quando estourou senti uma quentura.”

Os óculos de Deborah se esvaíram com o impacto da bomba. A jovem sofreu queimaduras no rosto, cortes na bochecha e nas pálpebras. “Quando eu coloquei a mão no olho... não tinha. Fui pegando, assim, e vi muito sangue nas minhas mãos. Daí eu comecei a passar a mão”, e repetiu o gesto, os dedos apalpando levemente a cavidade entre a sobrancelha e a maçã do rosto, na esperança de encontrar

uma protuberância, uma saliência arredondada, sensível, rígida, que vem lá de dentro da cabeça. “Foi então que tive a pior sensação da minha vida: não sentia o globo ocular.”

O brilho intenso e o ruído ensurdecedor da explosão fizeram com que Gustavo caísse de joelhos. O latão de Skol, que havia conservado até então, foi parar não se sabe onde. Ao levantar de um pulo, no susto, o jovem bateu com os ombros no poste. Quase caiu de novo. “Eu estava completamente atordoado”, descreve. “Um amigo me pegou, me puxou para um canto, e quando olhei pra ele percebi que estava com a visão trincada. Havia como se fosse uma película sobre o que eu via. Essa era a sensação. Era como se fosse a tela quebrada de um celular, e tudo meio esbranquiçado. Tinha um risco. E por esse risco eu via a cor vermelha do sangue.”

“Meu olho!, meu olho!, meu olho!”, gritaram Deborah e Gustavo, cada um a seu tempo — ou talvez ao mesmo tempo —, cada um em um ponto diferente da manifestação reprimida. “O que aconteceu com meu olho!?”.

Deborah tinha certeza que o estilhaço da bomba havia destruído o seu. “Quando senti aquela meleca afundada, pensei: ‘Porra, perdi meu olho’. Era muito sangue.” Os amigos demoraram alguns segundos pra perceber que a companheira estava seriamente ferida. Ela teve que gritar: “Perdi meu olho!, perdi meu olho!”. A polícia não parava de lançar bombas. Deborah se encorajou. Pintou novamente as mãos — agora com o vermelho do sangue que lambuzava seu rosto —, voltou-se para a tropa e esgoelou: “Tá vendo isso aqui, tá vendo!? Vocês estão machucando as pessoas, vocês me machucaram, parem com isso!”. Depois, a estudante ironizaria a própria reação: “Como se fosse adiantar, né? Mas aí eu já estava tomada pela irracionalidade.” A adrenalina, porém, não demorou a baixar, e Deborah começou a avaliar mais sobriamente a situação. Sem os óculos que corrigiam sua miopia, não

conseguia enxergar bem nem com o olho que saíra ileso da explosão. “Estava tudo embaçado.” Então procedeu a uma espécie de autoexame de vista. Fechou o olho direito e abriu ao máximo o olho ferido. “Era só escuridão”, conta. “Fiz isso várias vezes. Fechava o direito, abria o esquerdo e não enxergava nada. Era como se eu tivesse várias pálpebras, sabe? Eu tentava abrir uma e depois a outra, e depois outra, infinitamente, e elas nunca se abriam. Eu tentava e tentava, e a visão não vinha, não chegava imagem nenhuma no meu olho.”

Gustavo foi imediatamente tranquilizado pelos amigos. “O Leo me disse: Tem só um corte em cima do seu olho.” Ainda assim, fez uma proposta: “Vamos para o hospital.” Gustavo assentiu, ainda sem saber muito bem o que estava acontecendo. “A coisa foi batendo muito aos poucos”, recorda. “Meus amigos queriam me levar para o médico o mais rápido possível, e eu só conseguia pensar: cadê minha cerveja? Eu só queria tomar mais uma cerveja.” A repressão continuava comendo solta. Correria, bombas, gritos. Do alto dos edifícios residenciais da região, pelas janelas, moradores favoráveis às manobras de Michel Temer xingavam os manifestantes. “Vermes! Petralhas! Tem que apanhar mesmo! Tem que morrer!”. Após ver uma bomba explodir praticamente na sua cara, Gustavo ficou puto com as ofensas. Mas seguiu o caminho para o hospital. A ideia era se dirigir ao Santa Isabel, um dos mais próximos de lá, e que atendia pelo convênio do jovem. Foi quando presenciou nas ruas de Higienópolis uma atitude que até hoje não consegue compreender. “Tacaram uma melancia de um dos apartamentos, lá de cima”, lembra. “Eu vi. Foi bem perto de mim, do outro lado da rua. A melancia se espatifou no chão. Podia ter matado alguém. Fiquei em choque com o nível da violência daquele momento.”

Deborah sentia que estava perdendo muito sangue. Fraqueza. Tontura. A preocupação se generalizou entre



os amigos, que por fim estavam juntos novamente, os três. Era hora de procurar ajuda. Mas antes tiveram que enfrentar um exército de paparazzi ocasionais: dezenas de pessoas, munidas de câmeras ou celulares, se acotovelavam para capturar o melhor close da menina com o olho jorrando sangue. “Quando a primeira pessoa veio me filmar, como eu ainda estava muito indignada, eu falei: ‘Filma, filma, pode filmar, filma esse absurdo, isso tem que ser denunciado, olha o que a polícia fez comigo!’. Mas depois vieram muitas pessoas, e eu estava realmente precisando de socorros.” Deborah tinha que sair dali, e a turba fotográfica, na ânsia de registrar o mais novo caso de violência policial e levar a imagem da “primeira vítima do governo Temer” ao mundo inteiro, não lhe abria caminho. “Vinhem com a câmera na minha cara, queriam fazer entrevista na hora...”. Os amigos tiveram que afastar as pessoas — dá licença, dá licença, sai da frente — para furar o cerco. Deborah continuava colocando a mão no rosto, queria encontrar o olho, mas só sentia um sangue grosso, pesado, com partes sólidas que julgava ser pedaços da própria carne. Mais distante do tumulto, Deborah precisou do auxílio dos amigos para caminhar. Cruzaram com um bombeiro e pediram ajuda, que lhes foi negada. “Ele disse que não ia me socorrer porque eu era manifestante.” Então chegaram ao campus da Pontifícia Universidade Católica na Rua Marquês de Paranaguá, onde havia um pequeno ambulatório médico. A enfermeira responsável limpou o sangue e colocou uma gaze por cima do olho ferido. “Depois que ela me enfaixou, veio uma dor intensa”, diz Deborah, que afirma não ter sentido absolutamente nada até então. “A adrenalina, o pânico, estava tudo muito acentuado. Era só muito sangue. Eu via sangue na minha mão, ficava aterrorizada. Mas depois, na enfermaria, a dor era... nossa... era como...”, e busca as palavras: “Sabe aqueles episódios de emergência médica

em que a pessoa vem com um pedaço de ferro atravessado na cabeça? Pra mim, a dor era aquela. Eu sentia uma dor pegando na cabeça toda, atravessando, como se tivesse alguma coisa enfiada, e pulsava.”

Depois da bomba e da melancia, Gustavo sentiu uma vontade tremenda de quebrar tudo. Via carros importados parados em frente aos prédios, os mesmos prédios de onde partiam as belas palavras contra os manifestantes, e só pensava em destruí-los a pedradas e pontapés. Mas só pensava. Precisava mesmo era chegar ao hospital Santa Isabel, onde não demorou a ser atendido. “Eu estava bem tranquilo, brincando com meus amigos. Até tirei uma foto de mim mesmo com o curativo no olho.” Mas havia muito sangue dentro da cavidade ocular. Sem equipamentos mais sofisticados, os médicos não conseguiam avaliar a eventual ocorrência de danos na retina. Havia duas alternativas: ou se dirigir a uma unidade especializada, mais distante, ou tentar a Santa Casa, logo ao lado. A notícia de que o olho não podia ser examinado “naquela situação” preocupou Gustavo, que então decidiu dar a volta no quarteirão e buscar atendimento no SUS. Enquanto esperava na fila da triagem, encontrou uma repórter do saite *Jornalistas Livres*. Conversaram. Gustavo disse que havia sido ferido na manifestação, e enviou à moça a selfie hospitalar de alguns minutos antes. Uma hora e meia depois era atendido por uma oftalmologista. Foi só então que o cansaço e o mau humor se transformaram em pavor. “Quando a médica usou a lanterna para me examinar, eu não conseguia ver a luz. Via apenas um pontinho vermelho, mesmo com uma lanterna ligada direto no meu olho”, diz Gustavo. “Era uma médica jovem, que estava no primeiro ano de residência, e eu vi o desespero na cara dela. Daí fiquei mal.”

Após o curativo não havia mais nada a ser feito na enfermaria da PUC, e Deborah precisava buscar um atendimento mais apropriado. Com seus amigos, decidiu

se dirigir ao Hospital das Clínicas. Caminhando, seria impossível. A dor não deixava. Suas pernas já começavam a bambear. Chamaram uma ambulância, que nunca chegou: o trânsito estava complicado em toda a redondeza. Tiveram que se afastar do foco da repressão. Pediram carona para alguns motoristas, para motoqueiros, e todos negavam. “Eu praticamente me jogava em cima dos carros, implorava, não adiantava nada.” Até que passou um táxi. Meteram-se dentro e partiram. “Meu olho latejava.” No Hospital das Clínicas, a jovem demorou a ser atendida. Passou por uma bateria de exames, percorrendo corredores para se submeter a raio x, eletrocardiograma e ressonância magnética. Já era tarde da noite quando vieram com um diagnóstico: você vai precisar de uma cirurgia, mas não tem médico agora; só conseguiremos fazer o procedimento na sexta-feira ou no sábado, daqui a dois ou três dias; enquanto isso, você vai ter que ficar em uma maca no corredor.

Enquanto a médica residente discutia o caso de Gustavo com seus superiores no plantão oftalmológico da Santa Casa, o jovem buscou alguma distração no celular. Estava ansioso, com uma intensa dor na região dos olhos, e pirando com a possibilidade de perder a visão. “Eu não estava enxergando nada, zero. A sensação que eu tinha naquele momento era a de que ficaria cego.” Talvez o Facebook pudesse distrair um pouco a cabeça. Gustavo começou a passar pelas publicações que os algoritmos de Mark Zuckerberg colocaram na tela de seu aparelho. E eis que surge... “Aquela minha foto já estava nas redes sociais.” Na página do *Mídia Ninja*, onde haviam postado seu retrato com o curativo no olho, se perfilava uma série de comentários. “Metade era de gente dizendo ‘foda-se’, ‘tinham que ter arrancado os dois olhos desse cara’, coisas do tipo, e outra metade era de pessoas... me xavecando, homens e mulheres: ‘vem aqui que eu cuido de você’,

‘esquerdogato’ etc. Isso me bagunçou demais a cabeça.”

Assustada com a possibilidade de passar dois dias em um corredor de hospital com o olho esquerdo aberto em chagas, Deborah lembrou que lá em Governador Valadares havia feito um plano de saúde que, em caso de emergência, atendia nacionalmente. Com a ajuda de amigos e professores da UFABC, que haviam vindo em socorro à estudante, se dirigiu ao Hospital de Olhos, no bairro do Paraíso. “A internet inteira já sabia, minha foto estava correndo por aí.” Naquele momento, a publicidade lhe foi indiferente. O que incomodou mesmo foi a recepção do oftalmologista de plantão no H. Olhos. “Não sei se foi porque eu era manifestante ou porque ele era um estúpido mesmo, mas o médico fez o exame de qualquer jeito. Eu senti muita dor e ele não respeitou isso. Então ele falou: se você quer saber a verdade, tá tudo embaralhado aí, não tem nada que dê pra fazer, a gente vai fechar tudo, e se você se preocupar com estética você bota um olho de vidro depois”, conta Deborah, imitando a entonação irritada do profissional e reproduzindo suas palavras. “As pessoas falam que não devemos nutrir muitas expectativas sobre as coisas, que temos sempre que esperar pelo pior, para não se decepcionar, mas, se a gente não tem esperança na vida, vai ter o quê? Quando cheguei ao H. Olhos, eu estava com a esperança de conservar meu olho e minha visão. Mas esse médico destruiu tudo, tudo. Então a ficha caiu.”

O combo bomba-melancia-xingamentos-hospital-exames-Facebook fez com que Gustavo começasse a chorar descontroladamente na sala de espera da Santa Casa. “Que nem criança”, define. Ah, se não fosse os amigos. “Eu achava que ia ficar cego, e eles seguraram a barra.” Depois da meia-noite, a médica residente chegou com as orientações do superior, e disse que teriam que esperar até o dia seguinte para fazer um exame mais preciso. “Há realmente muito sangue dentro do seu olho”,

comunicou, repetindo o diagnóstico do atendimento anterior. Gustavo decidiu, então, ir para outro hospital — desta vez, o São Camilo, na Pompeia. “Me injetaram umas coisas lá que nem vi, de tão perdido que eu estava.” Nessa terceira tentativa, Gustavo recebeu melhores notícias. Já tinha se passado mais tempo desde a lesão, o corpo havia absorvido parte do sangue que inundava seu globo ocular. Assim, os médicos tiveram condições de mensurar a extensão do ferimento. “Na verdade, meu olho não havia sido perfurado. O que aconteceu foi um trauma ocasionado pelo deslocamento de ar da explosão. O sangue se devia aos cortes na pálpebra e a alguns vasos que estouraram dentro do olho. Era como se eu tivesse tomado um soco de ar muito forte. Não houve estilhaço, e é por isso que não estou cego”, respira. “Naquele momento, porém, eu ainda não estava enxergando nada.”

Sentada em uma cadeira de rodas, porque não conseguia mais suportar a dor em pé, Deborah se despediu dos amigos e se encaminhou para a cirurgia totalmente arrasada. Havia sido uma noite de sucessivas violências, inauguradas pelo fragmento de bomba que lhe perfurou o olho, continuada pelos demais manifestantes que enfiaram o celular em sua cara, impedindo sua passagem, pela negação de socorro do bombeiro e das pessoas que se recusaram a levá-la ao médico e pela peregrinação dentro do Hospital das Clínicas sem qualquer resultado, e coroados pelo atendimento agressivo que recebeu do plantonista do H. Olhos. “Mas então a médica que ia me operar chegou e... foi uma das coisas boas desse dia.” A jovem sorri ao revisar o gesto tão singelo da doutora, que pegou sua mão e falou: “Deborah, meu nome é Larissa, sou eu que vou fazer sua cirurgia”. Ela não se lembra do rosto, do cabelo, não se lembra de mais nada da médica. “Só lembro dessa frase e do toque da mão dela. Tirando a ajuda dos meus amigos, foi a humanidade que ainda não tinha tido:



alguém que eu não conhecia encostou em mim, me pegou, se identificou e me chamou pelo meu nome”, suspira. “Pude ir pra cirurgia tranquila.”

Demoraria mais ou menos um mês para que a visão de Gustavo se aproximasse do que era antes do impeachment de Dilma Rousseff. Nesse meio-tempo a paranoia de perder a visão — ou pelo menos parte dela — não deixou de transtorná-lo. “Tinha uma coisa de uns choques, tipo uns raios”, compara, tentando descrever os brilhos que via dentro do olho esquerdo a cada dois, três segundos, durante o processo de recuperação. “No começo foi bem ruim. Eu estava com vinte por cento de visão. Via algumas coisas, já sabia que não tinha sofrido descolamento da retina, que totalmente cego eu não ia ficar, mas... quando fiz um exame de vista, errei tudo.”

Depois de apagar completamente com a anestesia geral, Deborah só foi acordar às nove da manhã do dia seguinte. O primeiro pensamento remeteu ao diagnóstico grosseiro do plantonista: era uma vez um olho esquerdo. Então veio um enfermeiro com frasquinhos de plástico, e orientou a paciente a pingar este, este e este colírio de tantas em tantas horas, por tantos dias. “Uai”, pensou, “não iam fechar tudo?”. Só então descobriu: a mesma médica que, com algumas gentilezas, havia salvado seu dia, com uma cirurgia conseguiu salvar também seu globo ocular. “Perdi a visão, mas não perdi o olho. Este aqui é o meu olho”, mostra, “é aquele olho que o primeiro médico disse que não tinha mais jeito.” E repete, multiplicando gratidões à doutora Larissa: “Ela conseguiu salvar meu olho.” Havia motivo para comemorar, apesar da cegueira que a acompanharia pelo resto da vida. A recuperação, demorada, seria feita em casa. O risco de infecção hospitalar era alto: tanto quanto o risco de exposição midiática. Deborah se preparava para receber alta quando vieram dizer que o saguão do H. Olhos estava cheio de jornalistas. Todos queriam fazer uma entrevista

exclusiva com a menina que perdeu a visão. Ela não queria. Ainda sob os efeitos da anestesia, tinha pavor da ideia de posar para câmeras e responder a perguntas sobre o que sofrera no dia anterior. Enquanto seus amigos faziam uma faxina no apartamento em Santo André, Deborah saiu pelos fundos do hospital, despistando a mídia. Antes de deixar o recinto, porém, aplacaria a curiosidade geral sobre seu estado de saúde com uma postagem no Facebook, prontamente reproduzida pelos meios de comunicação e timelines afora: “Oi, pessoal. Estou saindo do hospital agora. Sofri uma lesão e perdi a visão do olho esquerdo, mas estou bem. Obrigada pelas mensagens e apoio, logo logo respondo todos!!!”.

Gustavo ficou muito mexido com a história de Deborah. “A foto dela era muito impressionante.” Mesmo frequentando hospitais e temendo uma cegueira parcial no olho esquerdo, o psicólogo não conseguia deixar de comparar seu caso às imagens angustiantes da jovem ensanguentada. “O que passei não chegava aos pés daquilo”, menospreza-se. “Eu só ficava imaginando o sofrimento que ela estava passando...” Por isso é que também evitou dar entrevistas, apesar de alguns jornalistas, provavelmente motivados pela selfie que pipocou nas redes sociais, terem entrado em contato. “Depois de ver o que aconteceu com a Deborah, eu não queria dar um sentido político ao que naquele momento dizia respeito apenas ao meu corpo. Não queria correr o risco de aparecer como símbolo de resistência.” A cautela também fez com que Gustavo não processasse o Estado pela violência que sofreu. “Disso eu me arrependo um bocado... Apesar de que não sei como reagiria ao ver uma decisão judicial contrária a mim.”

Logo na primeira semana, após uma das visitas que diariamente fazia ao H. Olhos, Deborah aproveitou para registrar um boletim de ocorrência. Acertou um horário com o defensor público Carlos Weis, que passou a acompanhar judicialmente o caso, e no dia 2 de setembro

foram juntos ao 4º Distrito Policial, na Rua Marquês de Paranaguá — a mesma que abriga o campus da PUC, onde a jovem havia recebido os primeiros socorros. “Dei só duas linhas de depoimento, não estava conseguindo falar direito.” Seis dias depois, em 8 de setembro, Deborah foi ao Instituto Médico Legal fazer exame de corpo de delito, também na companhia do defensor público. O IML descreveu as lesões da jovem da seguinte maneira:

Ferimentos contusos suturados em região palpebral superior esquerda e infrapalpebral esquerda. Queimadura de segundo grau, com áreas de reepitalização e crosta hemática em destacamento em região zigomática esquerda e em região suprapalpebral esquerda. Edema traumático em região orbitária esquerda. Hemorragia conjuntival em olho esquerdo. Equimose amarelada com áreas arroxeadas em região suprapalpebral esquerda, região de epicanto de olho esquerdo e região infrapalpebral esquerda.

E concluiu que Deborah havia sofrido “lesões corporais de natureza **GRAVE**”, produzidas por agente contundente, perfurante e térmico.

Entre os preparativos burocráticos para mover um processo de indenização por danos morais, materiais e estéticos contra o Estado, que viria em breve, o mais desagradável foi prestar depoimento à Polícia Militar. Como de praxe, a corporação iniciara um procedimento interno com vistas a apurar a responsabilidade de seus agentes no ocorrido. Para tanto, queriam ouvir — ou melhor, interrogar — a vítima. “Eles ficaram me perguntando: quem é o culpado?, você consegue dizer quem foi?, e eu falei que jamais conseguiria identificar o policial que tacou a bomba em mim. ‘Todos vocês estavam lançando bombas’, disse.” O depoimento ocorreu em novembro de 2016. Deborah chorou antes de passar pelas

portas do quartel, se sentiu mal, mas respirou fundo, tomou coragem e, como gosta de frisar, entrou com o nariz em pé, na companhia de uma professora e — novamente — do defensor público. “Havia cinco policiais na sala. Me receberam tranquilamente e começaram com um papo bastante amigável. Eu contei como tudo tinha acontecido. E então começaram as tais perguntas.” Queriam que Deborah respondesse se fazia parte de algum partido político. “Eu disse que não, porque não faço.” Queriam saber se Deborah integrava algum movimento social. “Eu disse que sim.” Já foi a outras manifestações? “Sim, mas... Eram várias perguntas estranhas, que não tinham nada a ver com a violência que eu sofri”, queixa-se. “Também me perguntaram se eu sabia dos riscos de ir a um protesto. Nossa, minha vontade era a de ficar rebatendo todas aquelas perguntas: ‘E vocês, vocês foram sabendo do risco de ferir alguém?’. Ficavam jogando tudo pra mim, sabe?”. Então colocaram sobre a mesa uma questão que Deborah já esperava ouvir. Sites, blogues e perfis conservadores de Facebook haviam divulgado uma postagem de Twitter do dia 10 de novembro de 2015, em que a jovem, em meio a uma discussão online, diz o seguinte: “Cara, eu sou a favor de qualquer ato de qualquer destruição em protesto de cunho político que tenha objetivos sólidos!”. Dois dias depois da manifestação em que se feriu, e na mesma data em que registrou um BO sobre o caso, um coronel da Polícia Militar chamado Henrique Motta publicou em seu perfil pessoal do Facebook as duas postagens já citadas de Deborah Fabri — este tuíte sobre depredação de patrimônio durante protestos, e aquele post de Facebook em que anuncia que se feriu no protesto contra o impeachment e que perdeu a visão — com o comentário: “Quem planta rabanete, colhe rabanete”. Além disso, o oficial transcreveu uma citação atribuída ao padre Fábio de Melo: “Hoje, neste tempo que é seu, o futuro está sendo

plantado. As escolhas que você procura, os amigos que você cultiva, as leituras que você faz, os valores que você abraça, os amores que você ama, tudo será determinante para a colheita futura.” Depois disso, era apenas natural que, durante o depoimento aos corretores da **PM**, Deborah fosse questionada sobre isso. “Você é a favor da destruição do patrimônio público?”, inquiriu o policial, e todos os olhares da sala se dirigiram à jovem. Silêncio. “Eu pensei: responder ‘sim’ ou ‘não’ vai dar na mesma, vão usar o que eu disser contra mim. A melhor resposta que me veio na hora foi devolver a pergunta: Vocês são a favor da destruição de uma pessoa?”. Mais silêncio. “Eles então mudaram de assunto.”

Gustavo não tem mais vontade de ir a protestos públicos. Até voltou às ruas para engrossar a passeata da greve geral de 28 de abril de 2017, mas ficou pouquíssimo tempo. “Quando pressenti a menor possibilidade de que poderia haver repressão, fui embora. E não voltei mais.” Se a Polícia Militar teve a intenção de dizer aos manifestantes daquele 31 de agosto de 2016 que ficassem em casa e aceitassem silenciosamente a destituição de Dilma Rousseff — e que também engolissem sem maiores estridências as medidas do novo governo que por ventura não lhes agradassem —, a mensagem foi captada pelo psicólogo em seu íntimo. Nem mesmo quando o Palmeiras foi campeão brasileiro em 2016 Gustavo quis comemorar com a galera. “Estava vendo o jogo decisivo pela televisão, em um bar perto do estádio, e não arredei pé dali até diminuir o tumulto.” O jovem, porém, não se considera traumatizado pela violência que sofreu. “Não no sentido psicanalítico do termo, pelo menos”, complementa. “Isso não se tornou uma assombração. Não tive pesadelos. Na semana seguinte passei pela Consolação normalmente. Não me assusta. Não me provoca ansiedade.” Mas ficou uma certeza: “Você não tem controle sobre o que vai

acontecer com você em uma manifestação. Antes eu conseguia suportar a ideia de uma repressão. Pensava que, se me mantivesse atento, não iria me foder. Nunca tive a fantasia de resistir ativamente com o corpo, mas não sentia meu corpo totalmente vulnerável em um protesto. Agora eu sei que toda bomba explode em algum lugar, e que ela pode explodir em você.”

“Quero muito que o Estado veja que errou. E vou até o fim com esse processo”, anuncia Deborah, que, depois de passar pelo interrogatório no quartel da Polícia Militar, já vislumbra as dificuldades que terá de enfrentar até que a justiça reconheça os erros da corporação e resolva indenizá-la. “Eu sou uma vítima do Estado, o Estado sabe que fez merda, mas faz de tudo pra esconder o que fez e ainda me coloca como culpada.” A jovem cita como exemplo as imagens que os próprios policiais produzem das manifestações que reprimem. A **PM** é muito ágil para vazar à justiça e à imprensa vídeos de latas de lixo pegando fogo e de pessoas mascaradas destruindo vidraças. “Mas por que não mostram as imagens que provam que a gente não estava cometendo nenhum crime quando lançaram a bomba sobre mim? Além de não mostrarem, querem atribuir a mim coisas que não fiz. E, mesmo que eu tivesse feito, nada justifica terem tirado minha visão.” Estudante de física, Deborah confessa certa dificuldade para entender “as coisas jurídicas”, como ela mesma descreve, mas sabe que seu processo será estressante, que demorará bastante, que o desfecho é incerto e que muito provavelmente será desfavorável. “Sei que não devo esperar nada do Estado, porque foi ele mesmo que cometeu essa violência, porque existe toda uma estrutura contra a vítima. Mas vou seguir, não só por mim, mas por todas as pessoas que já foram feridas. Porque eu tenho esperanças de que esse processo vai ter resultado, sim. Uma esperança... digamos... realista”, define, repetindo o bordão a que se agarrou quando ainda

acreditava que voltaria a ver com o olho ferido: “Se não tiver esperança, vou ter o quê?”.

As experiências que viveu — e que viu outras pessoas viverem — durante as manifestações deixaram em Gustavo uma certeza cristalina. “Os policiais querem machucar. Não estão querendo apenas me tirar da rua, me assustar, ou me dizer: ‘Acabou, volta pra casa’. Eles estão com ódio de mim e estão querendo me machucar. E eu não tenho nem como tirar esse ódio que eles sentem de mim, nem condições de me defender desse ódio.” Essa conclusão fez com que ficasse ainda mais mexido com a própria história — e com a história de Deborah. “Tiraram a visão dessa menina. Podiam ter tirado a minha. E não foi sem querer. Eles sabiam muito bem o que estavam fazendo. Estão escolhendo marcar o corpo das pessoas, estão escolhendo que algumas pessoas se machuquem mesmo. É um recado.”

“A superação é um longo processo”, define Deborah. Quando conversamos em uma sala de estudos da UFABC, em Santo André, a jovem disse que estava bem. Mas outro dia estava em São Paulo com amigos, e desceram na estação de metrô Higienópolis-Mackenzie, que fica exatamente na região em que... “Olhei para o lado, vi um posto de gasolina e, pronto, fiquei com aquilo na cabeça: será que é aquele posto? Meus amigos queriam andar pela Consolação, mas eu disse que preferia andar pelas ruas de dentro. Sei lá, não me sinto bem”, admite. “Não vou me obrigar a voltar naquele lugar onde caiu a bomba, onde caiu meu sangue, onde tudo aconteceu, só pra falar que sou cem por cento forte. Não. Se eu não me sentir bem, vou me respeitar e vou embora.” O respeito pelos próprios medos se estendeu por quatro meses antes que, enfim, Deborah conseguisse lidar com sua nova imagem. “Depois da operação, eu pedia para alguém abrir meu olho e pingar o colírio, e então fechava de novo. Ele ficava sempre fechado”, conta a jovem, que ainda tinha o rosto inchado

e dolorido. “O médico examinava, e eu fechava de novo.” Cerca de uma semana depois de sair do centro cirúrgico, porém, Deborah quis se ver pela primeira vez. Estava no hospital, numa das visitas de rotina. Se posicionou em frente ao espelho e começou, devagar, a afastar as pálpebras do olho esquerdo. “Abri um pouquinho, só um pouquinho, e vi um tantão de sangue. Não tinha olho, era só sangue. Meu deus, falei.” Cento e vinte dias se passaram até que a jovem tomasse coragem para encarar a si mesma novamente. Durante esse mesmo período, Deborah evitou abrir o olho para o mundo — mesmo depois de tirar os pontos. “Fiquei muito traumatizada.” A UFABC ajudaria involuntariamente nesse processo quando organizou um evento chamado Troca de Olhares no campus de Santo André. Funcionava assim: havia vários pares de cadeira, uma de frente para a outra; as pessoas se sentavam; e a ideia era que ficassem se olhando, conversando, enfim, que interagissem de alguma maneira. A dinâmica lembra muito a performance *The artist is present* [A artista está presente] que a sérvia Marina Abramovic apresentou em 2010 no Museu de Arte Moderna de Nova York. Deborah nem pensou em participar. Mas, quando já estava indo pra casa, avistou um garoto em uma das cadeiras, sozinho. Resolveu sentar e ver no que dava. “Nessa época eu só andava com o olho fechado”, explica. “Já tinha passado dois ou três meses, eu já tinha tirado os pontos, mas eu não queria, tinha medo, não sabia como lidar.” Ao encarar a jovem, o menino nem hesitou: “Por que você está com o olho fechado?”. Nessas ocasiões, Deborah normalmente dava uma desculpa, desconversava. Mas desta vez resolveu baixar a guarda: “Porque fui a uma manifestação, a polícia jogou uma bomba em mim, explodiu no meu rosto, feriu meu olho e perdi a visão.” A reação do rapaz surpreenderia Deborah quando ele retomou a palavra: “Posso ver?”. Além dos médicos, claro, nunca ninguém tinha pedido pra espiar

o que havia por debaixo daquela pálpebra — muito menos um desconhecido. “Pode.” Fechou o outro olho, respirou fundo e, depois de muito tempo, abriu intencionalmente os dois olhos. O rosto do menino, que até então emanava tensão, aflição, devolveu o gesto de confiança de Deborah com o que ela define como “o sorriso mais lindo do mundo”. Vieram as lágrimas — que desta vez não foram nem de medo nem de tristeza. “Ressignificou, né?”, teoriza. “Aquele sorriso me mostrou que meu olho é um símbolo de resistência, e então eu pensei: quero dar esse sorriso pra mim mesma quando pensar nessa história. Meu olho, meu símbolo. Não quero ficar botando defeito porque ele é diferente. Eu tenho meu olho aqui comigo, sabe? Cheguei ao ponto de não ver nada, de encostar e não sentir nada, de pegar coisas saindo de dentro do meu olho... Depois disso tudo, ter ele aqui comigo, do jeito que ele está, eu quero mais é sorrir pra isso.” Após participar do Troca de Olhares, Deborah não saiu da UFABC arreganhando o olho esquerdo para as pessoas, nem foi direto para o espelho quando chegou em casa. A ideia foi sendo trabalhada pouco a pouco. Então sua foto de perfil no Facebook, no WhatsApp e em outras redes sociais começaram a ostentar seu rosto, sem filtros, sem reparos, com os olhos bem abertos — o que permite ver uma íris esbranquiçada, mas que de maneira nenhuma retira o brilho ou a beleza de seu olhar. “Esse olho não é a polícia, não é a violência, não é a bomba. Não. Esse olho sou eu.”

Agora orgulhosa não da visão que perdeu, mas do olho que conseguiu preservar, Deborah faria de um tudo para voltar a ver o mundo em três dimensões. E até já tentou o que estava a seu alcance. Foi buscando melhorar a visão perdida que a jovem gastou dinheiro em uma lente especial que simula os efeitos da córnea, já que a sua danificou-se na explosão. Não deu certo. O médico que acompanha sua recuperação já a havia desenganado

quanto a soluções mágicas. Claro, tentarão todas as alternativas para que a jovem recupere ainda que seja um por cento da capacidade visual, testarão tecnologias que eventualmente apareçam no horizonte do tratamento, mas as perspectivas são cristalinas: Deborah nunca mais enxergará como antes: “Seu olho será o direito, agora, e nada que a gente fizer dará muito resultado, porque você perdeu partes do olho esquerdo essenciais à visão”, resignou-se o doutor.

Deborah aceitou a nova condição. A visão ferida pela **PM** agora é uma mistura de vultos em baixa definição com uma ofuscante claridade, como se a jovem estivesse permanentemente abrindo a janela de um quarto escuro em um dia ensolaradíssimo. “As luzes estouram”, explica, com a dificuldade de transformar sensações visuais em palavras. “A visão com os dois olhos abertos é bastante complicada. A imagem do olho bom fica tentando encontrar a visão manchada do olho ruim. Em dias de muita claridade, não consigo abrir o olho esquerdo. A pupila está muito grande, capta muita luz, minha cabeça dói. Isso acontece até com os olhos fechados, a luz atravessa a pálpebra. É tudo muito estranho.” Além das dificuldades óticas, a adaptação encontrou barreiras psicológicas. Deborah passou meses sem sair de casa sozinha, com receio de ser reconhecida na rua e agredida, como efeito da superexposição midiática a que foi submetida. “Esse medo me perseguia mesmo quando estava acompanhada. Tive umas crises de pânico bem fortes. Não conseguia respirar, me sentia fora de órbita, desconectada do mundo.” À noite, passou a receber a visita de pesadelos: perseguição policial, bombas, tiros, guerra. Alucinações também, como quando jurou que tinha as mãos cheias de sangue, e lavou, lavou, lavou, até que percebeu que não, Deborah, que loucura, está tudo bem. “De lá pra cá, tive mais

momentos depressivos do que bons momentos. Mas acho que a força das pessoas não está em não passar por momentos ruins, e sim em superá-los.”

Na luta diária para retomar as rédeas da própria vida, Deborah se enfrenta com uma herança da violência muito difícil de processar. “Quero falar sobre isso até o último dia, mas não gosto de ser atribuída apenas a esse fato, sabe?”, desabafa. A jovem já foi assaltada pelo tema em mesas de bar, na padaria, na universidade, e coleciona histórias desagradáveis de pessoas que demonstram certa curiosidade mórbida pelo que sofreu, que glamourizam a situação — uau, você é famosa! — ou que, pelo contrário, tratam o episódio como uma mera dificuldadezinha em sua vida, algo que vai passar, não faça drama, todo mundo atravessa momentos difíceis, não é mesmo? “Eu sou a menina que ficou cega na manifestação, mas sou muito mais que isso. Por que não me chamam para conversar sobre física, por exemplo?”

Arrependimento, Deborah não tem nenhum. Tampouco vê sentido em ficar se martirizando contra as injustiças do mundo: por que comigo, meu deus, por quê? “Era um exército tacando bomba em milhares de pessoas. Me acertou, mas poderia ter acertado fulano, e seria triste igual.”

Nem preciso perguntar. Deborah se adianta. “Se eu queria que isso tivesse acontecido? Claro que não. Mas, se pudesse voltar no tempo, eu estaria na mesma manifestação, ao lado das mesmas pessoas”, diz, convicta, reafirmando a certeza de que estava no lugar certo, na hora certa — com apenas uma ponderação bem-humorada: “Quando a bomba caísse, porém, eu viraria o rosto para o outro lado.” Vamos às gargalhadas. Ao me despedir, fico sem saber se rir é mesmo o melhor remédio. Mas saio com o sorriso de Deborah — e não com seu olho — gravado na memória.

● *Tá fazendo curso de fotografia, Sérgio?*

É aquela coisa da utopia. Eu tinha muita vontade de voltar a estudar. E tinha dúvidas se fazia filosofia, ciências sociais ou fotografia mesmo. Eu não tenho ensino superior. Sinto que a maneira que aprendi fotografia foi muito amadora. Não tenho embasamento teórico nenhum. Sei executar, talvez até consiga explicar como fiz, por que fiz, mas tenho que saber por que estou fazendo isso.

Você já vinha pensando mais sobre a fotografia, né?

Quando você tá com a câmera pendurada no pescoço, você às vezes é técnico demais. Às vezes você já sabe qual imagem tem que levar para o editor, e fica meio condicionado. Assim você acaba se fechando para outras possibilidades. Depois que comecei o curso, estou fotografando menos. Estou fazendo mais a leitura da imagem antes de apertar o botão, ao invés de clicar e depois ler a foto. Depois de todo o lance da minha história, tem a questão da prisão à minha própria imagem, o que ela é, o que ela foi. Aprofundar na parte teórica está me fazendo entender um pouco mais do meu lado pessoal, olhar para minha imagem e entender onde ela está nesse processo. Os autorretratos, por exemplo, fico pensando. Fiz os autorretratos pra falar. Usei a imagem pra me comunicar com o mundo. Mas não sei se tinha uma consciência tão ampla do que era fazer aquele autorretrato. Para mim, eu estava dizendo: olha, perdi a visão, sofri uma violência e o Estado está tirando o corpo fora. Aí estou pensando agora sobre o que significaram aquelas fotos que fiz há três, quatro anos.



Estou entendendo ainda mais, sentindo que elas têm ainda mais valor. Estudar fotografia e entender o que eu faço com as imagens tá muito legal. Tem muita coisa que é inconsciente.

Aquelas imagens acabaram circulando muito, e dando um rosto para as consequências da repressão policial de junho de 2013 em São Paulo. Hoje você seguiria pelo mesmo caminho?

Estou pensando como eu faria esse autorretrato hoje. Como ele é hoje. Se eu retorno a ele. Se eu conto a história dele de maneira mais profunda. Hoje entendo melhor aquela imagem. Pensei na possibilidade de me colocar diante da câmera novamente e reproduzir a mesma imagem. O que ela vai significar?

O que ela significa pra você, hoje? Você olha pra ela e vê o quê?

Eu não olho tanto pra ela, mas ela está muito presente na minha memória. Foi um retrato da dor. Quando eu fotografei, estava com muita dor — física e psicológica. Doía muito ainda. Tinha que tomar remédio pra passar. Fora a dor psicológica. Quando penso no momento em que fiz aquela foto, lembro só da dor: um dia de muita dor. Quando estava ali pegando a câmera, colocando no tripé, tentando acertar enquadramento, foco, sozinho... Errei muito até conseguir que ela saísse enfocada e enquadrada. Errei demais. Mas todo esse processo de ficar tentando, naquele dia, me fez esquecer um pouco a dor. Foi um momento de tratamento, terapia. Era como tomar um anti-inflamatório. Então, quando olho essa foto, penso em como ela foi construída. Com o passar do tempo, pode ser que tenha outro significado. Pode ser que sim, pode ser que não. Pode ser que fique eternizada como um retrato da dor e ponto. Ou pode ser que tenha outra história por trás.

Você ainda pensa naqueles dias de 2013? Cada vez menos? Cada vez mais?

Penso cada vez menos, mas, quando penso, acho que entendo mais. E vou aceitando ao mesmo tempo a história de perder a visão. Não esqueço a história da violência, obviamente que não, mas ao mesmo tempo vejo que estou ficando mais forte ao conseguir compreender, quando penso sobre esse dia. Não é como era há um ou dois anos: quando eu lembrava, a dor ainda estava muito presente, e aquilo que deixava mal. Hoje não fico mais mal. É muito difícil me deixar abater por isso, me derrubar. Quando eu penso sobre, acho que rapidamente consigo virar a chave e olhar para as coisas que estou fazendo no meu dia a dia, e vejo que estou conseguindo levar a vida da melhor maneira possível. Então, fico forte. Acho que o efeito está sendo o contrário. Mas isso é coisa do tempo. O tempo está passando, e vai me deixando respirar, entender o que foi aquele dia; e, ao mesmo tempo, o pensamento vem e passa rápido, e logo estou pensando em outra coisa: estou bem, conduzindo minha vida bem, de uma maneira melhor do que esperava, então, não sei, eu sinto que fico bem melhor do que há um ou dois anos.

O que você entende como superação desse trauma? Você superou ou está superando?

Acho que estou nesse caminho. Esse é o caminho que eu busco: fazer com que essa história seja meu alicerce, minha força, que seja minha história, de fato. Mas não gosto de me prender a isso. O trabalho psicológico que eu sinto que está acontecendo e crescendo em mim, que é uma coisa natural, é o de que não seja uma história só de sofrimento. Porque, se for só uma história de sofrimento, eu vou ficar convivendo com esse sofrimento diariamente.

E isso vai me atrapalhar, e atrapalhar meu cotidiano. O caminho é esse. Tenho que pensar que é uma história de superação para que chegue um determinado momento da vida, que eu não sei quando será, pode ser amanhã, pode durar vinte, trinta, cinquenta anos, ou o quanto minha vida durar, mas que eu possa contar a história de uma maneira que demonstre que de fato segurei essa barra. Mas esse momento não chegou ainda. É um processo longo. Não dá pra colocar uma linha e delimitar isso, dizer, olha, o que passou passou, que estou bem, que sou outra pessoa, estou ok. Mas eu sinto que estou me conduzindo por um caminho que me permite falar cada vez mais tranquilamente sobre isso e, às vezes, falar disso, mas sem ficar citando especificamente o que me aconteceu naquele 13 de junho de 2013: falar disso de outra maneira, sabe? Acho que será um caminho de superação, que eu tento criar para que seja essa estrada.

Como você define essa estrada? Do que ela é feita?

Tem muita coisa. Até mesmo no sentido de coisas banais da nossa vida cotidiana. Desde relacionamentos pessoais até um projeto de vida, como isso que coloquei agora pra mim, de estudar. Várias pequenas coisas simples. Um dia de cada vez. Nem eu acreditava que hoje, quatro anos depois, quase, eu voltaria a estudar. Em um tempo pra mim surpreendente estou agregando novos elementos a essa estrada. Me casei novamente. Várias pequenas coisas de uma vida normal estão me alimentando... Fui viajar pra fora do Brasil, coisa que não tinha feito nunca na minha vida. Esses elementos estão construindo minha história de superação.

Ou seja, não tem nada de muito especial nisso.

Acho que não. Por exemplo, vi um rapaz que ficou paraplégico, acho que participou do *Big Brother*, era modelo, e criou uma ONG para pessoas com deficiência física. Eu não sinto a necessidade de uma transformação tão grande, de fazer alguma coisa, de que eu preciso montar uma ONG, uma história. Pra mim, as coisas mais simples já vão ditando esse meu caminho. Não tirando a importância disso pra esse cara, claro. Acho que é isso, é incrível poder transformar a vida de outras pessoas também. Mas eu já acho tão difícil construir minha própria vida que não busquei ampliar, tentar transformar o mundo.

Mas, nos primeiros meses, nos primeiros anos, você direcionou seu trabalho fotográfico autoral pra isso. Fez os Piratas Urbanos, por exemplo. É uma mudança de postura, não? Agora você está mais distante disso?

Não diria distante. Acho que agora estou trilhando um caminho não tão militante, não tão guerreiro, mas também não vou deixar isso de lado. No começo, depois de 2013, em 2014, quando minha fotografia começa a trabalhar muito a violência que sofri, acho que foi simplesmente algo que já estava dentro de mim, já fazia parte da minha essência. Quando essa violência propriamente dita me atinge, foi a válvula de escape para soltar essa energia. Então, ela continua, ela persiste. Não deixo de fotografar os movimentos de luta nas ruas, a cultura que a gente vem produzindo, que muitos amigos vêm fazendo. Não deixo de centrar minha fotografia nisso. Só acho que não sou tão combativo quanto no começo, quando eu estava com mais sangue nos olhos, literalmente. Se eu gasto minha energia só na fotografia, só no meu trabalho, acabo deixando muitas outras coisas



de lado. Então, o caminho que estou seguindo é esse: não ser tão combativo, não me distanciar tanto, e ao mesmo tempo focar também na minha vida pessoal e na minha família, podendo assim conduzir as duas dimensões da mesma maneira. Estou tentando manter um equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional, e continuar contando a história da violência que sofri. Às vezes posso pender mais para um lado, mais para o outro, não sei analisar isso ainda. O tempo pode dizer. De repente eu vou me perguntar: cadê aquela fotografia mais combativa? Daí talvez eu retome essa consciência e continue uma linha de trabalho e conduta da minha vida pessoal. Mas é mais uma tentativa de equilíbrio, mesmo, porque consome demais, sabe? Tudo na vida. Tanto quando você se volta só pra sua família como quando você se volta para um trabalho específico, ou para uma questão específica. Pra mim é muito desgastante, psicologicamente. Quando consigo manter o equilíbrio nas coisas, sou mais pé no chão, menos emotivo.

O tempo cura?

Não é o tempo. Quem faz essa cura sou eu. Eu assumo um papel sobre minha vida. Hoje, cada vez mais, eu sei o que quero. O tempo é apenas um fio condutor. Já pensei muito sobre isso. Como eu serei com 50 ou 60 anos? Velho fisicamente, com uma deficiência física. Terei condições de me aposentar? Terei alguém perto de mim? Tenho receio do futuro. Pode ser que chegue à velhice, volte a 2013 e sofra com isso: hoje estou com essa vida de merda porque perdi o olho lá atrás. Posso ter esse tipo de pensamento, e isso me preocupa. Projeto a imagem do Sérgio mais velho justamente para tentar conduzi-la a ser uma pessoa de 60 anos que não se deprime por algo que ocorreu trinta anos atrás. Quero estar forte.

Parece que você está saindo com certa tranquilidade da revolta que a violência te provocou, que a decisão judicial te provocou, né?

Acho que estou saindo disso com consciência. Porque sei, por exemplo, que jogar o jogo da justiça é seguir essas regras estabelecidas, aguardar o julgamento, entrar com recurso etc. Sei que não vai ser um caminho transformador. É assim que funciona, vou jogar assim, mas não é assim que vai mudar. Procurei de alguma forma, nesse último ano, encontrar caminhos para fazer denúncias fora do âmbito judiciário brasileiro. Felizmente, teve alguma repercussão. Houve um representante na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, o cara tinha dois minutos pra falar de violações de direitos humanos na América Latina, e falou do meu caso. Legal, mas que energia vou depositar nisso? Ainda bem que tem esse homem que consegue ir até a ONU pra falar de todos os problemas de direitos humanos da América Latina em dois minutos. Ainda bem. Mas eu, eu não consigo depositar toda minha energia nisso. Meu nome passou pela boca dele em dez segundos, e eu sei que não é culpa dele, mas que força é essa, mesmo passando na Comissão de Direitos Humanos da ONU, que temos pra combater a injustiça que está sendo praticada aqui?

Você tem alguma ilusão quanto à justiça para seu caso?

É isso que estou tentando entender. Há um jogo, um sistema pronto, estou jogando, estou aceitando jogá-lo, estou indignado, estou reclamando, sei que há outros caminhos possíveis, também estou tentando, mas na prática estou vendo que eles não conseguem provocar uma causa sobre o efeito.

Você espera uma decisão diferente em outras instâncias?

Espero, porque é nisso que acredito. Estou lutando para que esse Estado seja condenado uma hora ou outra. Acredito nisso até o fim. Mas sei que vou passar por situações decepcionantes, decepções, tenho consciência desse sistema, e sei que sozinho não vou mudar. Talvez eu não seja mais combativo porque... porque eu tenho amigos, pessoas que estão me ajudando em minha formação psicológica e na superação pessoal do trauma físico da perda da visão, e não propriamente com uma mudança na justiça. A força é muito mais pessoal, em minha transformação como ser humano, do que esse embate político dos tribunais.

NEXO CAUSAL 2017–2018

— Por que você
usa tapa-olho?

Eis uma pergunta com que Vitor Araújo Dionísio, 24 anos, se confronta frequentemente. Às vezes a questão lhe é colocada de maneira amigável, como uma curiosidade inofensiva. Em outras, surge como deboche. Em outras, ainda, parte de crianças medrosas ou maravilhadas que acreditam estar diante de um autêntico pirata.

Quando Vitor responde, algumas pessoas se compadecem — a maioria — mas há quem diga “otário”, “trouxa”, ou pense, em segredo, que esse cara deve ser vândalo, *black bloc*, melhor se afastar. Expressões de reprovação são constantes: “Mas você é tão novo”, “O que você ganhou com isso?”, “O que estava fazendo lá?”, “Por que não ficou em casa?”. O jovem não gosta, mas já se habituou às interações sociais que se estabelecem com desconhecidos por causa do adereço que traz no rosto. Faz mais de quatro anos, teve que se acostumar.

Preso por elásticos em volta da cabeça, o pedaço de plástico preto foi a maneira que Vitor escolheu para esconder a ausência do olho direito, que perdeu durante uma manifestação realizada no centro de São Paulo em 7 de setembro de 2013. “Foi tão rápido que eu me virei para olhar e me atingiu.” Era uma bomba lançada pela Polícia Militar de São Paulo, a primeira daquela jornada repressiva contra os manifestantes que recém-chegavam ao Palácio Anchieta, onde funciona a Câmara dos Vereadores da capital.

Vitor estava no meio deles, e no caminho do artefato. O trajeto que percorreu — de rapaz politicamente passivo a vítima do Estado — foi curto: durou menos de três meses. Aos 19 anos, o jovem havia participado da primeira

manifestação de sua vida em 17 de junho de 2013, uma segunda-feira, quando o Movimento Passe Livre realizaria o quinto grande ato contra o aumento da tarifa de trem, ônibus e metrô em São Paulo. Vitor foi atraído às ruas pela revolta que sentiu depois de assistir à violência policial do protesto anterior, ocorrido em 13 de junho, e pela imagem angustiante da jornalista Giuliana Vallone, da tv Folha, que fora atingida por uma bala de borracha no olho direito. “Outra motivação foi aquele vídeo do policial quebrando a própria viatura”, diz. “Depois eu ainda ficaria sabendo do caso do Sérgio, que também me deixou bastante reflexivo.” O jovem sentiu ódio do que viu na imprensa e nas redes sociais. “Sérgio e Giuliana estavam trabalhando, então o caso deles teve mais repercussão. Mas pensar que a polícia pode fazer aquilo com qualquer um que aparecer em uma manifestação, seja com jornalistas, seja com pessoas que estão em busca de um direito, naquele momento foi esse sentimento que me deu: ódio. Acho que esse foi um pavio que acendeu em mim.”

Durante as jornadas de junho, Vitor sentiu que poderia ajudar a construir alguma coisa em prol da comunidade, que poderia participar de uma grande conquista, como a redução da tarifa, participando de um movimento de pressão popular. “Eu queria mudança, principalmente no transporte, que me afeta muito, mas também na violência policial.” Tomar as ruas, porém, não seria uma decisão fácil. As pessoas de seu convívio se mostraram avessas ao engajamento do rapaz. Vitor foi desencorajado pela mãe, que tinha medo que alguma desgraça pudesse acontecer com o filho: “Não vai, vai fazer qualquer outra coisa, tá muito violento.” Foi ridicularizado pelo professor de história: “Você não vai conseguir nada, você não é nada, ninguém é nada.” Foi zuado pelos amigos: “Isso não vai dar em nada, muleque.” Vitor mora em Taipas, bairro da zona norte de São Paulo. “Lá não tem nenhum tipo de movimento de luta,

as pessoas são mais fechadas.” Mas o entorno hostil não o desanimou. “Se ninguém quer ir pra rua, eu vou por mim, e vou por eles também, não vou ficar esperando.”

Quando o aumento da tarifa foi revogado, alguns dias depois, Vitor encheu-se de orgulho. Todos reconheceram que ele tinha razão. E o jovem se empolgou. Frequentar manifestações, a partir de agora, seria um hábito — em muito facilitado pela docilidade policial observada na segunda metade das jornadas de junho em São Paulo. Depois das repressões mais ou menos intensas registradas em 6, 9 e 11 de junho, e da barbárie do dia 13, a **PM** adotou uma tática de esconde-esconde e praticamente desapareceu durante as manifestações. Nesse meio-tempo, em 17 de junho, manifestantes deram rolê por quilômetros e quilômetros da cidade, e tomaram grandes avenidas, praças, ruas e pontes sem avistar rastro de gente fardada. No dia 18, terça-feira, o Palácio do Anhangabaú, sede da Prefeitura, sentiria toda a fúria da massa revoltada com o reajuste da tarifa e com a brutalidade policial dos dias anteriores. Um veículo da Rede Record seria incendiado e as lojas dos arredores, saqueadas. Tudo sem que a polícia aparecesse. A estratégia do comando funcionou. Depois de terem sido exaltados a uma ação sanguinária por jornais e governantes, antes do dia 13, atenderem o pedido e então serem enxovalhados pelos mesmos jornais e pela opinião pública, os coronéis, chantageando a classe política e a sociedade, davam a volta por cima: ou nos aceitam do jeito que somos, ou tenham muita sorte controlando essa rebeldia toda. Não demoraria, seriam convocados às ruas novamente para frear com a violência característica o descontentamento popular, que não dava sinais de arrefecer.

Vitor estava no grupo dos jovens que acabavam de ser empoderados pela inédita redução da tarifa. E queria mais. Começou a se envolver com um coletivo chamado Basta,

que fazia transmissões online de algumas manifestações, e com o Grupo de Apoio ao Protesto Popular (**GAPP**), que se misturava aos manifestantes e prestava primeiros-socorros aos feridos, além de ajudá-los a se encaminhar ao hospital. Foi na companhia desse pessoal que Vitor presenciou um dos momentos iniciais do que viria a se tornar o Movimento Brasil Livre, durante um protesto que pretendia revogar a Proposta de Emenda à Constituição (**PEC**) 37. “Nessa manifestação conheci um rapaz que estava querendo formar um movimento para derrubar o governo”, lembra. “Até participamos de umas reuniões, mas ele tinha ideias totalmente contrárias às nossas, e então caímos fora. Com o passar dos anos, ele apareceu como líder do **MBL**.”

Em julho, durante um protesto cuja pauta já nem se lembra, Vitor seria detido pela **PM** enquanto apontava um celular para policiais que reprimiam manifestantes nas proximidades da Avenida Paulista com a Rua da Consolação. “Tomei um mata-leão, me colocaram no camburão e levaram para a delegacia”, conta. A detenção arbitrária está registrada em vídeo. “Comecei a entender que filmar fazia muita diferença. Isso me deu um gás a mais.”

Seguidor de algumas das páginas de conteúdo político que pulularam no Facebook depois de junho, Vitor ficou sabendo de uma manifestação marcada para o Dia da Independência, e batizada como Operação Sete de Setembro. Não conhecia os organizadores, mas gostou da proposta. “Era uma coisa autônoma, que tem mais a minha cara. As pautas tinham sido discutidas online, houve umas enquetes. A data também era muito simbólica.” A mobilização exigiria a destinação de cem por cento dos recursos oriundos da exploração do pré-sal para saúde e educação. “Isso me chamou a atenção.” Ao chegar no vão do Masp, Vitor percebeu um clima ruim. A caminhada, porém, dissiparia seus incômodos. A polícia acompanhava o cortejo, xingamentos daqui, xingamentos dali, pessoas

mascaradas, enfim, nada fora do script. Até que os manifestantes chegaram à Câmara dos Vereadores.

“Eu não tinha ouvido nenhuma bomba ainda. Foi a primeira. Não tinha tido conflito nenhum, só policiais e manifestantes se provocando. Eu não vi ela vindo. Quando olhei, ela já estava no chão”, relata. “Jogaram no meio dos manifestantes. Ninguém nem conseguiu desviar.” Os estilhaços penetraram fundo no olho de Vitor. “Senti na hora, coloquei a mão no rosto e vi o sangue escorrendo. Foi a sensação mais foda da minha vida. Me deu um clarão. Fiquei sem ouvir nada.”

Um monte de gente começou a se aproximar, oferecendo ajuda. O suplício do jovem foi quase inteiramente filmado, e as imagens estão disponíveis no YouTube, em um canal chamado Jck Mídia Independente.

O vídeo começa com o cinegrafista correndo, correndo, até focalizar um rapaz jogando a água de uma garrafinha no olho ensanguentado de Vitor, que está deitado no chão:

— Não é vinagre não, é água, calma.

O mesmo rapaz, depois, ajuda Vitor a caminhar até uma quadra de futebol localizada ao lado da Câmara dos Vereadores. Não se sabe há quantos segundos ou minutos o jovem foi atingido pela bomba, mas uma dúvida já o inquietava:

— Eu só quero saber: estou cego ou não? — pergunta, irritado.

— Tá cego não, rapaz, relaxa — dizem.

Na quadra, Vitor recebe uma camiseta branca, com que tenta limpar o sangue. Está sentado, mas quer se levantar. Ninguém deixa:

— Você tem que deitar, mano, pra sua pressão baixar.

Vitor volta a se sentar, e pede aos demais:

— Eu quero saber se eu tenho olho!

Ninguém consegue verificar a situação, o rosto do jovem está escondido atrás da camiseta com que tenta

estancar o sangramento, mas, mesmo assim, todos procuram tranquilizá-lo:

— Você tem olho. Você não tá cego, você tem olho, relaxa.

— Calma, Vitor, vai dar tudo certo.

As pessoas querem avisar algum amigo de Vitor, que traz consigo um walkie-talkie. O jovem pede que tentem contato pelo aparelho com “Alê GAPP”, em referência a Alexandre Morgado, membro do grupo de socorristas voluntários. “Alô, alô, tem alguém na escuta?”, tentam uma, duas, várias vezes, sem resposta. O jovem começa a reclamar. Não é só a dor que incomoda. Vitor sente o estilhaço dentro da cabeça:

— Tá em baixo, tá dentro do olho.

A câmera se desvia um pouco de Vitor — que mantém a calma na maior parte do tempo, com apenas alguns momentos em que se permite desesperar, gritar, fazer caretas, se contorcer — e focaliza uma mulher que chega mancando, também ferida devido à repressão policial. Nem dois segundos depois, as lentes retornam ao jovem, cuja situação é muito mais grave. Tentam lhe dar água, ele recusa.

— Eu preciso de hospital, caralho! — grita.

Alguém se aproxima com um celular, com a intenção de fazer uma foto ou um vídeo. Vitor não se incomoda. Pelo contrário, tira do rosto a camiseta branca, que já vai se avermelhando, e encara o aparelho com seriedade e altivez. Seu olho direito está invisível detrás de uma bolota arroxeadada.

— Eu perdi o olho! — diz, resolutivo. — Mostra! Mostra a foto!

O que era uma mensagem para quem veria a imagem pelas redes sociais se tornaria rapidamente um pedido:

— Me mostra a foto! Me mostra, cara!

Vitor não quer falar sobre mais nada. Só quer ver como está seu olho.

— Me mostra, caralho! Tá doendo muito! — e aperta a camiseta contra o rosto.

O desespero vai pouco a pouco se apossando da paciência do jovem. Enquanto isso, bombas continuam explodindo nos arredores. As pessoas que ajudam Vitor sofrem visivelmente com o efeito do gás lacrimogêneo. Alguém liga para o SAMU, se esforçando para explicar exatamente o que havia acontecido e onde o rapaz ferido se encontra. “Não sei o número, sei que é atrás da assembleia”.

— Eu não tô sentindo meu olho, cara! — insiste Vitor. — Me fala a verdade!

Depois de um tempo, chegam dois policiais com bombas e spray de pimenta nas mãos, gritando:

— Sai fora! Tamo aqui pra ajudar, caralho!

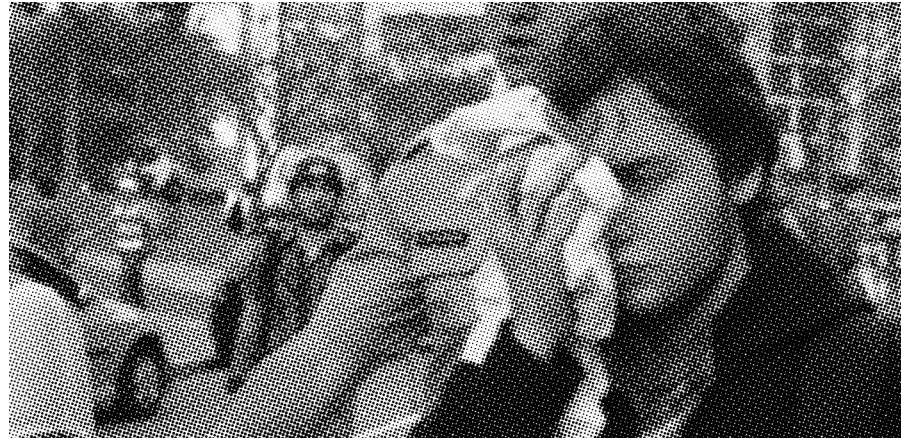
A dupla pega Vitor pelo braço e caminha a seu lado, acompanhada de outros manifestantes, fotógrafos e cinegrafistas. Quando se aproximam de uma linha da Tropa de Choque em formação, um dos PMS grita:

— Todo mundo fica, só ele passa.

Mas quase não deixam o rapaz passar. “Um dos policiais teve que levantar o escudo do colega pra gente atravessar”, lembra. Quando chegam ao lado de algumas viaturas, jornalistas começam a questioná-lo sobre o que havia acontecido, qual é seu nome?, você jogou pedras?, e continuam fazendo fotos e vídeos. Vitor é colocado no chão pelos policiais, sentado junto à roda de um carro da PM.

O vídeo, que tem apenas três mil visualizações, termina assim. O périplo do jovem, porém, estava apenas começando. “Foi agonizante”, define. “Parece que alguma coisa cortava por dentro. Eu via tudo branco, tinha um piíiiiiiiii no ouvido. Era uma sensação que... não sei... não consigo explicar. Meu olho já estava... Imagina pegar um olho de boi e apertar. Ele já estava assim. Eu senti isso, senti que já estava vazado.”

Vitor calcula que mais de uma hora se passou até que



fosse socorrido por uma ambulância. “Foram uns vinte e cinco minutos lá na quadra, mais uns quarenta minutos sentado na roda da viatura, até a chegada do SAMU. Eu estava com muita dor, me deram uns remédios, mas não passava.” De lá, foram ao Hospital das Clínicas, onde lhe deram as boas-vindas da maneira como as pessoas do interior costumam fazer quando recebem visita, mas que não é muito usual em salas de emergência: “A primeira coisa que me ofereceram foi um copinho de café. Toma esse café, disseram, porque não tem o que fazer”, diz. “Então me colocaram no corredor.” Havia gente doente, gente acidentada, gente gritando. Quando o médico chegou, o diagnóstico foi sucinto: o olho seria extraído no dia seguinte. “Não tem jeito mesmo?”, insistiu Vitor. O doutor apenas lamentou.

“Eu tinha visto meu ferimento quando estava na quadra. Pedi um celular. Não quiseram me dar, mas eu disse: ‘Quero ver, quero ver, quero ver’, até que me deram”, afirma Vitor, contando um episódio que não aparece no vídeo do YouTube. “De certa maneira, ver minha imagem me acalmou, porque eu sabia o que tinha acontecido.” Isso não significa que Vitor não tenha sofrido um baque quando recebeu a notícia definitiva no hospital. “No primeiro momento, senti uma decepção, uma tristeza. Porra, será que eu ia mudar alguma coisa?” Os questionamentos se faziam acompanhar por uma dor enorme. “Pensei nas pessoas que ficaram me desencorajando a ir na manifestação. Foi uma escolha minha, né? Eu não estava em profissão. Eu estava como manifestante. Apesar de estar dando apoio a uma transmissão ao vivo pela internet, eu também tinha meus princípios para estar ali. Daí coloquei tudo na balança.”

Será que valeu a pena, questionava-se, insistentemente. No momento, a resposta era cristalina: sim! Ou ao menos era o que Vitor tentaria demonstrar em um vídeo gravado

no quarto do hospital, logo depois da operação, e publicado nas redes sociais em 9 de setembro. O jovem conta o que aconteceu, como se feriu, como foi socorrido, e diz:

Hoje me perguntaram se eu me arrependo de ter ocorrido isso. Não, eu não me arrependo, porque eu luto pela saúde, pela educação, por melhorias. Eu luto por uma educação onde um aluno de escola pública possa passar numa faculdade. Eu luto por pessoas que dependem do SUS, para que não fiquem num corredor igual ao que eu fiquei. [...] Quando as pessoas começarem a prestar atenção que a luta começa com elas, que elas têm um poder fantástico, as coisas começam a melhorar. [...] A evolução começa dentro das pessoas. Quando você começa a ter a noção de que você pode, você consegue.

A mensagem termina com Vitor fazendo jainhas otimistas, mas, como me diria depois, o rapaz estava muito preocupado naquele momento. “Além de dizer pras pessoas ‘não diminuam’, ‘continuem indo’, ‘tentem mudar alguma coisa’, eu também queria fazer com que não me julgassem, porque tinha esse lance de *black bloc*. Para as pessoas estava associado. Não importava o tipo de manifestante que você fosse. Se você estivesse em uma manifestação, você era *black bloc*.” Por isso, no vídeo, Vitor faz questão de frisar:

Me perguntaram se sou do *black bloc*. Não, não sou do *black bloc*. Fui como manifestante. Quando atacaram a bomba, coloquei um lenço na minha cara pra me defender do gás. Tem muita injustiça. A mídia não falou, mas só o GAPP atendeu oito manifestantes feridos.

A solidariedade que Vitor recebeu de pessoas que foram ao hospital visitá-lo foi muito importante para sua recuperação. “Também me mandaram umas cartas de apoio, que me deram força.” No que parece ser uma

constante em casos de violência policial, porém, logo o rapaz tomara contato com os comentaristas do Facebook. “Acho que encontrei a cara do fascismo nessas pessoas que diziam: ‘morre, vagabundo’.”

A primeira lembrança de Vitor ao acordar da cirurgia foi a enfermeira dizendo:

— Tem um policial aí fora que quer te ver.

O PM vinha com uma intimação para que o jovem prestasse esclarecimentos pelo que sofreu em um quartel da Polícia Militar localizado no bairro da Liberdade. “Eu recebi e assinei.” Algumas semanas depois, Vitor se submetia às perguntas de um coronel que prometia apurar rigorosamente o caso — desnecessário dizer que não deu em nada. Depois do depoimento, o oficial lhe ofereceu um café, e lhe passou um pito. “Você não precisava disso, rapaz, olha o que você fez com sua vida.” No hospital, um dos enfermeiros tinha sido igualmente inconveniente: “O que você ganhou com isso?”. A tia de Vitor, primeira da família a visitá-lo, fizera os mesmos comentários. Por outro lado, seu pai e sua mãe sofreram muito com todo aquele infortúnio. “Então veio o momento de eu tentar ser forte, e não conseguir”, reconhece, revelando que mais indagações passaram a acometê-lo: “Será que tenho que dar mais valor às pessoas que estão à minha volta ou às pessoas que nem conheço? Por quem eu tenho que lutar?”.

Em novembro de 2013, ainda com curativo no olho, Vitor resolveu voltar aos protestos. “Fui pra conversar com algumas pessoas, para entender algumas percepções sobre o que ocorreu naquele dia. E também para me posicionar, para dizer: também estou aqui, vou continuar participando dos protestos.” Mas não estava se sentindo realmente bem. Na verdade, nos meses que se seguiram à extração do olho, Vitor passou um tempo na *bad*. “Entrei em depressão, comecei a ter vários questionamentos na cabeça: por quê?,

por quê?, por quê?”, diz, revelando que esse processo durou até que resolvesse reencontrar a si mesmo e aceitar o que havia acontecido. “Eu não tinha passado por esse processo de aceitação. Criei uma fortaleza para os outros, não pra mim mesmo. Quis me mostrar forte, falar que estava tudo bem, sendo que, internamente, não estava.”

Nesse período, apesar de minhas tentativas em 2013 e 2014, não conseguimos conversar. Só marcaríamos uma entrevista em março de 2018. “Hoje não sinto o que sentia há dois anos quando me olhava no espelho, por exemplo. Me machuca ainda, mas a cobrança não é tão forte como a que eu me fazia. Comecei a aceitar que não posso mudar isso, e que preciso seguir em frente.”

Foi um longo processo, permeado pelos efeitos colaterais da bomba. O primeiro deles foi abandonar a escola. “As pessoas começaram a se afastar de mim, e acabei saindo.” Como já tinha mais de 18 anos, resolveu concluir o ensino médio pelo EJA, não sem enfrentar alguma hostilidade dos colegas, sobretudo dos mais velhos. Outra dificuldade foi encontrar emprego. “Passei dois anos sem conseguir nada.” Vitor afirma que fez mais de cinquenta entrevistas na época, em vários lugares, e passou a compreender que a falta do olho lhe estava criando problemas que jamais imaginou ter de enfrentar. “Quando perguntavam o que tinha acontecido com meu olho, eu respondia, e a pessoa me rotulava como *black bloc*. Eu já sentia um preconceito.”

O incômodo de ser associado à imagem de vândalo também impediu que Vitor movesse um processo por danos morais, materiais e estéticos contra o Estado. Ao contrário do que acontece com Sérgio Silva, que enfrenta dificuldades na justiça por não contar com imagens do momento em que foi atingido pela bala de borracha, há um vídeo de quase dez minutos acompanhando todo o suplício do jovem. “Os advogados me encorajaram, mas teve uma época que eu

pensei que estava errado, que era manifestante e estava sujeito a sair ferido do protesto”, explica, reconhecendo que seu maior medo era ver um papel timbrado com o brasão de armas de São Paulo, assinado por um magistrado e relacionando seu nome à prática de vandalismo. “Acho que esse foi o fator crucial. Isso ia me travar mais ainda. Se um juiz dissesse, seria pior.”

O tapa-olho chama a atenção, invoca a história da repressão, Vitor sabe, mas ainda não foi atrás de uma prótese. “Eu quero, ainda vou colocar. Só não estava me sentindo preparado.” É um assunto que o jovem não consegue explicar muito bem. “Recebi uma vaquinha online na época, esse dinheiro está guardado. Até iniciei um processo para fazer o implante, mas parei no meio do tratamento. Não sei. Veio um bloqueio na minha mente, que me impediu de colocar a prótese.” Eu insisto na pergunta. “Acho que tem a ver com estética. Tenho medo de não ficar cem por cento, e aí vou olhar no espelho, ver que não está cem por cento, e isso vai me martelar todos os dias.”

Diante das incertezas, o tapa-olho foi uma decisão mais simples. Bastou comprá-lo em uma loja de fantasias e raspar a caveirinha. “Acabou ficando.” Vitor diz que o adereço não guarda nenhuma relação simbólica com os piratas, que inspiram tantas utopias políticas da pós-modernidade. “Além disso, é mais confortável que aqueles tampões adesivos. Não fica nada grudado na sua cara. Eu tiro e coloco quando quiser.”

Mas o jovem evita tirá-lo. Nas vezes em que andou por aí sem a proteção preta, recebeu olhares incômodos. “As pessoas me veem com cara de dó, sabe?, e essa é a última coisa que eu quero ver no rosto das pessoas: ai, coitadinho”, revela. “É lógico que o tapa-olho desperta curiosidade, mas eu prefiro despertar curiosidade do que dó.”

● Reencontrei Giuliana Vallone em maio de 2018

em um pequeno café da Santa Cecília, bairro da região central de São Paulo. Quatro anos e meio haviam se passado desde a última vez que nos vimos — na verdade, a única —, em outro café, em frente ao Mosteiro de São Bento, também no centro. Foram duas tardes muito ensolaradas. Daquela vez, em novembro de 2013, conversamos sobre o tiro de bala de borracha que atingira seu olho direito alguns meses antes, em 13 de junho. Desta, falamos sobre essa primeira conversa. Apesar de termos trocado perguntas e respostas durante uma hora e meia e esmiuçado sua experiência como vítima da Polícia Militar, Giuliana foi uma ausência ensurdecidora na primeira edição deste livro. E continuará sendo nesta segunda edição. Ela não deseja ver sua história publicada. E obviamente iremos respeitá-la.

●
“Votação unânime,
está encerrado o
julgamento”, ouço, e me
levanto bruscamente.

Estou perto da porta, sou o primeiro a deixar a sala. “Ele perdeu”, digo à equipe de tv que esperava do lado de fora. Busco a janela. Tento me acalmar respirando fundo... soltando o ar... respirando de novo... bem devagar...

O corredor está cheio, agora. Olho em volta. Um clima de merda. Localizo Sérgio Silva ao lado da filha, Elis, que se refugia em um joguinho de celular. Me aproximo.

“O nexo causal vale mais que meu olho, mano”, ele me diz, segurando a imensa indignação que ameaça explodir em gritos, palavrões e outros gestos de inconformidade que definitivamente não combinam com as etiquetas do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Respondo com um abraço apertado, e encharco seu paletó por sei lá quanto tempo, trinta segundos, dois minutos, três, até que outras pessoas chegam mais perto, esboçando um contato. Câmeras e gravadores estão prontos. Sérgio não tinha sido ouvido durante a audiência, mas todos querem escutá-lo, saber como se sente, o que acha da sentença recém-proferida.

“É desumano perder o olho por um tiro claramente disparado pela Polícia Militar, em uma noite em que eu não estava me manifestando, estava trabalhando, e depois ouvir sobre o nexo causal da história”, desabafou, a voz embargada. “Meu nexo causal eu tenho: é a falta da visão. Isso é muito mais humano do que qualquer fotografia ou vídeo que essa decisão pede para que eu prove que foi uma bala de borracha que destruiu meu olho.”

“Nexo causal” e “nexo de causalidade” foram as expressões mais repetidas durante a audiência realizada na 9ª Câmara de Direito Público do TJ-SP na manhã de 29 de novembro de 2017. A sessão durou exatamente trinta e oito minutos e trinta e dois segundos, tempo suficiente para que os desembargadores Décio Notarangeli e Oswaldo Palu seguissem o voto do relator do caso, Rebouças de Carvalho, e negassem em uníssono o pedido de indenização de Sérgio Silva. Isso porque, de acordo com os magistrados, o fotógrafo não pode provar que teve o globo ocular destruído por um projétil de elastômero — pode ter sido qualquer outro objeto —, nem que foi mesmo algum membro da Polícia Militar que o atingiu — pode ter sido qualquer uma das pessoas que estavam no cruzamento das ruas da Consolação, Maria Antonia, Caio Prado e

Dr. Cesário Mota Júnior, no centro de São Paulo, no início da noite de 13 de junho de 2013.

É verdade que não existem nem vídeos nem fotos de Sérgio Silva logo após ser ferido, ainda na rua. Não há imagens da bala de borracha chocando-se contra seu olho esquerdo. Não se sabe onde está o projétil de elastômero marcado com seu sangue. Mas há uma testemunha, Severino Honorato, que socorreu o fotógrafo naquele momento de suplício — e que não foi ouvido em nenhum momento pela justiça. Há também uma infinidade de relatos e gravações disponíveis na internet, atestando que os policiais apontaram suas espingardas de bala de borracha na altura da cabeça das pessoas. Há documentos oficiais da PM comprovando que ao menos 506 projéteis foram disparados por seus agentes naquela jornada. Há outras pessoas — jornalistas e transeuntes — atingidas pelo elastômero no olho e no rosto durante o mesmo protesto. A posição em que Sérgio se encontrava quando foi alvejado — defronte à tropa de choque, entre uma banca de jornal e a parede de um edifício — elimina qualquer possibilidade de que seu olho possa ter sido atingido por paus ou pedras lançados pelos manifestantes, como sugerem os desembargadores. As últimas fotos que produziu quando ainda tinha dois olhos, e que abrem este livro, são prova de que o fotógrafo estava onde diz que estava, ou seja, na esquina da Rua da Consolação com a Rua Caio Prado. Não se encontrava na “linha de tiro” — seja lá o que isso quer dizer —, e buscava abrigo de uma tropa que, posicionada no cruzamento, disparava e lançava bombas para todos os lados.

Eu me sinto um idiota escrevendo tudo isso pela enésima vez. Parece inútil. Além do juiz de primeira instância, três desembargadores e seus respectivos assistentes tiveram o processo nas mãos. Está tudo lá. “É desigual, o poder está muito desigual, não tem

humanidade, não tem democracia, não tem direitos, não tem nada, esse discurso cai por terra”, diz Sérgio. “Fico pensando muito na imagem da justiça, que é uma figura feminina com os olhos vendados, né? Eu discordo. Ela não tem olhos vendados. E não é uma mulher. Até agora, quatro homens me julgaram, e enxergando muito bem.”

Transcrevo a seguir a íntegra do julgamento a que assistimos naquela manhã de quarta-feira. Esqueci o gravador ligado dentro da mochila, e o aparelho captou o que se disse na sessão. Algumas partes, porém, estão inaudíveis: resolvi sinalizá-las com reticências entre colchetes, que é como se costuma fazer. De toda a audiência, irei omitir apenas a sustentação oral de um dos advogados do fotógrafo, Maurício Vasques, que foi o primeiro a fazer uso da palavra. A esta altura o leitor já conhece suas opiniões e os argumentos que conduzem a ação. Só não sabe que o doutor recebeu algumas mensagens emotivas de apoio alguns minutos antes da sessão, que quase o levaram às lágrimas, e que trazia no bolso da calça raminhos de lavanda amarrados com um barbante, presente da esposa para que trouxesse a sorte de que precisaria naquela inglória contenda. Como se verá, porém, os magistrados haviam formado convicção antes de adentrarem o recinto: o roteiro já estava, literalmente, escrito. Nada do que se disse mudaria o desfecho do episódio. “Aquilo foi uma espécie de teatro”, definiria Sérgio.

A cena se desenrola em uma sala relativamente ampla. Os desembargadores sentam-se a uma grande mesa em “u”, com o presidente do colegiado na cabeceira, ao lado de uma assistente, e os outros dois julgadores posicionados um em cada lado, olhando-se. Um quarto desembargador permanece em seu lugar, mas não participará deste julgamento. Transitando entre os homens brancos de capa preta, um copeiro negro de paletó branco, em silêncio,

lhes serve água, café e chá, talvez algum tira-gosto. De frente para o presidente, mas a certa distância, encontra-se um púlpito, destinado ao advogado ou procurador que defenderá suas razões perante a corte. Às costas de quem faz a sustentação oral, e logo atrás de um cercadinho de madeira que não deve ser ultrapassado em hipótese alguma, cadeiras se perfilam em uma pequena plateia.

Fala a procuradora do Estado:

Gostaria de iniciar dizendo que a Fazenda do Estado lamenta muito o ocorrido. Muito mesmo. Mas não há, pela prova dos autos, [...] pela responsabilidade estatal. Inicialmente, gostaria apenas de considerar alguns fatos importantes e decisivos para o julgamento deste caso. Inicialmente, eu gostaria de colocar que não houve, não foi apresentada nenhuma foto do ocorrido, e a única foto trazida pelos autos, estranhamente, sendo um fato tão noticiado pela mídia, esses eventos todos, a única foto que foi trazida pelos autos foi tirada no hospital, após o ocorrido. Também não foi produzida prova periciada, prova testemunhal, nem foi trazida aos autos nenhuma testemunha que tivesse socorrido o autor. Passada esta oportunidade, não há mais como se discutir isso. O autor, parece relevante que tivesse sido feito o exame de corpo delito, o exame do IML, que seria a única forma de comprovar o meio, o agente que causou o dano. Também no atendimento no hospital, pelas fotos que foram trazidas pelos autos, não consta menção ao agente que causou o dano. Nenhum médico atestou o que teria causado o infeliz acontecimento. O laudo pericial, por outro lado, embora feito por agente público, que goza de fé pública, foi contundente no sentido de que não há prova do nexo de causalidade, e também não há prova de qual meio teria causado o dano sofrido. Então, eu gostaria apenas de

concluir que, realmente, o fato, da forma como foi colocado pelo autor, não foi comprovado. Não há indícios de que ele tenha sido atingido por bala de borracha. E nós sabemos que esses movimentos costumam ter a infiltração de outras pessoas que adentram aos movimentos para tumultuar, baderneiros, que agem com extrema violência. Então não se sabe se foi um agente do Estado, uma bala de borracha, que causou o dano. Então, a Fazenda do Estado, reiterando os argumentos, [...]. Agradeço a atenção de todos.

Fala do desembargador-relator, Rebouças de Carvalho:

[...] a teoria da responsabilidade civil da administração pública, consagrada no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal. Nesse caso, para haver indenização por dano material, moral ou estético, é indispensável que se faça a comprovação denexo causal entre o comportamento do agente e o dano resultante. Por isso, o artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, [...] a responsabilidade civil das pessoas jurídicas, entre eles o prestador de serviços públicos, aos danos que seus agentes nessa qualidade causaram a terceiros, não exclui o nexo de causalidade como pressuposto capaz de ensejar indenização. Cito aqui a lição do eminente mestre [...] “Para obter a indenização, [...] que demonstre o nexo causal entre o fato lesivo e o dano, bem como seu montante. Comprovados estes dois elementos, surge naturalmente a obrigação de indenizar.” [...] teoria da reponsabilidade civil do Estado, conforme [...], a reponsabilidade do Estado independe de dolo ou culpa de seus agentes, bastando a indenização na existência do nexo causal entre o dano e o fato lesivo [...] à administração pública. Entretanto, no caso [...], em que pese a dor e o sofrimento experimentados pelo autor, e [...] incontroversa a ocorrência da manifestação de rua ocorrida no dia 13 de junho de 2013, nesta capital, não restou configurado o nexo

causal entre a conduta estatal e a gravíssima lesão sofrida em seu olho esquerdo. Isso porque, no exame dos documentos juntados aos autos, nem no laudo médico judicial, [...] não restou demonstrada qualquer prova [...] de que a fratura na órbita ocular esquerda do autor seja decorrente de disparo de arma de efeito moral utilizada pelo policial militar. Com efeito, os documentos e fotografias do rosto do autor certamente evidenciam a lesão, sem, contudo, esclarecer que objeto contundente deu causa ao dano. Já os documentos de folhas 46 a 48, 83 a 85, [...] jornalistas, dão uma narrativa da imprensa acerca do confronto ocorrido na manifestação de rua do dia 13 de junho de 2013, com a afirmação de que uma bala de borracha acertou o olho do jornalista Sérgio. Porém nada disso restou conclusivo pelas provas coligidas para os autos. Além do que não há qualquer relatório oficial dos fatos ocorridos, sequer a lavratura de boletim de ocorrência. Por outro lado, os relatórios médicos do Hospital de Olhos Paulista e do Hospital Nove de Julho, nas folhas 49 a 71, realmente concluem que houve fratura de órbita ocular, sem, porém, decifrar o objeto que atingiu o olho esquerdo do autor. Por seu turno, a perícia judicial [...] realizada pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, às folhas 291 a 317, de forma expressa enfatizou que a deformidade estética e a [...] permanente da função visual do autor pode ter sido causada por qualquer agente [...], sem concluir que o grave ferimento foi efetivamente causado por bala de borracha. [...] Em relatório [...] do Hospital de Olhos Paulista [...] doutora Elisabete Martins [...] sob o seguinte procedimento [...] em 14 de junho de 2013 [...] que teria sido submetido a [...] cirúrgica com anestesia geral. [...] apresentado tomografia com fratura [...] hematoma de pálpebra à esquerda, abrasão de córnea, luxação [...] e hemorragia. Tal descrição é compatível com ação [...], podendo ter sido causada por qualquer agente [...], diz o laudo médico. [...] pau, pedra, mão, cabeça, bolas de

gude, bola de futebol, bola de borracha, projéteis de *paintball*, coronhadas de armas de fogo. Como se vê, mesmo que a situação posta nos autos seja dramática, e é, infelizmente com consequências desastrosas ao autor, não é possível desvendar se o objeto que atingiu seu olho esquerdo fora realmente um projétil de bala de borracha, como afirmada na inicial desta ação, não havendo como admitir agora a condenação da Fazenda Pública por danos morais, materiais e estéticos com base em suposições e afirmações dissociadas de provas, ou exclusivamente em matérias jornalísticas, como consta nos autos [...]. Desse modo, não basta a demonstração do dano, sendo imprescindível, repita-se, para a condenação do ente público estadual a clara comprovação de que o agente público tenha produzido o apontado dano, o que, no caso concreto, não ocorreu. Decorre disso a falta de [...] do nexo de causalidade entre o dano produzido ao autor e a prova de que o ato danoso tenha efetivamente sido praticado por agente público, sendo certo que o Estado não pode ser condenado com base em afirmações unilaterais esparsas lançadas durante todo o processo. Ou seja, embora [...] tenha acolhido o princípio da responsabilidade objetiva do Estado, isso não significa que a administração tenha que indenizar sempre e em qualquer caso de dano sofrido pelo particular. [...] que, tanto na relação de causa e efeito, [...], responsabilidade subjetiva, quanto no risco criado, responsabilidade objetiva, [...], não há como suprimir ou ignorar o fato de que a inexistência do nexo de causalidade rompe o dever de indenizar, pois imprescindível a demonstração de todos os elementos ou pressupostos da responsabilidade civil. Novamente cito o festejado mestre [...]. Portanto, na apreciação do contexto em que se insere a narrativa do autor, realmente não é possível identificar o nexo de causalidade. [...]. Estou afastando aqui de forma clara e objetiva que não há qualquer culpa por parte da vítima, como entendeu, no caso, quando proferiu a sentença, o juiz

de primeiro grau. [...] conclui a respeito de que não há nexo de causalidade [...]. Em que pese realmente o infeliz e desastroso acidente, que todos lamentamos, não se está discutindo aqui a questão política das manifestações, nem se julgando as manifestações. Estamos julgando aqui um caso concreto de forma técnica [...] que foi trazido tanto pelo nobre advogado como pela Procuradoria do Estado de São Paulo. Então, senhor presidente, este é o meu voto, negando provimento ao recurso do apelante.

Fala o desembargador Décio Notarangeli, presidente da sessão:

[...] mas o voto do eminente relator é estritamente técnico e tecnicamente perfeito. Eu não concordo com o tratamento que foi dado na sentença no sentido de que haveria culpa exclusiva da própria vítima. Não aceito essa colocação. [...] alguém que exerce sua profissão de forma legítima [...] a responsabilidade pela ocorrência do desastroso incidente que ocorreu. [...] a responsabilidade civil do Estado [...]. Para que haja condenação da administração é preciso que se tenha certeza da responsabilidade do Estado [...]. Os atos [...] da conduta administrativa, ou da conduta lesiva imputada ao Estado, o dano causado e o nexo de causalidade. [...] basta que demonstre a ação administrativa ofensiva do agente do Estado [...] que causa lesão a terceiros, o resultado danoso e o nexo de causalidade entre uma coisa e outra. É incontroverso o dano. Isso a Fazenda do Estado não discute. Todos sabemos que o dano é manifesto [...]. A dúvida [...] fundamento para a condenação decorre da ausência de prova de que esta lesão, este trauma ocular, tenha sido causado por bala de borracha. Aos olhos de um leigo, é possível entender [...] que diante [...] esse ferimento tivesse sido causado por disparo de arma de bala de borracha, como sustenta o apelante. Mas não basta uma presunção de que [...] não pode ser condenada pela

presunção de que a lesão tenha sido efetivada por uma bala de borracha. Deve haver provas disso ou ao menos indícios que levem a essa conclusão. Infelizmente, não há. Não foi feito boletim de ocorrência, não há instauração de inquérito policial, não se tomou um único depoimento a respeito dessa questão. Então não é possível afirmar que o ferimento tenha sido causado, com garantia, por um disparo da arma de bala de borracha. A falta da demonstração da ação administrativa afasta o nexo causal que é pressuposto da indenização [...]. Assim como o eminente relator, [...] lamento muitíssimo o incidente. Incidentes desta natureza acontecem não somente durante o registro [...] da cobertura jornalística [...], mas diariamente inúmeras pessoas sofrem lesões causadas por agentes públicos, e estas pessoas, quando vêm a juízo pleitear indenização, assim como o apelante, estão obrigadas a fazer a prova da conduta lesiva [...] reputada ao Estado [...] nexo de causalidade. Não é possível fugir a este pressuposto, que é decorrente de uma imposição de ordem constitucional. No caso concreto, específico, não há demonstração da ação [...] administrativa, como o disparo da bala de borracha, e não há prova de que o resultado danoso se ligue a essa ação administrativa [...] nexo de causalidade que pressupõe a condenação. Não há certeza para [...]. Dir-se-ia que há matéria jornalística, mas a matéria jornalística não prova o fato. Ela apenas relata, narra, o que teria acontecido aos olhos da imprensa, mas não serve de base para a condenação. É preciso que a prova seja produzida, e essa prova não existe. Com estes esclarecimentos adicionais, acompanho o voto do eminente relator.

Fala o desembargador Oswaldo Palu:

[...] Talvez não tenha que falar mais nada após o voto do eminente relator e de vossa excelência, mas [...]. Realmente houve um período de manifestações em que as pessoas saíam

às ruas, mas havia uma distinção clara. Esta manifestação ocorreu no dia 13 de junho, uma quinta-feira, e havia outras, como foi dito, em que a cidadania, [...] pessoas inconformadas com a situação [...], saía aos domingos, estas sem violência. Nos dias de semana havia violência no ato, havia *black blocs*, havia quebradeira. Ou seja, havia um grande risco. Como vossa excelência disse, o Estado hoje [...] se pauta pela teoria do risco integral. Ele não indeniza tudo, indeniza aquilo em que se comprova o nexo causal, o dano [...] e a conduta omissiva ou [...] do agente público. Estas circunstâncias, ao meu ver, não estão comprovadas. Lamento muito o que aconteceu com a vítima, que estava em um local perigoso, de confronto, sim, em uma atitude corajosa, individualmente falando, coragem individual. [...] É corajosa a atitude de um jornalista, de um repórter, fotógrafo, que vai a um local de confrontação para trazer a informação [...], que está longe. Mas é um risco individual. Cada um deve avaliar se deve correr este risco. [...], como é corajoso um jornalista, um repórter, um fotógrafo, que vai a uma zona de confrontação, a uma guerra. Pode acontecer alguma coisa [...], só que aí ele não vai pedir aos Estados beligerantes que o indenizem. Me parece que, aqui, dada a prova dos autos, não pode o contribuinte paulista pagar por mais este fato. Lamento muito, mas não vejo [...]. Acompanho integralmente o voto do eminente relator.

Sérgio vestiu-se a caráter para assistir ao julgamento. Já que era para entrar em um palácio e caminhar pelo tapete vermelho, o fotógrafo decidiu fantasiar-se de cidadão de bem — “como eles gostam de ver, né?”. Por cima da camisa branca, colocou um blazer. Em volta do pescoço, uma gravata. Mas não poderia deixar de provocar um contraste. Por isso, colocou um tapa-olho de pirata sobre o órgão que já não tem. O figurino não comoveu os desembargadores, que provavelmente nem tenham dirigido a atenção para a

plateia, onde estava o fotógrafo: talvez nem soubessem que estava lá. Sérgio não se sentiu observado pelos magistrados em nenhum momento, e, apesar de permanecer com a cabeça erguida, o olho vidrado em cada gesto e cada palavra, sequer teve a oportunidade de trocar olhares com os donos de seu destino jurídico. “A gente consegue enxergá-los, mas há uma distância, digamos, humana: eles só ficam falando entre eles.”

Enquanto ouvia as manifestações do advogado e da procuradora, e, depois, o voto dos desembargadores, Sérgio começou a prestar atenção aos movimentos que ocorriam no palco do julgamento: quem eram os personagens, como se portavam, quem falava, quem calava, quem estava sentado, quem estava em pé. Mentalmente, previu o resultado. “Esses caras nunca iam tomar uma decisão favorável a mim, nunca. Eles não se parecem comigo. Quem se parece comigo é o cara que está servindo café”, revela. “Aquilo era pura encenação. Me deram a possibilidade de estar presente, com um advogado falando em minha defesa. E era só isso que me cabia naquele lugar: assistir à sessão, quieto.”

O silêncio a que foi submetido quase funcionou aos propósitos dos desembargadores, que passaram a maior parte do tempo martelando a ladainha do nexa causal. “Enquanto iam revelando seu voto, o primeiro desembargador, depois o segundo, eles começaram com um discurso tentando passar a mão na minha cabeça: ‘Olha, lamento ter acontecido isso, mas, infelizmente, né, a justiça não vai agir a seu favor.’ Aquilo foi me murchando, e lembro que em certo momento comecei a aceitar aquela sentença.”

O voto de Oswaldo Palu interromperia o transe a que Sérgio havia sido induzido pelo juridiquês afiado de Décio Notarangeli e, sobretudo, de Rebouças de Carvalho, afiadíssimo. “Daí a revolta voltou”, define.

“Esse desembargador começou dizendo que nãoalaria nada, e então passou a fazer um discurso político, me colocando dentro de um contexto de manifestações que aconteceram dois, três anos depois”, lembra, apontando as palavras elogiosas de Palu aos “protestos de domingo” na Avenida Paulista, que sabemos muito bem a que se prestaram e que, segundo o próprio magistrado, não tinham vandalismo, gente mascarada ou casos de violência. “Essa história não tem nada a ver comigo. Minha história é a de um fotógrafo que estava numa manifestação fotografando um movimento, um ato político. Ele me colocou na posição de outro personagem, que não sou eu. Ouvir isso e não poder falar, levantar a voz, é difícil de aceitar.”

Com a semente da indignação regada e adubada pelo discurso de Oswaldo Palu, Sérgio sentiu uma vontade imensa de fazer, sei lá, alguma coisa. “Por que não gritei, ao menos, um ‘não concordo!’?”, questiona-se. “Acho que não fiz nada porque já esperava esse resultado. Eu tinha expectativa de uma decisão diferente, claro, mas era tão mínima, tão frágil, que não cresceu o suficiente para me fazer falar.” Sérgio ficou se cobrando pela inação, arrependeu-se da própria passividade. Mesmo sabendo que não adiantaria absolutamente nada, e que talvez houvesse algum tipo de consequência negativa para si ou para seu caso. “Pelo menos teriam ouvido minha voz.”

Os termos usados por Oswaldo Palu diferem muito da manifestação tecnicamente escorregadia dos colegas. Todos os três desembargadores, porém, abusando ou abrindo mão do léxico tribunaresco, se posicionaram da mesmíssima maneira, negando o pedido de indenização do fotógrafo. Essa discrepância entre discursos que tanto se distinguem na forma para chegar a resultados exatamente iguais ficará na memória de Sérgio como uma grande revelação sobre o funcionamento da justiça. “Ao expor seus pensamentos pessoais, [Palu] acabou reproduzindo



em uma linguagem mais direta o que a justiça pensa”, conclui, comparando: “A fala do relator é pontual, é uma opinião jurídica. O segundo parece mais maleável, mas também toma uma decisão injusta. Já o terceiro vai lá e coloca uma posição política muito clara. Ele é o cara que tira a suposta venda da justiça. É como se ele dissesse: ‘Estamos aqui vendo tudo o que está acontecendo, e é assim que vemos’. Foi decepcionante ouvir aquele cara. Decepcionante mesmo.”

Os advogados de Sérgio Silva tentaram reverter a decisão com um recurso chamado “embargos de declaração”, movido dentro do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo em 30 de janeiro de 2018. De acordo com Lucas Andreucci, um dos representantes do fotógrafo, a intenção dos embargos era desfazer o que os advogados consideraram equívocos e contradições do acórdão. Os desembargadores discordaram abertamente da decisão do juiz de primeira instância ao dizer que Sérgio não pode ser responsabilizado pelo que lhe aconteceu — como sentenciou Olavo Zampol Júnior, ao desprezar a importância de qualquer prova que se pudesse produzir para demonstrar que o rapaz teve o globo ocular esquerdo destruído efetivamente por uma bala de borracha. Além de afastar a “culpa exclusiva” de Sérgio, o julgamento do **TJ-SP**, como vimos, bate insistentemente na tecla de que o fotógrafo não conseguiu provar que a lesão foi causada por um projétil de elastômero disparado pela **PM**. “Disseram que não há como provar onexo causal, mas não nos deram a chance de prová-lo”, protesta Andreucci, lembrando mais uma vez que Severino não foi ouvido durante o processo. Por isso, um dos embargos movidos pelos advogados afirma que a justiça paulista cerceou o direito de defesa do fotógrafo, violando, assim, o artigo 355 do Código de Processo Civil.

O outro embargo — foram dois — discute a interpretação que os desembargadores deram ao artigo 37,

parágrafo 6º, da Constituição Federal, que diz: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. É o que se conhece no jargão como “responsabilidade objetiva” do Estado. “Apesar de não haver uma prova irrefutável, todos os fatos levantados e comprovados nos autos, como, por exemplo, as centenas de disparos de bala de borracha, o lançamento de centenas de bombas de gás lacrimogêneo, o ingresso de Sérgio no hospital, os relatórios policiais, as reportagens, os vídeos, as fotos, o laudo pericial atestando que o fotógrafo perdeu o olho”, enumera Andreucci, “tudo isso é mais do que suficiente para demonstrar que a polícia agiu de maneira irresponsável e violenta, e que, portanto, o Estado tem responsabilidade objetiva no episódio.”

Contudo, os mesmos três desembargadores que haviam negado o direito de Sérgio à indenização também negaram, em 28 de fevereiro, a admissibilidade dos embargos de declaração. O próximo passo jurídico já foi dado. Em 5 de abril, os advogados moveram recursos com o mesmo conteúdo ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Para que o caso chegue a Brasília, porém, terá que receber autorização do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio de suas mais altas esferas. Só então poderá “subir”, como se diz. Assim, o **STJ** poderá analisar se os desembargadores desrespeitaram o artigo 355 do Código de Processo Civil, e o **STF** discutirá se houve uma interpretação equivocada do artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição. Se o **TJ-SP** impedir que os recursos de Sérgio avancem às instâncias superiores, outros recursos deverão ser interpostos. De qualquer maneira, tudo deve demorar mais alguns meses. Ou anos.

— Tá valendo a pena, Sérgio? — pergunto, recordando

que lá se vai quase meia década de percurso jurídico, decisões absurdas e duas derrotas, que são dolorosas não porque sejam derrotas, mas porque misturam elementos políticos do país e da vida pessoal da vítima a uma questão que devia ser tratada como um caso notório de violência de Estado contra um jornalista que trabalhava na cobertura de um protesto. — Tá valendo a pena?

— Não sei se essa é a pergunta mais adequada — responde o fotógrafo, esforçando-se para enxergar alguma serventia na sucessão de decepções judiciais impressas em papel timbrado —, mas talvez essas situações todas sejam necessárias para que eu e as outras pessoas que acompanham o caso possam aprender de perto, na prática e na pele, o quanto isso acontece historicamente no Brasil, e em grande escala.

Sérgio cita o exemplo dos presos provisórios que não contam com assistência jurídica adequada, e que permanecem atrás das grades mesmo cumprindo requisitos que lhes possibilitariam aguardar a sentença em liberdade. De acordo com levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em fevereiro de 2017, o Brasil mantém encarcerados aproximadamente 220 mil pessoas que sequer foram julgadas. “Não que eu esteja comparando meu caso com o deles, que é muito pior, mas a prática da justiça de perpetuar seu ato de violência contra o cidadão faz isso em escala industrial”, pondera. “Passar pelo que estou passando me provoca essa reflexão, me faz ter uma propriedade maior para falar disso, me faz tomar uma posição política no sentido de não concordar com a maneira como o sistema judiciário funciona hoje em dia no país.”

Sentei para conversar com Sérgio pela última vez em março de 2018, alguns dias depois da execução de Marielle Franco. O bárbaro assassinato da vereadora carioca bateu forte em todos nós, e os imensos indícios de participação de agentes ou ex-agentes do Estado pioram ainda mais a

tragédia. “Os caras estão matando abertamente mesmo”, lamenta o fotógrafo. A execução reavivou na memória de Sérgio uma cena que nunca esqueceu. “Quando eu tinha sete ou oito anos, saí de casa de manhã para ir à escola e tinha um corpo em frente ao portão da minha casa. Era um cara que eu conhecia da rua, mais velho, caído em cima de uma poça de sangue.” Sérgio nunca tinha ouvido falar de Marielle, mas, depois do que aconteceu, foi atrás de saber quem era e o que fazia, e descobriu que a vereadora travava uma batalha feroz contra a violência. Por isso, também se sentiu atingido pelo atentado. “O mais triste é saber que foi de maneira covarde e desproporcional, como acontece com a maioria das vítimas do Estado.”

Diante da catástrofe social que se abate sobre o país, que levou Marielle, que uma semana depois promoveu uma chacina de jovens em Maricá, também no Rio de Janeiro, e que tem continuidade praticamente todos os dias nos centros e nas periferias, nos campos e nas cidades, nas florestas e nos litorais, Sérgio Silva não sabe muito bem o que fazer com seu próprio caso. Claro que gostaria que coletivos, sindicatos, ONGs de direitos humanos e organismos do sistema de justiça brasileiro e internacional se mobilizassem pela sua história e ajudassem a pressionar o Judiciário para que responsabilize o Estado de São Paulo pelo órgão que lhe extirpou, e para que “o fotógrafo que perdeu o olho em junho de 2013” receba a indenização a que tem direito. Algumas entidades, como a Artigo 19, seguem o caso de perto, e levaram a história ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em setembro de 2016. “Mas, diante do cenário que se tem hoje, do nível de agressividade e violência que estamos presenciando, eu não sei como construir algo positivo em cima do que aconteceu comigo”, pondera, observando tantos jovens negros humilhados e assassinados todos os dias no Brasil. “É muito mais prioritário, hoje, combater a violência racial

do que se debruçar sobre o julgamento do meu caso.”

Ainda assim, Sérgio continua — e continuará — brigando contra juízes e desembargadores, mesmo que o considerem culpado, mesmo que prefiram as manifestações verde-amarelas ocorridas “sem violência” aos domingos, mesmo que não queiram onerar o contribuinte paulista com a reparação financeira que reivindica, mesmo que misturem ingredientes político-partidários à sua história. Até porque, agora, não tem outra opção.

Quando decidiu mover um processo contra o Estado, em outubro de 2013, o fotógrafo se sentiu aliviado. “Todo mundo me apoiou, todo mundo concordou que isso era o que devia ser feito”, lembra, “e quando finalmente entramos na justiça parece que tirei um peso enorme das costas.” Depois de experimentar os despachos de primeira e segunda instâncias, porém, essa sensação reconfortante o abandonou. “Até agora, o trajeto judicial está pesando mais para o lado da dor do que da felicidade”, define. “Não me sinto uma pessoa cem por cento tranquila, sabe? Tenho essa questão mal resolvida na minha vida. Eu dependo de uma decisão definitiva para poder ver o fim dessa história e colocar a cabeça de uma vez por todas em outras coisas.” Em menos de cinco anos, o que começou como alívio transformou-se em algema. “Me sinto em um constante estado de atenção. Até que tudo isso acabe, não me considero uma pessoa totalmente livre.”

Sérgio sonha acordado. Talvez pela sede de justiça que sempre foi e, depois do tiro, se tornou ainda mais inerente à sua personalidade. Talvez porque tenha se deixado influenciar, como todos nós, pelos filmes de tribunal de Hollywood, em que a vítima consegue sensibilizar o juiz, os jurados e toda a sociedade com discursos emotivos, e obtém um final feliz. Talvez porque não suporte a ideia de dobrar-se à violência jurídico-policia de São Paulo. Talvez por tudo isso, Sérgio sonhou, às vésperas do julgamento,

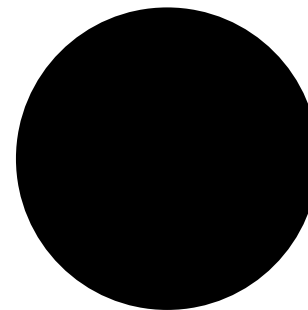
que poderia sair sorrindo do Tribunal de Justiça, em novembro. Os desembargadores teriam analisado o caso com humanidade, perceberiam que o processo está enviesado e diriam: “Pô, perai.” E imaginou-se contando esta epopeia judicial, assim como faz agora, pra mim, pra quem quisesse ouvir, mas com um final diferente, favorável, positivo: justo.

Sérgio, porém, jamais se pegou divagando sobre como comemoraria essa vitória:

— Nunca cheguei a tanto.

— Eu imagino a gente fazendo uma festona — digo.

— Seria uma boa: a gente se abraçar, todo mundo feliz — concorda. — E cantar, né, cantar muitas músicas. É uma imagem bonita...





TEMER QUE
SE ENHORA
ATRUU
MM?

A impressão deste livro foi parcialmente financiada pelas seguintes organizações, às quais muito agradecemos:



**REPORTERES
SEM FRONTEIRAS**
PELA LIBERDADE DA INFORMAÇÃO



Agradecemos também, pelo apoio de sempre:

PONTE

[cc] Sérgio Silva, 2018
[cc] Tadeu Breda, 2018
[cc] Editora Elefante, 2018

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

Primeira edição, junho de 2016
Segunda edição, junho de 2018

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Silva, Sérgio
Memória ocular : cenas de um estado que cega /
Sérgio Silva, Tadeu Breda. - São Paulo : Elefante, 2018.
232 p. : il., pb.

ISBN 978-85-93115-14-1

1. Silva, Sérgio, 1984- 2. Fotojornalistas - Acidentes
3. Jornalistas 4. Olhos - Ferimentos e lesões - Vítimas
5. Violência policial - Vítimas 6. Polícia Militar do
Estado de São Paulo - Conduta 7. Movimentos
de protesto - São Paulo 5. I. Título II. Breda, Tadeu

18-0814

CDD 303.6

Índices para catálogo sistemático:
1. Violência urbana - Violência policial

EDITORA ELEFANTE
editoraelefante.com.br
editoraelefante@gmail.com
fb.com/editoraelefante
@editoraelefante

fontes **National & Cardea**

papel **Cartão 250 g/m²** e **offset 90 g/m²**

impressão **RR Donnelley**

tiragem **2.000 exemplares**

Em 13 de junho de 2013, o fotógrafo Sérgio Silva foi alvejado no olho por uma bala de borracha da Polícia Militar enquanto cobria um protesto no centro de São Paulo. Perdeu a visão na mesma hora. Cinco anos depois, o pedido de indenização que moveu na justiça foi negado em primeira e segunda instâncias. E as bombas e os projéteis da PM alcançaram a vista de pelo menos mais cinco pessoas. Em textos e imagens, *Memória ocular* acompanha a história do fotógrafo e de outros cidadãos cegados — ou quase — pela polícia paulista. É uma tentativa de entender como a violência se multiplica na vida de quem foi atingido pelas armas oficiais, criando profundas cicatrizes psicológicas para além das que permanecem no corpo. O que significa ser uma vítima do Estado hoje, depois de mais de trinta anos de “redemocratização”?

